UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Luana Fonseca Pereira Ribeiro

O aprimoramento das políticas institucionais para a garantia do acesso e da permanência das pessoas trans na UFJF

Juiz de Fora
2020

Luana Fonseca Pereira Ribeiro

O aprimoramento das políticas institucionais para a garantia do acesso e da permanência das pessoas trans na UFJF

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Rafaela Reis Azevedo de Oliveira

Juiz de Fora

2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração
automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ribeiro, Luana Fonseca Pereira.

O aprimoramento das políticas institucionais para a garantia do acesso e da permanência das pessoas trans na UFJF / Luana Fonseca Pereira Ribeiro. -- 2020.

144 f.

Orientador: Rafaela Reis Azevedo de Oliveira

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de

Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2020.

1. Ações afirmativas. 2. Pessoas trans. 3. Transfobia. 4. Acesso e permanência na UFJF. I. Oliveira, Rafaela Reis Azevedo de, orient. II. Título.

Luana Fonseca Pereira Ribeiro

O aprimoramento das políticas institucionais para a garantia do acesso e da permanência das pessoas trans na UFJF

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à *obtenção do Grau de Mestre*

Aprovada em: 16 de junho de 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Rafaela Reis Azevedo de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Roney Polato de Castro
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.ª Dr.ª Jaqueline Gomes de Jesus
Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Julvan Moreira de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Digitalizado com CamScanner

AGRADECIMENTOS

Chegou o momento de agradecer. Como não poderia deixar de ser, agradeço, primeiramente, a Deus, por me guiar nesta jornada chamada vida, da qual nada sabemos. A Ele também agradeço por me dar força na construção deste trabalho, e ao longo de todo o Mestrado, especialmente nos momentos em que esmoreci.

Aos meus pais, Ana Lúcia e Henrique. Vocês me deram a vida e com amor e sacrifícios me impulsionaram para que eu fosse além.

À minha mãe, em especial, por sempre depositar em mim confiança, e me fazer acreditar que tudo é possível se o foco é direcionado para o local certo. Você é meu porto seguro. Ao meu pai, pelo incentivo para realizar o Mestrado e perseguir os meus objetivos. Amo vocês!

Ao meu companheiro de vida, Darcy, obrigada pela compreensão, amor e carinho. Por ouvir minhas angústias quando o fardo se fez pesado, e me oferecer proteção quando tudo parecia difícil. Tenho muito a te agradecer.

À minha pequena irmã, Isabela. Sua vitalidade e energia tão próprios do seu ser me fazem experimentar momentos de mais leveza e descontração. Você mora no meu coração, baixinha.

Aos meus queridos familiares e amigos, que torceram por mim, apoiaram, incentivaram e entenderam quando a distância se fez necessária.

À Prof.ª Rafaela Reis, minha querida orientadora, a pessoa que tanto me auxiliou para que essa etapa se tornasse possível. Muito além que uma orientadora, você depositou em mim confiança e respeito, me amparando de maneira fraterna e acolhedora. Obrigada pela escuta sempre atenta e por ter vivido comigo essa fase de investigação e estudos.

Agradeço a paciência e orientação dos meus suportes: Diovana Bertolotti e Daniel Pereira Alves. Suas contribuições foram essenciais à construção deste trabalho.

Por fim, mas nunca menos importante, ao contrário, essenciais, e sem os quais esse trabalho não existiria, aos alunos e às alunas da UFJF, Henrique, Cassius, Brune, Sofia e Sidney. Agradeço por terem confiado em mim, terem compartilhado comigo seus relatos de vida, e pelo muito que me ensinaram. Almejo que este trabalho faça jus a suas histórias e possa auxiliar no aprimoramento das políticas públicas da Universidade Federal de Juiz de Fora. Meus sinceros e não suficientes agradecimentos a tudo que me proporcionaram!

Cada nova geração é educada pela que precede; é preciso, pois, que esta última se corrija para corrigir a que segue. Giramos em círculo. (DURKHEIM, 2000, p. 487)

RESUMO

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão a ser estudado discutirá os desafios do acesso e da permanência das pessoas trans na UFJF. A justificativa deste trabalho se dá, tendo em vista que, atualmente, são raros os estudos acadêmicos que discutem a inserção de pessoas trans nas Universidades. Além disso, como assistente administrativa da UFJF, atualmente lotada na Faculdade de Educação, realizo o atendimento aos mais diversos públicos. Em minha experiência, vivenciei situação em que, por desconhecimento e inexperiência, não soube garantir o tratamento adequado a uma pessoa trans, o que me despertou o interesse inicial no tema. O objetivo da dissertação é analisar os programas, ações e políticas de acesso e permanência para alunos e alunas trans na UFJF e propor um Plano de Ação Educacional. Já os objetivos específicos foram descrever os programas existentes e os problemas enfrentados pela população trans, bem como analisar a insuficiência ou não das políticas sob o prisma dos direitos humanos e da inclusão. Assim, assumimos como hipóteses que a identificação de demandas e a regulamentação por meio de políticas na área educacional nos ambientes universitários, contribuem para a permanência de estudantes trans no ambiente acadêmico. Nesse sentido, as questões a serem examinadas são afetas às demandas da população trans que carecem de regulamentação, a maneira que os grupos hegemônicos da Universidade lidam com aqueles historicamente discriminados, além da insuficiência ou não dos projetos da UFJF para atender essa minoria. A metodologia empregada terá uma abordagem qualitativa, com foco no estudo de caso, e utilizará como instrumentos de pesquisa a análise de documentos, apropriação do campo e entrevistas semiestruturadas. Para o desenvolvimento e análise da dissertação traremos legislações, programas e políticas, além de referenciais teóricos como Butler (2003), Bento (2008), Preciado (2014), entre outros. Tais aportes possibilitarão a construção de Plano de Ação Educacional visando encontrar caminhos e ações para aprimorar as políticas presentes na UFJF e propor ações outras que possam corroborar no sentido de garantir uma permanência saudável das pessoas trans na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Palavras-Chave: UFJF. Ações afirmativas. Pessoas trans. Acesso e permanência. Ensino Superior.

ABSTRACT

This dissertation is developed within the scope of the Professional Master in Management and Evaluation of Education (PPGP) of the Center for Public Policies and Evaluation of Education at the Federal University of Juiz de Fora (CAEd / UFJF). The management case to be studied will discuss the challenges of access and permanence of trans people at UFJF. The justification for this work is given, considering that, currently, there are few academic studies that discuss the insertion of trans people in Universities. In addition, as an administrative assistant at UFJF, currently based at the Faculty of Education, I provide services to the most diverse audiences. In my experience, I experienced a situation in which, due to lack of knowledge and inexperience, I was unable to guarantee adequate treatment to a trans person, which aroused my initial interest in the subject. The objective of the dissertation is to analyze the programs, actions and access and permanence policies for trans students at UFJF and to propose an Educational Action Plan. The specific objectives were to describe the existing programs and the problems faced by the trans population, as well as to analyze the insufficiency or not of the policies from the perspective of human rights and inclusion. Thus, we assume as hypotheses that the identification of demands and regulation through policies in the educational area in university environments, contribute to the permanence of trans students in the academic environment. In this sense, the issues to be examined are affected by the demands of the trans population that need regulation, the way that the hegemonic groups at the University deal with those historically discriminated, in addition to the insufficiency or otherwise of UFJF projects to serve this minority. The methodology employed will have a qualitative approach, focusing on the case study, and will use as instruments of research the analysis of documents, appropriation of the field and semi-structured interviews. For the development and analysis of the dissertation we will bring legislation, programs and policies, in addition to theoretical references such as Butler (2003), Bento (2008), Preciado (2014), among others. Such contributions will enable the construction of an Educational Action Plan aiming to find ways and actions to improve the policies present at UFJF and propose other actions that can corroborate in order to guarantee a healthy stay of trans people at the Federal University of Juiz de Fora.

Key words: UFJF. Affirmative actions. Trans people. Access and permanence. University education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Gráfico de distribuição de estudantes trans por curso na UFJF 42
Gráfico 2 - Gráfico do status de todos os pedidos das pessoas que solicitaram o uso do nome social na UFJF 43
Gráfico 3 - Gráfico do status atual das pessoas que pediram a utilização do nome social na UFJF.....44
Gráfico 4 - Gráfico do quantitativo de pessoas que usaram o nome social no Enem nos anos de 2014 a 2017.....54
Gráfico 5 - Gráfico da ocorrência de problemas enfrentados com nome social na UFJF 76
Figura 1 - Ferramenta de Gestão 5W2H 101
Esquema 1 - Esquema das Proposições do PAE 101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Abordagem por setor da UFJF para pesquisa inicial.....39
Tabela 2 - Distribuição de estudantes trans nos cursos de Graduação Presencial.....40
Tabela 3 - Distribuição de estudantes trans nos cursos de Graduação a Distância.....41
Tabela 4 - Distribuição de estudantes trans nos cursos de Pós-Graduação.....41
Tabela 5 - Distribuição de estudantes trans no Colégio João XXIII.....41
Tabela 6 - Quantitativo de estudantes que solicitaram o uso do nome social e foram aprovado(a)s e reprovado(a)s no Sisu de 2018 54
Tabela 7 - Resumo das políticas às pessoas trans nas Universidades pesquisadas.....61
Tabela 8 - Resumo das ações e políticas voltadas às pessoas trans desenvolvidas pela Universidade Federal de Juiz de Fora.....62
Tabela 9 - Perfil do(a)s estudantes entrevistado(a)s.....69
Tabela 10 - Proposta de Reestruturação da Diaff nos moldes do 5W2H 102
Tabela 11 - Proposta de capacitação da UFJF nos moldes do 5W2H 105
Tabela 12 - Propostas de ações de inclusão e assistência nos moldes do 5W2H.....110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
Antra	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAT	Central de Atendimento
Cer-LGBTQI+	Centro de Referência de Promoção da Cidadania de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transgêneros, transsexuais, *queers*, não binários e intersexuais
CGCO	Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional
CID	Código Internacional de Doenças
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
Consu	Conselho Superior
Copese	Coordenação Geral de Processos Seletivos
CPA	Centro de Psicologia Aplicada da UFJF
CVV	Centro de Valorização da Vida
Diaff	Diretoria de Ações Afirmativas
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Faced	Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora
Facom	Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora
Fonaprace	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis
Gesed	Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade
GGB	Grupo Gay da Bahia
HU	Hospital Universitário
HUMAP	Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian
Ibrat	Instituto Brasileiro de Transmasculinidades
IBET	Instituto Brasileiro Trans na Educação
ICH	Instituto de Ciências Humanas
IES	Instituição de Ensino Superior
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexos
NAI	Núcleo de Apoio à Inclusão
Neped	Núcleo de Educação e Diversidade
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
Pism	Programa de Ingresso Seletivo Misto
Proae	Pró Reitoria de Assistência Estudantil
Proex	Pró Reitoria de Extensão
Progepe	Pró Reitoria de Gestão de Pessoas
Prograd	Pró Reitoria de Graduação
Proinfra	Pró Reitoria de Infraestrutura
Propp	Pró Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa
Prouni	Programa Universidade para Todos
Reuni	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
Siga	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
SUS	Sistema Único de Saúde
TGEU	*Transgender Europe* (ONG Europeia)
TP	Treinamento Profissional
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UJC	União da Juventude Comunista
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal do Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 13

2 A POPULAÇÃO TRANS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA..... 22

2.1 O GÊNERO E AS MÚLTIPLAS FORMAS DE EXISTIR..... 23

2.2 A POPULAÇÃO TRANS E SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO EDUCATIVO..... 30

2.3 A UFJF E A POPULAÇÃO TRANS: AS PRIMEIRAS DESCOBERTAS..... 37

3 AS POLÍTICAS E AÇÕES PROMOVIDAS EM PROL DA POPULAÇÃO TRANS..... 49

3.1 AÇÕES PARA GARANTIR A INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DAS PESSOAS TRANS NAS UNIVERSIDADES..... 50

3.1.1 Ações e políticas promovidas em cinco Universidades Federais Brasileiras em prol da população trans..... 57

3.2 O QUE JÁ FAZ A UFJF?.....61

3.3 QUEM SÃO AS PESSOAS TRANS DA UFJF? 68

3.4 ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRANS: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES JÁ IMPLEMENTADAS PELA UFJF..... 74

3.4.1 Base de Dados..... 75

3.4.2 Tratamento Legal..... 80

3.4.3 Ação formativa e de Pesquisa..... 88

3.4.4 Saúde.....94

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: PROPOSIÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA O ACESSO E PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO TRANS NA UFJF..... 99

4.1 A REESTRUTURAÇÃO DA DIRETORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS..... 101

4.2 A CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DA UFJF..... 104

4.3 AS AÇÕES DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA..... 108

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....114

REFERÊNCIAS.....117

APÊNDICE A - Quadro das ações e abordagens por setor da UFJF para pesquisa inicial……..……. 125

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista Semi Estruturada realizada com estudantes trans da UFJF..... 130

APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista Semi Estruturada realizada com Técnico de Sistemas do CGCO.....131

APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista Semi Estruturada realizada com o representante do Gesed..... 132

APÊNDICE E - Roteiro de Entrevista Semi Estruturada realizada com o Diretor da Diretoria de Ações Afirmativas da UFJF..... 133
APÊNDICE F - Roteiro de Entrevista Estruturada realizada com o Superintendente do Hospital Universitário da UFJF..... 134
APÊNDICE G - Termo de cessão de direitos sobre depoimento oral.... 135
APÊNDICE H - Diário de campo do dia 11 de abril de 2019..... 136
APÊNDICE I - Diário de campo do dia 16 de julho de 2019…… 140

1 INTRODUÇÃO

A população[1] trans[2] está inserida na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em diversos cursos, em sua maior parte na área de Ciências Humanas. Tais estudantes fazem parte de uma minoria[3] que dificilmente ingressa no Ensino Superior Brasileiro, sendo uma das razões a elevada taxa de evasão escolar, diante da cultura de violência e discriminação.

Pesquisa conduzida pela Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), estima que o país concentre 82% de evasão escolar de travestis e transexuais, o que aumenta a vulnerabilidade dessa população. Segundo pesquisas da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), apesar de não haver dados concretos, poucas são as pessoas trans que conseguem ingressar nas Universidades, sendo ainda menor o número daquelas que conseguem espaço no mercado de trabalho formal, o qual exige mão de obra qualificada.

As dificuldades de adentrar e permanecer nas Universidades se dão, inicialmente, pois, sem um respaldo familiar para prosseguir nos estudos e, muitas vezes, expulsas de casa ainda muito novas, as pessoas trans esbarram na necessidade de se submeterem a subempregos, o que acaba por dificultar ou restringir a possibilidade de buscar por melhores condições de vida. Ademais, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais agressões verbais e físicas fazem parte da vida da população trans, não sendo por acaso o fato da expectativa de vida ser de apenas 35 (trinta e cinco) anos de idade.

Romper esse quadro, e garantir uma qualificação suficiente para estabelecerem-se no mercado de trabalho dignamente, é uma tarefa árdua para as pessoas trans. Apesar de não haver números oficiais, as pessoas trans representam uma parcela da sociedade a qual também deve ser garantido o acesso à Educação Superior de qualidade, sendo este um caminho para romper com a estratificação atual da sociedade.

Outrossim, quando indivíduos trans conseguem espaço nas Universidades, passam a enfrentar o desafio de permanecer nesses espaços e concluir o curso,

---

[1] Convencionou-se que será utilizado em todo o texto a expressão população trans ou pessoas trans para fazer referência ao grupo de estudantes trans da Universidade Federal de Juiz de Fora. Inicialmente foi adotado o termo “comunidade”, entendendo que o grupo estava unido por razões de compartilhamento de identidades e formas de se colocarem no mundo. Valendo da definição de Tönnies (1931, apud BRANCALEONE, 2008), acreditou-se que haveria uma união pautada no aspecto afetivo, com similaridades nos hábitos e costumes. Contudo, na pesquisa de campo, com a realização de entrevistas semiestruturadas, pode-se observar que, em verdade, as pessoas trans possuem histórias muito particulares e vivem de formas bastante diversas. A condição social, econômica e familiar das pessoas entrevistadas, bem como as suas necessidades e interesses não convergem a ponto de podermos identificá-los como comuns e, portanto, comunidade.

[2] Optamos por adotar a terminologia pessoas trans em todo o texto como categoria analítica. Atualmente o termo é reconhecido em pesquisas acadêmicas como categoria mais abrangente, existindo um relativo consenso sobre o seu uso. Além disso, destacamos que essa categoria opera como um termo “guarda-chuvas”, ou seja, é capaz de abarcar uma pluralidade de formas como as pessoas se identificam, como travestis, transexuais e pessoas não binárias, por exemplo. Também é importante anotar que os termos mais consensuais sofreram alteração no tempo, surgindo terminologias novas a cada geração.

[3] Será utilizada a expressão minoria para referir-se às pessoas trans, tendo como norte o conceito do sociólogo Mendes Chaves (1970). Para o autor, minoria é um grupo de pessoas que, de algum modo e em algum setor das relações sociais, encontra-se em dependência ou desvantagem em relação a um outro grupo, hegemonicamente mais fortalecido. Possuem como características, ainda, a vulnerabilidade, por ausência de amparo legal, e lutam contra os privilégios dos grupos dominantes.

especialmente diante da falta de acolhimento de alguns segmentos do ambiente universitário, cumulado com as eventuais discriminações e violências.

No que se refere à população trans na Universidade Federal de Juiz de Fora, pelos dados disponibilizados pelo Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional da UFJF (CGCO), foram realizados trinta e oito pedidos de utilização do nome social. As solicitações encontram-se distribuídas entre alunos e alunas[4] de diversos cursos de graduação e pós-graduação, havendo também um pedido formulado no Colégio João XXIII. Desse quantitativo, tivemos vinte e nove pessoas solicitando a utilização do nome social[5], tendo em vista que houve nove pedidos de reingresso em outros cursos.

Quanto ao uso do nome social na UFJF, recentemente atualizou-se essa normativa, permitindo que no momento da solicitação seja escolhido em quais documentos internos e externos à instituição que deve ser feita a menção ao nome social. Ademais, essa mesma Resolução, de nº 24/2019 do Consu, também regulamentou a utilização dos espaços segregados por gênero em todas as dependências da UFJF.

Observa-se que a população trans na UFJF está vivenciando, atualmente, políticas de inclusão e estímulos de permanência. Além das garantias narradas, a UFJF conta com canal próprio de recebimento de denúncias, a Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas, bem como com grupos de pesquisa voltados à discussão da diversidade, atendimento ambulatorial voltado ao auxílio psicológico às pessoas trans, e recente iniciativa de credenciamento do Hospital Universitário para realização do processo transexualizador.

Salienta-se, contudo, que já foram registradas demandas pela população trans junto à Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas da UFJF relatando desde problemas com a utilização do nome social, diante da insistência de pessoas do cenário acadêmico em designar as pessoas trans pelo nome do registro, até relatos de transfobia e problemas da utilização do banheiro de acordo com a identidade de gênero.

A insuficiência de políticas voltadas a essa população pode gerar o afastamento das estudantes e dos estudantes trans do ambiente universitário, o que dificulta ou impede a formação acadêmica. É importante assinalar que dados apontam que cerca de 90%[6] dos suicídios recentes ocorridos na comunidade acadêmica da UFJF estão relacionados com a questão do gênero, o que traz um alerta importante e uma necessidade de um olhar mais atento a essa minoria.

Atualmente, pouquíssimos são os trabalhos no meio acadêmico que discutem a inserção das pessoas trans no ambiente universitário e menos ainda aqueles que

---

[4] Optou-se por adotar uma linguagem neutra. Inicialmente, ponderou-se pela utilização do X como neutralizador de gênero. Contudo, observou-se a sua resistência no uso acadêmico e, ainda, a sua inacessibilidade ao público usuário de *TalkBack*. Assim, nos valemos das possibilidades da própria língua portuguesa, mantendo o padrão da norma culta, buscando abandonar formas sexistas de linguagem, por vezes neutralizando o gênero e outras, suprimindo as suas especificações.

[5] O nome social é aquele pelo qual as pessoas preferem ser chamadas cotidianamente, refletindo sua identidade de gênero. Tal nome contrapõe-se ao nome de registro civil determinado no nascimento.

[6] Obtive essa estatística de 90% em conversa informal com as professoras Aline Nogueira, professora do Departamento de Psicologia da UFJF e coordenadora do Centro de Psicologia Aplicada- CPA e Mylene Santiago, lotada no Departamento de Educação e coordenadora do Núcleo de Apoio à Inclusão NAI. Foi encaminhado Ofício à Proae, direcionado ao Prof. Marcos Freitas, a fim de obter acesso à pesquisa que encontrou esses dados, mas não obtive retorno.

evidenciam as questões e problemas enfrentados quando do seu ingresso nas Universidades. No mais, diante da pluralidade que observamos em uma Universidade, sendo ela um espaço de referência para a disseminação do conhecimento e respeito às diversidades, a mesma deve ser capaz de garantir políticas efetivas de inclusão.

O Ensino Superior possui como finalidade “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais” (BRASIL, 1996). Nesse contexto, salienta Santos (2017) a necessidade de observar a violência e a segregação como problemas da sociedade que devem ser discutidos nas Universidades.

Ora, a despeito da diversidade da Educação Superior brasileira, com diversas Faculdades, Centros e Universidades, distribuídos em diversas regiões do país, com culturas e costumes também diferentes, ainda são insipientes políticas públicas afirmativas que visem o acesso e a permanência de pessoas trans no Ensino Superior. A intensidade da discriminação e do desrespeito aos quais as pessoas trans são expostos pode vir a desencadear quadros de agressividade, depressão ou levar até mesmo ao suicídio. Constata-se, portanto, que é imprescindível à UFJF preocupar-se com a garantia do direito ao ingresso e à continuidade do processo de aprendizagem dos alunos e das alunas trans.

Atualmente, encontro-me lotada na Secretaria Unificada da Faculdade de Educação (Faced) da UFJF e, nessa condição, uma das atividades que realizo é atender ao público. Cabe assinalar que, além de receber estudantes do Curso de Pedagogia, a Faced também atende a 13 (treze) cursos de Licenciatura, cursos de extensão e pós-graduação. O meu interesse inicial na pesquisa pautou-se em acontecimento ocorrido no ambiente de trabalho em que não soube realizar o atendimento adequado a uma mulher trans. Na ocasião, questionei-a a razão da entrega de documento de cumprimento de obrigações militares para a inscrição de um curso a ser realizado na Faced. Após deparar-me com esse episódio, e constatar a minha falta de capacidade para lidar com a situação, adveio um interesse particular em pesquisar o universo trans, podendo, assim, realizar o tratamento correto, com respeito e valorização a todos os aspectos da diversidade.

Além disso, como bacharel em Direito, tive a oportunidade de realizar estágio na 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Juiz de Fora. Auxiliando na emissão de pareceres, possuía acesso aos autos que tramitavam e não foram raras as vezes em que me deparei com processos em que pessoas trans solicitavam a mudança do nome e do gênero no registro civil. Atuando como estagiária na referida Promotoria, por aproximadamente quatro anos, pude observar, de perto, a burocracia, a violação da intimidade e a demora para o atendimento do pedido.

Um passo largo foi dado nessa temática, sendo garantido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a possibilidade de alteração do nome civil sem realização de cirurgia e sem a necessidade de processo judicial. Assim, deve ser protocolado um pedido junto ao Cartório de registro civil e ser efetuado um pagamento de uma taxa, a qual, contudo, não é acessível a todos e todas. Contudo, não se pode deixar de assinalar que o contexto atual é de reforço à intolerância, preconceito e ódio, o que nos obriga a igualmente

reforçar a valorização da diversidade e manifestar inquietação quanto a todas as formas de discriminação (SANTOS, 2017).

Feitas essas considerações, e descrita a justificativa da pesquisa, importante destacar que a UFJF promove políticas a fim de acolher as minorias, contando com um setor especializado em ouvir vítimas que sofrem preconceito, violência, discriminação ou negação de direitos. Contudo, quais as demandas que a população trans solicita à gestão da Universidade e ainda carecem de regulamentação? Como os grupos hegemônicos da Universidade lidam com os grupos historicamente discriminados? Quais os projetos que a UFJF possui para atender essa minoria? A UFJF poderia realizar outros projetos voltados especificamente à população trans? Os poucos registros de demanda por parte do alunado trans é um dado de uma demanda reprimida?

Para responder tais indagações pretendeu-se investigar, sob a perspectiva de direitos humanos e fundamentais, maneiras da UFJF garantir políticas de acesso e permanência da população trans no Ensino Superior. Dessa forma, o objetivo da dissertação é analisar os programas, ações e políticas de acesso e permanência para discentes trans na UFJF e propor um Plano de Ação Educacional

Já os objetivos específicos são descrever os programas existentes e os problemas enfrentados pelas pessoas trans, bem como analisar a insuficiência ou não das políticas sob o prisma dos direitos humanos e da inclusão. Assim, assumimos como hipóteses que, a identificação de demandas, e a regulamentação por meio de políticas na área educacional nos ambientes universitários, contribuem para a permanência das alunas e dos alunos trans no ambiente acadêmico. Nesse sentido, as questões a serem examinadas são afetas às demandas da população trans que carecem de regulamentação, a maneira que os grupos hegemônicos da Universidade lidam com os historicamente discriminados, além da insuficiência ou não dos projetos da UFJF para atender essa minoria.

A metodologia empregada terá uma abordagem qualitativa, com foco no estudo de caso. Segundo Prodanov e Freitas (1986), a abordagem é qualitativa quando há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, a qual não pode ser traduzida em números, sendo a relevância concentrada na interpretação dos fenômenos e atribuição dos significados. Dessa forma, a fonte direta é o ambiente analisado, sendo o pesquisador, o instrumento-chave para a efetivação da pesquisa.

A pesquisa qualitativa faz-se ideal para o caso em questão pelas características que a ela são particulares. Nesse sentido, Lüdke e André destacam que as características em uma abordagem qualitativa são:

> a) a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;
> b) os dados são predominantemente descritivos;
> c) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto;
> d) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador;
> e) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. (LÜDKE; ANDRÉ, p. 44, 1986).

Além disso, pode-se dizer, ainda, que se trata de um estudo de caso, tendo em vista que busca analisar a complexidade da situação particular a ser apresentada (PRODANOV; FREITAS, 1986).

No mais, para o desenvolvimento e análise da dissertação traremos, inicialmente, referenciais teóricos como Butler (2003), Bento (2008) e Preciado (2014). No que se refere à pesquisa bibliográfica, as obras analisadas foram elementares em razão do conhecimento científico das mesmas, as quais puderam dar subsídios para todo o material que será apresentado e, assim, servir de ponto de partida para que essa e outras pesquisas sejam realizadas.

Outra metodologia empregada foi a análise de uma série de documentos, Portarias e Resoluções da Universidade Federal de Juiz de Fora com o objetivo de verificar quais as políticas existentes em prol da população trans, verificando a sua evolução ao longo dos últimos anos. Assim, serão analisadas as Resoluções que regulamentam o nome social na Universidade Federal de Juiz de Fora, quais sejam, Resolução de nº 06/2015, nº 04/2017 e nº 24/2019, todas do Conselho Superior da UFJF, vindo esta última a também assegurar a utilização dos espaços segregados por gênero no âmbito da UFJF. Serão analisados, ainda, dados comparativos com outras cinco Universidades Federais brasileiras, a fim de observar as políticas desenvolvidas nas cinco regiões geográficas do país.

Ainda no que se refere à documentação, serão analisados documentos e dados disponibilizados pela Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas, pela Central de Atendimento e pelo Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional da UFJF. Para tanto, foram encaminhadas mensagens e ofícios aos canais acima referidos, solicitando informações sobre as demandas registradas pela população trans, bem como sobre o quantitativo de pessoas que pediram a utilização do nome social. Tais chamados foram abertos visando investigar os cursos de maior entrada das pessoas trans, bem como se havia registros de problemas enfrentados com demandas formais registradas.

Ainda quanto aos dados, também foi solicitado junto à Coordenação Geral de Processos Seletivos da UFJF (Copese) o quantitativo de pessoas que solicitaram o uso no nome social no programa de ingresso eletivo misto (Pism) da UFJF e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), nos últimos três anos.

Outro instrumento de pesquisa igualmente relevante foi a observação do campo. Esta deu-se através de conversas informais e, também, na presença desta pesquisadora em palestras e Reuniões que discutiam interesses da população trans. No que se refere às conversas, elas possibilitaram um estreitamento com pessoas e demandas que, até então, não tinham sido observadas nos registros formais, podendo-se obter informações caras a este trabalho. Assim, foram contatadas a Coordenadora do Núcleo de Apoio à Inclusão, a Coordenadora do Centro de Psicologia Aplicada, uma jornalista da Diretoria de Imagem da UFJF, bem como a antiga e atual Ouvidoras da Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas.

Além das conversas, o comparecimento em Reuniões promovidas pela Diretoria de Ações Afirmativas para debate sobre a nova Resolução do nome social, juntamente com a população trans, além de Reuniões com o suporte da Diretoria de Imagem, visando elaboração de campanhas de forma participativa, foram oportunidades igualmente relevantes para contextualizar o trabalho que a UFJF realiza, e tomar dimensão das complexidades envolvidas. Ademais, a observação do campo também ocorreu em eventos promovidos pelo Grupo de estudos e pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade (Gesed), vinculado à Faculdade de Educação, no ano de 2019, sendo relevante destacar a promoção de palestras na III Semana *Rainbow* da UFJF.

Explicado o caminho percorrido na primeira etapa da pesquisa, assinala-se que haverá a divisão da pesquisa em dois momentos. Isso porque, a metodologia descrita até então, foi a empregada até a fase de qualificação, ocasião em que se buscou encontrar evidências para subsidiar a realização desta dissertação. Importante destacar, também, que no apêndice deste trabalho há um quadro com o resumo de todas as ações de pesquisa realizadas nesta primeira etapa.

Após a qualificação, foram realizadas entrevistas semiestruturadas tanto com discentes trans, quanto com representantes da UFJF que contribuem para a promoção de políticas.

No que se refere aos alunos e às alunas trans, propriamente, foi entrevistado um terço do corpo discente trans que se encontra ativo nos cursos da UFJF. O contato inicial com os estudantes trans foi possível através do comparecimento desta pesquisadora em reuniões promovidas pela Diretoria de Ações Afirmativas (Diaff), nas quais as pessoas trans encontravam-se presentes. Nessas ocasiões, foram realizadas tentativas de aproximação e a primeira pessoa entrevistada foi decorrente deste contato.

Realizada esta primeira entrevista, o contato com as demais pessoas trans ocorreu através do método bola de neve, quando, então, uma pessoa entrevistada indicou um colega que acreditava haver disponibilidade e interesse em participar da pesquisa. Tais entrevistas foram um relevante instrumento exploratório que possibilitou conhecer, em partes, a experiência dos sujeitos protagonistas da investigação, os quais são diretamente afetados pela existência de políticas ou pela falta delas. Ademais, cabe assinalar que todas as pessoas contatadas dispuseram-se a prontamente participar da entrevista e contar suas histórias, o que foi de grande valia nesta jornada como mestranda. Nas entrevistas foi possível estabelecer uma aproximação amigável, de escuta e valorização das falas e trajetórias de vida das pessoas.

Já para as entrevistas com representantes da UFJF, foram pensados em quatro grupos principais, os quais representam nortes de categoria em todo trabalho. São eles: Tratamento Legal, representante do setor de Saúde, Ações formativas e de Pesquisa e captação da Base de Dados.

Quanto à representação do Tratamento Legal, foi realizada uma entrevista semiestruturada com o Diretor da Diretoria de Ações Afirmativas. A Diretoria é a instância, atualmente, de maior empenho na discussão das causas afetas às políticas de Ações Afirmativas e está sempre à frente das discussões com a população trans. Por esta razão

a pertinência da escolha da pessoa ocupante deste cargo para representar essa categoria.

No que se refere ao Setor de Saúde, a pessoa responsável foi o Superintendente do Hospital Universitário (HU). Tal escolha deve-se não só em razão da relevância do HU para a promoção de saúde da população trans da UFJF, e de toda a cidade de Juiz de Fora, mas, também, em razão do recente processo de credenciamento do Hospital Universitário da UFJF para realizar o processo transexualizador.

Já a representação de Ações formativas e Pesquisa refere-se a um dos professores coordenadores do grupo Gesed. Em razão do aprofundamento do debate na Faculdade de Educação e, ainda, em razão do protagonismo na criação do curso de especialização “Relações de gênero e sexualidades: perspectivas interdisciplinares”, entendeu-se relevante investigar as contribuições do grupo e analisar as proposições para o tema.

Quanto à Base de dados, a entrevista aconteceu com uma pessoa do corpo técnico do CGCO, responsável pela manipulação dos dados que registram o nome social na UFJF. Por entender que os dados solicitados, por vezes, apresentaram-se inconsistentes e/ou incompletos, fez-se importante uma análise mais detida de como ocorre a manipulação e tratamento dos dados disponibilizados na base.

Assinala-se que a presente dissertação será estruturada, além da Introdução, denominado Capítulo 1, com outros dois capítulos. O capítulo 2, intitulado “A população trans na Universidade Federal de Juiz de Fora” tem o propósito inicial de informar a quem lê conceitos essenciais das discussões de gênero e apresentar o universo trans, relatando questões sociais e educacionais, até adentrar na população trans na UFJF, propriamente dita.

Assim, a primeira seção “O gênero e as múltiplas formas de existir” visa atender a finalidade de apresentar esses conceitos básicos para a discussão do tema, trazendo discussões com referenciais das autoras Butler e Berenice Bento, além de informar a quem lê a respeito dos estigmas e violência que permeia a vida das pessoas trans.

Já a segunda seção, intitulada “A população trans e sua inserção no contexto educativo”, de posse dos subsídios necessários, serão trazidos elementos mais gerais da população trans, abordando sobre violência, inserção no mercado de trabalho, e tempos de estudo. Na sequência, será afunilada a temática do contexto educativo das pessoas trans com as questões problematizadas da Educação Básica, até adentrar na Educação Superior, e na inserção e permanência na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Na terceira e última seção do Capítulo 2, intitulada “A UFJF e população trans: as primeiras descobertas”, será apresentado o nosso campo de pesquisa, que é a Universidade Federal de Juiz de Fora, bem como dados colhidos da população trans. Assim, será exibido o quantitativo de pessoas que solicitaram o uso do nome social, o *status* da matrícula atual, os cursos de inserção, bem como os problemas e demandas que já foram registrados nos canais próprios da Instituição.

No Capítulo 3, intitulado “ As Políticas e ações promovidas em prol da População Trans” serão analisadas as políticas em vigor em prol das pessoas trans da UFJF. Além disso, será apresentada bibliografia sobre as políticas de combate à discriminação sexual e ações que garantam a permanência de estudantes em Universidades. Na primeira seção do capítulo 3, intitulada “Ações para garantir a inserção e permanência das pessoas trans nas Universidades” será realizada análise bibliográfica a respeito da abertura do Ensino Superior e a democratização do acesso, apontando a necessidade de promoção de políticas de combate à discriminação para garantir a permanência de estudantes trans nas Universidades.

Na única subseção, denominada, “Ações e políticas promovidas em cinco Universidades Federais Brasileiras em prol da população trans” será apresentada uma pesquisa comparativa com outras cinco IES, situada uma em cada região geográfica do Brasil. Para escolha do Estado representativo da região, valeu-se do recorte de haver o maior número de pedidos de utilização do nome social, na edição do Enem 2018, naquela região geográfica, de acordo com os dados disponibilizados pelo Inep.

Já na segunda seção, intitulada “O que já faz a UFJF”, serão apresentadas as ações desenvolvidas pela UFJF através da Diretoria de Ações Afirmativas, bem como as campanhas, portarias, resoluções e eventos que o corpo institucional desenvolve em prol das pessoas trans.

Na terceira seção, “Quem são as pessoas trans da UFJF?” será relatado como ocorreram as entrevistas com os estudantes e, apresentada, brevemente, as histórias de vida das pessoas entrevistadas. Na quarta e última seção do Capítulo, denominado “Acesso e permanência de estudantes trans: uma análise das Ações já implementadas pela UFJF” será apresentada a forma que foi realizada a pesquisa com os demais atores, trazendo elementos que dialoguem com a captação da Base de Dados, o Tratamento Legal, Ações formativas e de Pesquisa, além da Saúde.

No último Capítulo desta dissertação, será apresentado um Plano de Ação Educacional (PAE), nos moldes do método 5W2H[7]. O capítulo denominado “Plano de Ação Educacional: proposições para o aprimoramento das políticas institucionais para o acesso e permanência da população trans na UFJF”, foi dividido em três seções, e nele será sugerida uma proposta de intervenção, com o objetivo de auxiliar na solução do quadro de acessibilidade insuficiente da população trans no Ensino Superior. Assim, na primeira seção, denominada “A reestruturação da Diretoria de Ações Afirmativas”, será defendida a necessidade de uma nova configuração para a Diaff, a fim de que haja um debate institucionalizado na UFJF, voltado às questões afetas ao público trans. Já na segunda seção, “A capacitação do pessoal da UFJF”, conforme o próprio nome diz, serão propostas ações para a habilitação de docentes, técnicos, estudantes e funcionários do quadro, nas questões de gênero. Por fim, na última seção, “As ações de inclusão e

[7] Tal método consiste em uma série de questionamentos a respeito do processo produtivo, o qual possibilita conhecer rotinas, problemas e soluções. Assim, os 5 “W” referem-se às seguintes questões em inglês: *What, Why, Where, When* e *Who* e os 2 “H” indagam *How* e *How much.*

assistência”, serão apresentadas sugestões de políticas e ações, visando estimular o ingresso e permanência do público trans na UFJF.

2 A POPULAÇÃO TRANS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

As pessoas trans estão, aos poucos, adentrando no meio acadêmico da Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF. Embora os números ainda sejam tímidos, pode-se afirmar que desde a Resolução de nº 06/2015 do Conselho Superior- Consu, a qual possibilitou a utilização do nome social nos documentos da vida acadêmica, foram realizados 38 (trinta e oito) pedidos, partindo de 29 (vinte e nove) pessoas. Além disso, em recente pesquisa divulgada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)[8], os dados sobre identidade de gênero apontam que 7,7% do alunado da UFJF não se declara cisgênero, distanciando-se da cisnormatividade[9]. Tal terminologia será apresentada e discutida na seção 2.1 do presente Capítulo, ocasião em que serão definidos outros conceitos também essenciais para este trabalho.

Diante desses dados, mas não apenas em razão deles, é necessário analisar o processo de inserção e de permanência de estudantes trans na Universidade. Isso porque, sabe-se que a cis-heteronormatividade permeia a nossa sociedade e põe a margem todas as pessoas que venham a se distanciar do “padrão pré-estabelecido”, sendo este cenário reproduzido, inclusive, em instituições de ensino. Assim, faz-se necessário refletir sobre as teorias existentes, a fim de encontrar subsídios para a propositura de uma estratégia capaz de romper com os parâmetros engessados que nos cercam.

Nesse sentido, o propósito inicial deste Capítulo é apresentar conceitos[10] e situar a quem lê no contexto da discussão de gênero. A primeira seção intitulada “O gênero e as múltiplas formas de existir” pretende cumprir esse papel e informar a respeito dos estigmas e violência que permeia a vida das pessoas trans.

Já na segunda seção, intitulada “A população trans e sua inserção no contexto educativo”, de posse dos subsídios necessários, serão trazidos elementos mais gerais da população trans, afunilando-se para o contexto educativo da Educação Básica até adentrar na Educação Superior.

Na terceira e última seção deste capítulo, intitulada “A UFJF e a população trans: as primeiras descobertas”, serão apresentadas informações das pessoas trans na Universidade Federal de Juiz de Fora. Assim, será exibido o quantitativo de pessoas que solicitaram o uso do nome social, os cursos de inserção, bem como os problemas e demandas que já foram registrados nos canais próprios da Instituição.

---

[8] A pesquisa nacional ocorreu em 63 universidade federais e dois centros federais de educação tecnológica (Cefet) em todos os estados. Os dados foram coletados entre fevereiro e junho de 2018, a partir de uma amostra de 35,34% do total de 1.200.300 estudantes matriculados em cursos presenciais naquele período. Os questionários foram aplicados diretamente a(o)s aluno(a)s, via internet, com identificação por login e senha, garantindo que cada estudante responderia apenas uma vez. Na UFJF, foram validadas 3.344 respostas, representando 18,746% do total de 17.838 estudantes no período.

[9] Os cisgêneros ou pessoas “cis” são aquelas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento. A cisnormatividade elucida o ideal de que para seguir a norma da sociedade a pessoa deve reconhecer-se e identificar-se de acordo com o seu gênero biológico.

[10] Os conceitos que serão apresentados visam tornar a leitura deste trabalho também possível para as pessoas que não possuem repertório na área de Gênero e Sexualidade, apresentando perspectivas teóricas que não são unânimes, mas auxiliam no processo de apropriação do tema.

2.1 O GÊNERO E AS MÚLTIPLAS FORMAS DE EXISTIR

Menino ou menina, homem ou mulher, masculino ou feminino. Tais terminologias atendem ao senso comum, são utilizadas como marcadores de gênero e padronizam os corpos. Assim, para atender ao padrão normativo imposto pela sociedade, a pessoa deve encaixar-se em um desses estereótipos e balizadores de gênero. Além disso, não basta reconhecer-se de acordo com seu sexo biológico, também é necessário que a orientação sexual seja direcionada a uma pessoa do gênero distinto do seu. Este é o cenário de uma pessoa que atende a hegemonia da cisgeneridade e da heterossexualidade, tidos como “normais” (BENTO, 2008).

A identidade de gênero é definida, assim, como a forma com que a pessoa se identifica e se afeiçoa em relação ao seu gênero, ou seja, a maneira com que se reconhece e pretende ser reconhecida. Nesse sentido, quando uma pessoa se identifica com o gênero a ela designado pela sua anatomia biológica será considerada cisgênera ou cis. Em outras palavras, pode-se dizer que a cisgeneridade é a identidade de gênero de uma pessoa que possui a experiência interna do gênero em consonância com o sexo atribuído no nascimento (JESUS, 2012).

Já quando ocorre a identificação com um gênero diferente do designado no nascimento pelo sexo biológico estaremos diante de uma pessoa trans. Tais pessoas, normalmente, passam por um processo de transição de comportamento, de corpo, além do modo de se vestirem e se expressarem. Cabe esclarecer, assim, que as mulheres trans seriam as mulheres que possuem sua anatomia masculina quando do nascimento, mas reconhecem-se com a identidade feminina e comportam-se como mulheres. De outro lado, os homens trans são aqueles que possuem a anatomia originalmente feminina, mas se reconhecem e se comportam como homens.

Ademais, alguns conceitos do universo trans merecem ser aqui definidos diante das dúvidas que pairam sobre as suas terminologias. Assim, destaca-se que as pessoas transgêneras são indivíduos cuja identidade de gênero não corresponde ao seu sexo biológico. Normalmente sentem um grande desconforto com seu corpo em razão de não se identificarem com seu sexo biológico. É considerado um termo mais genérico ou “guarda-chuva”, o qual pode ser usado para diversas identidades não cisgêneras (JESUS, 2012).

Já as pessoas transexuais são aquelas que desejam viver e serem aceitas como indivíduos do sexo oposto. Tal desejo pode vir acompanhado ou não de um sentimento de inadaptação ao sexo anatômico e submissão à intervenção cirúrgica e tratamento hormonal, sendo muito particular a construção da identidade de cada uma das pessoas.

As travestis também são uma das várias identidades possíveis. Elas, normalmente, vivenciam papéis do gênero feminino, apesar de não se reconhecerem como homens ou como mulheres. Seriam, assim, um terceiro gênero que sofre com o estigma desta terminologia, por serem, muitas das vezes, relacionadas às profissionais do sexo, sofrendo a dificuldade de serem empregadas (JESUS, 2012).

Já a *drag queen* é uma personagem feminina, fruto de uma manifestação artística, desempenhada por homens e mulheres. Exige-se uma montagem com maquiagens, perucas e produções normalmente coloridas e brilhantes. Por fim, as pessoas não binárias, são aquelas cuja identidade de gênero não é nem masculina nem feminina, ou seja, está entre os sexos ou é uma combinação de gêneros (REIS; PINHO, 2016).

Outra terminologia que merece destaque, e foi observada de maneira muito presente quando da realização das entrevistas com os estudantes trans, refere-se ao conceito de passabilidade. Segundo Ferreira (2017), a passabilidade significa “passar por”, ou seja, uma característica de sujeitos trans passarem-se ou não por sujeitos cis. Assim, a pessoa trans seria tanto mais “passável” quanto mais conseguisse apagar as marcas da sua condição biológica e colocar em si características sociais do sexo com o qual se identifica.

Importa salientar que a identidade de gênero e orientação sexual são conceitos diversos. Esta última diz respeito ao interesse e atração afetiva dos indivíduos em relação às outras pessoas. Neste contexto, segundo a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (2010), cabe destacar que as expressões de sexualidade mais difundidas atualmente são: a) assexualidade: ausência de atração sexual; b) bissexualidade: atração por pessoas dos dois gêneros; c) heterossexualidade: atração por pessoas do gênero oposto; d) homossexualidade: atração por pessoas do mesmo gênero; e) pansexualidade: atração por pessoas de variados gêneros e sexualidades.

Berenice Bento (2008) elucida que, ainda quando feto, já é iniciado o processo de expectativa a respeito do gênero de um indivíduo. Assim, quando o sexo da criança é revelado por um exame de ultrassom, estando ela ainda na barriga da mãe, seriam evocadas expectativas naquele pequeno corpo, o qual é apenas uma promessa. Nesse viés surgem as tecnologias discursivas, as quais se dirigem para que o corpo esteja bem preparado para desempenhar o seu gênero correspondente.

Dessa forma, seja nos diálogos e conversas, ou ainda que de maneira mais implícita, são estabelecidas proibições e afirmações, deixando suas possibilidades bem estanques ao determinarem o que seria coisa de menino e coisa de menina. Assim, o anormal seria tudo que escapa ao padrão cis-heteronormativo, havendo terrorismo e exclusão dos corpos que divergem da normalidade. Tais situações são bem caracterizadas quando os meninos se afeiçoam por bonecas e meninas apresentam interesses em brincadeiras que exigem força ou alimentam um espírito de aventura, o que, para os padrões cis-heteronormativos, seria um sinal de perigo (BENTO, 2008).

É nesse norte que Joan Scott (1995), aponta o gênero como um dos elementos que constituem as relações sociais e baseia-se nas diferenças produzidas entre os sexos, sendo uma fonte primária para dar significado às relações de poder. Essa diferenciação de papéis sociais a serem desempenhados por homens e mulheres seria, portanto, uma construção da sociedade, havendo um desprestígio de cada ação e pessoa que pretenda descumprir tal comando.

Dessa forma, elucida Scott (1995), que a noção de gênero é entendida como relação estabelecida a partir da percepção social das diferenças biológicas entre os sexos, oferecendo uma maneira de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos a homens e mulheres. Diante dessa percepção, pode-se observar as relações de poder e os esquemas classificatórios que opõem macho e fêmea, forte e fraco, superior e inferior.

No mesmo diapasão, Judith Butler (2003) defende que o gênero é uma forma de regulação social. Haveria, assim, dispositivos específicos de regulação que seriam impostos aos sujeitos, sendo eles desde regulações legais, militares, educacionais, até psicológicos. Tais dispositivos regulatórios seriam construídos historicamente e, assim como o gênero, pautam-se em repetição de gestos, movimentos e estilos.

Nesse contexto, é pertinente a reflexão sobre a identidade nos moldes aventados por Guacira Louro (2000). A autora indaga, assim, a respeito dos significados de uma aparência corporal, bem como sobre os processos históricos e culturais que possibilitaram que algumas características sejam mais valiosas que outras. Para ela, a atribuição de identidade ou diferença seria, então, parte de um jogo de poder em que os corpos são significados e representados culturalmente. A identidade referência ou padrão seria a do homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, características estas que representariam importância e hierarquia.

Dessa forma, a heteronormatividade seria, então, o cumprimento da ordem presente, fundada no modelo familiar heterossexual e reprodutivo e a quem romper com tais premissas seria fadado à violência simbólica e física (MISKOLCI, 2013). A violência simbólica seria representada, então, pela chacota e zombaria, gerando a exclusão de tudo o que vier a fugir dos padrões, o que ocorre desde as instituições de ensino até o mercado formal de trabalho. Já a violência física pode ser representada pelas mais variadas maneiras de cometer lesão corporal, até a morte de *gays* e das travestis, como usualmente observamos no noticiário do país.

Assim, defende Bento (2008) que existiria uma espécie de “costura”, a qual faria uma verdadeira amarração entre sexo e gênero, advindo um corpo a ter vida se estiver coerente nesta relação. As performances que extrapolem esse contexto “são postas à margem, analisadas como identidades transtornadas, anormais, psicóticas, aberrações da natureza, coisas esquisitas” (BENTO, 2008, p. 45).

Nesse contexto, Butler (2003) elucida que haveria os gêneros considerados “inteligíveis”. Essa intelegibilidade ficaria restrita às pessoas que mantêm coerência entre sexo, gênero, prática e desejo. Disso advém que eventual descontinuidade seria proibida diante das leis que estabelecem linhas causais entre o sexo biológico, o gênero construído e o efeito deles no desejo e práticas sexuais.

Destaca Butler (2003), contudo, que a ordem biológica do sexo se difere do gênero. Isso porque, a princípio, o sexo seria “intratável” em termos biológicos, enquanto o gênero seria culturalmente construído. Ao sexo caberia a classificação biológica dos indivíduos, baseada em características orgânicas, como níveis hormonais e órgãos reprodutivos e genitais, enquanto o gênero seria a identidade com que a pessoa se identifica e como transita no mundo.

É colocada em questão, assim, a ordem binária e a concepção pré-estabelecida de masculino *versus* feminino. O gênero subverte o determinismo biológico e o pensamento estanque binarista. Ainda nas palavras de Butler:

> Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. (...) Mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois. (...) Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino. (BUTLER, 2003, p. 24).

Diante de um cenário de multiplicidade de formas de vida e possibilidades estéticas de se relacionar com o gênero, Dhyego Câmara de Araujo (2017) pontua a existência de uma espécie de régua de normalização social, a partir da qual são estabelecidos níveis de normalidade. Dispõe Araújo (2017, p. 657) que, no contexto heteronormativo “(...) quanto mais próximos aos padrões heterossexuais esperados, maior o grau de normalidade, ao passo que, quanto mais distante, maior o grau de anormalidade.” Ademais, é importante anotar que, conforme o autor, de acordo com essa régua social, mesmo dentro do próprio grupo, quanto mais próximo das regras de normalidade e longe da perversidade menos se é anormal, sendo criadas “rachaduras” e estabelecidas hierarquias entre os corpos.

Nesse contexto de formas múltiplas e diversas, Beatriz Preciado sugere a criação de uma nova natureza, a contrassexualidade. Assim, para Preciado (2014, p. 21) “A contrassexualidade é em primeiro lugar: uma análise crítica da diferença de gênero e de sexo, produto do contrato social heterocentrado, cujas performatividades normativas foram inscritas nos corpos como verdades biológicas.” De acordo com Preciado (2014), o gênero é, ao mesmo tempo que construído, também inteiramente orgânico, uma verdadeira tecnologia que fabrica corpos sexuais.

Dentro desse contexto surge, então, a teoria *quee*r, a qual advém de um impulso crítico em relação à ordem sexual contemporânea (MISKOLCI, 2013), trazendo à tona a necessidade de despatriarcalizar as relações sociais. Diante das inúmeras formas de viver em sociedade, tal teoria vem refutar a modulação e padrões cis-heteronormativos, dando evidência e visibilidade a outras maneiras de vivência e expressões do gênero e da sexualidade, negando a binariedade.

Romper o binarismo seria, em um segundo momento, desestabilizar as relações de poder e subordinação existentes socialmente, desconstruir os binômios oposicionais: homem/mulher, heterossexual/homossexual, macho/fêmea, masculino/feminino (PRECIADO, 2014). Para Wittig (2007) a restrição binária que pesa sobre o sexo atende aos objetivos reprodutivos de um sistema de heterossexualidade compulsória,

hierárquico e discriminatório, sendo que a derrubada de tal regime possibilita inaugurar um verdadeiro humanismo da “pessoa”, livre das amarras impostas aos sexos.

Dessa forma, a transexualidade e as diversas possibilidades de experiências transitórias evidenciam que não é necessário o cumprimento da regra predestinada aos corpos. As normas que encaixam e modelam o gênero e os corpos passam a ser relativizadas e flexionadas:

> O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis, e ao fazê-lo se põem em risco, pois desobedeceram as normas de gênero; ao mesmo tempo, revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas. (BENTO, 2008, p. 38).

Diante desse contexto, vê-se que o corpo trans seria a verdadeira contradição com os ensinamentos do sistema binário, uma vez que são a materialização da ruptura das normas, trazendo à tona as possibilidades e formas variadas de ser e de portar-se no mundo. Nesse contexto, segundo Butler (2014, p. 270) o “gênero é internamente instável, e a vida dos transgêneros são evidência da quebra de quaisquer linhas de determinismo causal entre sexualidade e gênero”.

Ora, enxergar o mundo cis-heteronormativamente culminou por patologizar todos os comportamentos que tendem a escapar dessa norma. Destaca Bento (2008, p.41) que a transexualidade seria “(...) a materialização do impossível, o inominável, aquilo que transcende a capacidade de compreensão”. Nesse contexto, a população trans sofreu o estigma de ter a sua especificidade encarada como transtorno mental pela Organização Mundial de Saúde (OMS) durante décadas. Apenas recentemente, no ano de 2018, houve uma atualização na classificação feita pela Organização, vindo a transexualidade a integrar um novo capítulo intitulado "condições relacionadas à saúde sexual", sendo classificada como "incongruência de gênero". Conforme elucidado no catálogo do Código Internacional de Doenças (CID), define-se a incongruência de gênero como “incongruência acentuada e persistente entre o gênero experimentado pelo indivíduo e àquele atribuído em seu nascimento”.[11]

O tratamento da medicina sobre essa temática por um longo período reforçou a estigmatização das pessoas que se viam inconformadas com a relação sexo biológico – gênero, o qual, cumulado com a marginalização social e com a não aceitabilidade das famílias, aumentou a vulnerabilidade e diminuiu a possibilidade de desenvolvimento da personalidade (PATRIOTA, 2018).

Dispõe Adriana Lohana dos Santos (2017) que, por conflitarem com as normas de gênero impostas pela sociedade, as pessoas trans são excluídas e deixadas à margem. Nesse processo, as violências cometidas contra a população trans são inúmeras, as quais vão desde xingamentos até agressões físicas. Bento (2011) considera a patologização social da experiência identitária a mais cruel das formas de violência, por encararem as pessoas como inferiores. Destaca, ainda, que as pessoas trans assumem

---

[11] Disponível em: https://icd.who.int/browse11/l/en#/http%3a%2f%2fid.who.int%2ficd%2fentity%2f411470068

uma verdadeira "posição de risco" com a declaração da transexualidade, considerando que passam a sofrer a possibilidade de correção e violência pela heterossexualidade compulsória.

Nesse sentido, Sayonara N. Bonfim Nogueira e Euclides Afonso Cabral (2018) defendem que a principal razão da violência que acomete a população trans está relacionada com as desigualdades criadas a partir do gênero. Tais desigualdades são de ordem social, cultural, econômica e educacional.

Segundo Cecília M. de Menezes Patriota (2018), as pessoas trans são sujeitas aos crimes de ódio, sendo tais crimes motivados em razão de a vítima apresentar características próprias como determinada raça, cor, origem, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Diferem-se dos demais crimes pelo fato de serem dirigidos não a um indivíduo, mas a um determinado grupo com determinadas características específicas, sendo que, em regra, os que cometem esses crimes visam amedrontar e enviar uma mensagem de ódio a uma comunidade inteira, gerando um medo coletivo.

Nesse norte, Megg Rayara (2018) pontua a necessidade de reflexão acerca de dois movimentos distintos quando a agressão ocorre com uma pessoa trans e negra. Salienta, assim, que o racismo e a transfobia, operados contra uma pessoa, seriam parte de um movimento que valoriza a cisgeneridade heteroxessual e branca. Assim, advém o racismo científico, fruto do determinismo racial, o qual emprega ser possível conhecer o criminoso antes que cometesse o crime. Às travestis negras restava, então, um local periférico de pobreza, pecado, insalubridade e depravação.

Ainda segundo Rayara (2018), na década de 1950, os aparelhos estatais mantinham-se vigilantes em determinar os espaços de cada um na sociedade, sendo toleradas as identidades travestis apenas em seus locais de trabalho, sendo raras aquelas que manifestavam a feminilidade em tempo integral. Esse cenário apontado seria característico, contudo, de travestis brancas, que dividiam suas atividades em prostituição e o teatro. Já a travestilidade negra seria constituída pela margem da margem, alijada aos espaços de malandragem, pobreza e violências física e simbólica.

Outro fato importante de destacar é que os dados da violência transfóbica são extraoficiais, uma vez que a preocupação em tratar da forma correta os assassinatos e agressões em geral contra a população trans está majoritariamente presente em organizações não governamentais e associações de proteção ao direito de Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexos (LGBTTI). Neste sentido, pode-se destacar o trabalho desempenhado pela ONG Grupo Gay da Bahia (GGB). A ONG GGB foi fundada em 1980 e é a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos voltada à população LGBTTI no Brasil. Tal ONG desenvolve anualmente o trabalho de apresentar relatórios apontando os crimes cometidos contra a população LGBTTI, partindo da necessidade de denúncia e de visibilidade, diante do aumento de casos de assassinato e violência contra a população.

Contudo, supõe-se uma ausência de interesse governamental na produção de dados oficiais, razão pela qual falar dos dados produzidos que envolvem o grupo de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transgêneros e intersexos ainda é falar de "não

dados".

Apesar de assombrosos os números de registros de ataques à população LGBTTI, de acordo com a Comissão Interamericana ainda são baixos os índices de denúncias. A subnotificação invisibiliza a violência cotidiana contra as pessoas LGBTTI, especialmente quanto aos ataques não letais. Relatórios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos- CIDH de fontes independentes indicam que as pessoas lésbicas, *gays* bissexuais e trans, frequentemente, sofrem uma grande variedade de ataques, como empurrões, pauladas, além de lançamento de garrafas, pedras e outros objetos contundentes, o que, inacreditavelmente, em alguns locais, já faz parte da vida cotidiana das pessoas LGBTTI.

Diante da marginalização e violência, muitas das vezes a população trans acaba por adentrar em um círculo de exclusão, prostituição e crimes, que passa a ser sua única estratégia de vida. Nesse sentido, destacam:

> A ausência de legislação, os mecanismos de exclusão e o estigma que esta população é submetida é que leva travestis e transexuais a se envolverem em atividades ilícitas, como roubos e tráfico de drogas, o que se intensifica nos segmentos de baixa renda, retroalimentando o processo histórico de inculpação a que foram contidas em uma sociedade que não tolera aquelxs que irrompem com as expectativas de gênero hegemônicas. (NOGUEIRA; CABRAL, 2018, p. 4).

A vulnerabilidade de grande parte das pessoas trans é notória tendo em vista as poucas oportunidades de ascensão social. A própria permanência nas escolas, a entrada no mercado de trabalho e a conquista do emprego formal são grandes desafios. Isso se dá pois ao saírem de casa ainda muito cedo não conseguem o suporte suficiente para profissionalizarem-se, sendo a baixa escolaridade a realidade da maioria da população trans. Assim, existiria uma espécie de círculo vicioso, pois o preconceito na infância prejudica a formação, sendo que a baixa capacitação e preconceito sexual dificultam a abertura de oportunidades no mercado de trabalho.

Nesse contexto, destaca Patriota (2018) que apesar da forma mais cruel e drástica de discriminação ser a retirada da vida de um indivíduo, a violência transfóbica constrói-se em diversos níveis sociais de não aceitabilidade, passando pela família, mercado de trabalho e outros arranjos da vida em sociedade. Assim, em seu cotidiano as pessoas trans presenciam agressões verbais, ameaças, agressões físicas, isolamento e marginalização, não sendo os espaços educativos livres de tais situações.

Essa maneira de enxergar o mundo, heretonormativamente, passa a ser reproduzida por todos os setores da sociedade. Não ficam de fora as instituições de ensino como escolas e Universidades, as quais, deliberadamente ou por falta de interesse, deixam de apresentar diálogos com as pessoas trans sobre as possibilidades de expressões de identidade.

Nesse cenário, a falta de conhecimento sobre as experiências de gênero pode ser suficiente para reproduzir atitudes preconceituosas, as quais podem atingir não só a população trans, mas também *gays*, lésbicas, bissexuais e intersexuais. Na cultura atual observa-se, assim, a exigência de desconstrução de paradigmas e o surgimento de

novas narrativas a respeito das sexualidades, as quais possam acolher o novo e abandonar o binarismo, a fim de acompanhar a diversidade de formas existentes.

Na próxima seção, passa-se a dispor dados mais gerais a respeito da população trans, abordando os seguintes elementos: violência, inserção no mercado de trabalho, e tempos de estudo. Na sequência, será afunilada a temática do contexto educativo da população trans com as questões problematizadas da Educação Básica, até adentrar na Educação Superior, e na inserção e permanência das pessoas trans na Universidade Federal de Juiz de Fora.

2.2 A POPULAÇÃO TRANS E SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO EDUCATIVO

Conforme já assinalado, não há dados governamentais para estimar o tamanho da população trans no Brasil. A ausência de dados oficiais invisibiliza a realidade e, portanto, dificulta que políticas públicas sejam implementadas em prol desse grupo social. Ademais, cabe destacar que em uma população de mais de 200 milhões de habitantes em um território estimado em 8.516.000 km², é logisticamente inviável ONGs levantarem um censo demográfico deste segmento sem financiamento e sem pessoas habilitadas para esse trabalho (NOGUEIRA; CABRAL, 2018).

A despeito da ausência de dados oficias, Giulia Vidale (2017) salienta que é estimado que a população trans mundial seja no montante de 0,5%, o que corresponderia hoje a população do Canadá. Apesar de inconclusivos, estima-se, ainda, que no Brasil tenhamos uma população trans correspondente a 1 milhão de pessoas.

Nesse sentido, destaca Thiago Coacci (2018) que, apesar dos trabalhos acadêmicos envolvendo a temática trans terem crescido no Brasil, os dados estatísticos produzidos são pouquíssimos. Assim, sem conhecimento da real população demográfica e do seu perfil socioeconômico, é dificultada a criação de políticas voltadas a essa população. Nos dizeres do autor:

> Essa vontade de saber quantitativa não deriva de pura curiosidade de algumas ativistas, mas deve ser entendida como situada em um contexto mais amplo, em que a racionalidade da política institucional coloca a estatística como sua língua franca. Dessa maneira, apresentar as demandas no formato de dados quantitativos e ainda com a chancela de se tratar de um conhecimento científico amplia enormemente as possibilidades de diálogo e de convencimento, mesmo que não garanta um resultado positivo. (COACCI, 2018, p. 246).

Atualmente, os dados de maior difusão nas mídias referem-se aos relatórios de assassinatos de pessoas trans. Inicialmente, produzidos pela Rede Trans Brasil, tais relatórios passaram a ser produzidos por outras organizações, tendo em vista o seu sucesso. Diante da assustadora contagem, a Rede Trans Brasil passou a realizar um trabalho em conjunto com a ONG europeia *Transgender Europe* (TGEU), além de outras organizações do mundo que realizam trabalhos de monitoramento do assassinato de pessoas trans. Os dados encontrados ganharam visibilidade em documentos da ONU, sendo tal mapeamento um dado incontestável para realizar pressão em busca de

melhores condições de vida das pessoas trans no Brasil (NOGUEIRA; CABRAL, 2018).

Dados divulgados por Nogueira e Cabral (2018) destacam que de 2008 a 2017 cresceu galopantemente o número de assassinatos de pessoas trans no Brasil, saltando de 57 para 185. Apesar do número vultoso, conforme abordado na primeira seção deste capítulo, a subnotificação é uma realidade que não nos permite tomar proporção real da violência e exclusão imposta a este segmento. Destaca-se ainda que, quanto à identidade de gênero, 95% das vítimas são mulheres trans, estando a grande maioria delas concentrada na faixa etária abaixo dos 30 (trinta) anos.

Outro número, igualmente, alarmante refere-se à informação da União Nacional LGBT de que o tempo médio de vida de uma pessoa trans no Brasil é de 35 anos. Tais dados foram divulgados pela ONG TGEU e concluíram, também, que o Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo. Entre 2008 e 2015, quase 650 pessoas trans foram assassinadas no Brasil, quatro vezes mais do que no México, o segundo colocado da lista. Por tratar-se de crime de ódio, a forma da morte é quase sempre brutal, sendo as principais ocorrências por alvejamento, esfaqueamento e espancamento (NOGUEIRA; CABRAL, 2018).

Assinala-se, ainda, que os aspectos cruentos que estão no cenário de assassinato de uma pessoa trans diferem-se dos cenários de violência doméstica, pois enquanto estes, na maioria das vezes, são cometidos no interior das residências, os assassinatos das pessoas trans ocorrem nas ruas, muito próximo da população. Invariavelmente, são inúmeros tiros, golpes ou facadas em plena praça pública. Pode-se dizer, também, que outra diferença para os assassinatos “habituais” está na própria apuração do crime. Nogueira e Cabral (2018) destacam que, muitas das vezes, a própria polícia demonstra-se sem interesse em apurar os reais acontecimentos.

Patriota (2018) defende, assim, a necessidade de que haja a devida responsabilização em razão de crimes motivados pelo ódio e preconceito, considerando que o sistema cis-heteronormativo atual tende a desvalorizar a vítima e fortalecer o sistema de hierarquização existente. Nesse sentido, a cartilha da Organização das Nações Unidas (ONU) na sua campanha “Livres e Iguais” aponta que os ataques em razão da orientação sexual ou identidade de gênero são muitas vezes impulsionados por um desejo de punir aqueles vistos como desafiadores das normas de gênero. Destaca, ainda, que não é preciso estar fora dos padrões cis-heteronormativos para ser atacado, uma vez que o risco ocorre a medida em que existe uma mera percepção de homossexualidade ou de identidade transgênero.

Bento (2011) destaca, assim, a existência de uma hierarquia para a apuração dos crimes na ordem jurídica, a qual depende da conduta da vítima em vida:

> Nessa cruel taxonomia, casos de pessoas transexuais assassinadas ocupam a posição mais inferior. É como se houvesse um subtexto: “quem mandou se comportar assim”. Essa taxonomia acaba (re)produzindo uma pedagogia da intolerância. A vítima é metamorfoseada em ré em um processo perverso de esvaziá-la de qualquer humanidade. A possibilidade de se reivindicarem direitos humanos se restringe a um grupo muito reduzido de sujeitos que têm atributos que o lançam ao topo da hierarquia: são heterossexuais, brancos, homens masculinos,

> membros da elite econômica/intelectual/ política. O afastamento desses pontos qualificadores de humanidade reduz a capacidade de o sujeito entrar na esfera dos direitos e de reivindicá-los. Os direitos humanos se transformam, nesse processo, num arco-íris: lindo de se ver, impossível de se alcançar. (BENTO, 2011, p. 554).

A intensidade da discriminação e do desrespeito aos quais as pessoas trans são expostas pode vir a desencadear quadros de agressividade, depressão ou levar até mesmo ao suicídio. Uma pesquisa realizada em 2018 com os homens trans no Brasil constatou que 66,4% dos homens trans afirmaram já ter pensado em suicídio; destes, 41,5% já tiveram pelo menos uma tentativa de suicídio e 21,4% já tentaram suicídio mais de cinco vezes. Tal número é muito maior que da população em geral, cujo índice de tentativa de suicídio é de 3%, segundo dados do Centro de Valorização da Vida – CVV de 2012 (SOUZA, 2019)[12]. Estimativas feitas nos EUA pela ONG *National LGBTQ Task Force* apontam em 41% o índice de pessoas trans que já tentaram suicídio naquele país, contra 1,2% da população cis.

Elucida-nos Durkheim (2000) que cada grupo social tem, para o suicídio, uma propensão coletiva que lhe é própria e da qual derivam as propensões individuais. Nesse sentido, os fatores privados que seriam as causas do suicídio, na realidade, constituem-se ecos do estado moral da sociedade. Para Durkheim (2000), o sentido da vida do homem seria, então, diretamente ligado à sua necessidade de aprovação social. A existência do bem estar social necessitaria, assim, de equilíbrio entre as suas exigências, expectativas e os meios socialmente acordados.

Destaca-se, ainda, que também em relação ao suicídio não existem estatísticas oficiais contabilizadas adequadamente pelos órgãos de segurança pública. A ONG Grupo Gay da Bahia faz o papel de localizar e registrar os casos através dos noticiários, estudos e denúncias feitas.

Outra pesquisa que merece ser destacada refere-se a um estudo produzido nos Estados Unidos pela Universidade da Columbia. Nele verificou-se que os jovens homossexuais estão cinco vezes mais propensos ao suicídio do que os heterossexuais. Averiguou-se, nesse contexto, a importância da aceitação e do pertencimento, ao observar que a recepção do ambiente é inversamente proporcional às chances dos jovens se suicidarem (OLIVEIRA, 2018). Em contrapartida, a invisibilidade, discriminação, falta de apoio familiar, estigmas da sociedade, além do difícil acesso ao processo transexualizador seriam gatilhos para contribuir com o ideal suicida (SCHUMANN; MARTINI, 2016).

Ora, fato é que o quadro de violência vem acompanhado de diversas formas de preconceito, fruto de atos discriminatórios, os quais alimentam o quadro de exclusão estrutural que perpassam as pessoas trans, as quais têm o acesso dificultado, quando não impedido, às instituições de ensino e, consequentemente, ao mercado de trabalho.

---

[12] Realizada em parceria com o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat), a pesquisa contou com 242 pessoas de todas as regiões do Brasil. As informações foram colhidas por meio de um questionário estruturado. A faixa estaria é predominante de 18 a 24 anos (41%), seguida de 25 a 34 anos (24%), 14 a 17 anos (22%), 35 a 49 (9%), 45 a 54 (3%) e mais de 65 anos (1%).

Neste norte, segundo estimativas da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), apenas 10% das pessoas transexuais no Brasil têm emprego formal, sendo que mais de 90% de travestis e transexuais sobrevivem unicamente da prostituição. Tal aprisionamento social advém das poucas oportunidades destinadas à população trans, a qual não consegue desenvolver suas potencialidades nos estudos e no trabalho.

Quanto ao papel do trabalho, dispõe Ricardo Antunes (1995), que ele é central na sociedade, interferindo a atividade profissional diretamente na forma que o indivíduo se identifica e se posiciona. Nesse contexto, Heloisa Souza e Marcia Bernardo (2014) defendem a importância do trabalho na dimensão da vida do ser humano. Destacam, assim, que além de garantir a satisfação das necessidades básicas, a atividade profissional interfere diretamente na forma em que o indivíduo se identifica e se posiciona socialmente. Dessa forma, relacionam a baixa escolaridade com o futuro profissional das mulheres transexuais, denunciando os fortes danos que as mulheres trans sofrem no âmbito profissional em virtude da discriminação no ambiente escolar.

Destarte, vivências negativas no espaço escolar acabam por representar dificuldade de inserção profissional, tendo em vista que o papel instrumental das escolas volta-se à preparação profissional e inserção no mercado laboral (SOUZA; BERNADO, 2014). Neste mesmo diapasão, Marcia Bernardo, Francisco Nogueira e Sandra Bull (2011) asseveram que a submissão ao trabalho precário ou a própria exclusão do mercado de trabalho geram adoecimento. Isso ocorre, pois, a vivência em uma sociedade marcada pelo consumo e competição, além da hipervalorização do *status* profissional, podem trazer implicações importantes na vida e na subjetividade das pessoas, com consequências devastadoras.

Em pesquisa realizada por Souza e Bernardo (2014) foi possível observar que, atualmente, as ocupações mais comuns entre as mulheres trans são as de profissionais do sexo e da beleza, fazendo parte do mercado informal e sem exigência de escolaridade. Ademais, a pesquisa também trouxe que a baixa escolaridade e falta de preparo profissional sustentam um discurso para empresas e recrutadores a fim de justificar a não contratação das pessoas trans pela falta de qualificação profissional. Destacam, contudo, a possibilidade de que tal justificativa oculte, em verdade, a existência da discriminação em relação às normas de gênero presentes no mercado de trabalho.

Ora, é fato que a sociedade evoluiu no que se refere à luta das minorias. Apesar de ainda existir um longo caminhar, não se pode desconsiderar que passos relevantes foram tomados em busca de ambientes mais democráticos. A escravidão e o nazismo, por exemplo, já tidos como “normais”, cerceando a liberdade e a vida de pessoas, são vistos, hoje, como repugnantes e inaceitáveis (PEREIRA; BAHIA, 2011).

A sociedade atual mostra-se plural, constituída por diversos grupos e culturas. Essa sociedade democrática, marcada pelas ideias de diversidade, teve como resultado a emancipação de minorias marginalizadas, rompendo-se, gradativamente, com a segregação e as estruturas do patriarcado, no qual as forças de poder encontram-se concentradas predominantemente na figura masculina. Nesse contexto, as instituições de ensino são peças chaves para esse movimento emancipador.

Dispõe Bento (2008) que, ainda nos dias atuais, a fuga do cis-heteronormativo pode culminar na desumanização do ser humano. Nesse contexto, no que se refere aos espaços educativos, Bento elucida a necessidade de refletir sobre os processos de evasão pura e simples e os casos de verdadeira expulsão. Isso porque, de acordo com pesquisa conduzida pela Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), estima-se que o país concentre 82% de evasão escolar de travestis e transexuais ainda no Ensino Básico e Médio.

Ora, atualmente, grande parte do preconceito e da discriminação às pessoas LGBTTI é consequência dos padrões socioculturais estereotipados. Diante deste contexto, as pessoas trans, por vezes, abandonam os estudos, o que acaba por restringir o universo existencial das mesmas.

As escolas e Universidades são as principais instituições guardiãs das normas de gênero e da cis-heteronormatividade as quais, muitas das vezes, acabam por disseminar valores preconceituosos que engendram formas diversas de desigualdade (SANTOS, 2017). Nesse norte, Miskolci (2013) dispõe sobre a existência de um "currículo oculto"[13] nos espaços educativos, ainda comprometido com a imposição da heterossexualidade compulsória:

> Um espaço onde a reprodução destas normas se torna evidente em nossa sociedade é na escola, espaço muitas das vezes caracterizado como local de normatização estatal, fabrica sujeitos e forma cidadãos. No entanto, quanto a discussão acerca da sexualidade, esta tende a reproduzir o ideário do gênero como uma construção binária e heteronormativa, produzindo corpos sexuados definidos a partir de uma única possibilidade de sentido identitário: a heterossexualidade. As pessoas aprendem sobre sexualidade ouvindo injúrias com relação a si próprias ou com relação aos outros. Na escola, quer você seja a pessoa que sofre a injúria, é xingada é humilhada; quer seja a que ouve ou vê alguém ser maltratado dessa forma, é nessa situação da vergonha que descobre o que é a sexualidade. (MISKOLCI, 2013, p. 33).

Nesse sentido, Berenice Bento (2011) destaca que a principal razão das pessoas trans abandonarem a escola ainda no Ensino Básico é por não suportarem as violências cotidianas sofridas nesse ambiente. A escola seria, assim, "Espaço de reprodução do HeteroTerrorismo" (BENTO, 2011, p. 554), uma vez que considerada incapaz de lidar com a pluralidade e as diferenças das alunas e dos alunos, reproduzindo na sociedade o antigo e dominante padrão machista e cis-heteronormativo.

Ocorre que, na prática, esse abandono acontece pois o próprio ambiente escolar expulsa esse estudante ao não lhe possibilitar condições dignas de permanecer nesses espaços, sofrendo violências físicas e psíquicas no seu dia a dia. Assim, ao levantar com maior destreza as reais causas que levam as pessoas trans a não frequentarem espaços educativos, a conclusão é de que são vítimas de intolerância alimentada pela transfobia (SANTOS, 2017).

---

[13] De acordo com Oliveira (2008) o currículo oculto é o currículo real, isto porque apesar de ser transmitido implicitamente e não ser mencionado pela escola é poderoso por propiciar controles sociais, lutas ideológicas e políticas, provocadoras de mudanças sociais.

Discorrendo sobre a violência e preconceito que as pessoas trans sofrem no ambiente escolar, nos elucida Santos:

> O preconceito, a discriminação e a violência que, nas instituições de ensino, atingem gays, lésbicas, bissexuais, e intersexuais e lhes restringem direitos básicos de cidadania, **se agravam em relação às travestis e @s transexuais. Na escola os meninos com performance corporal feminina e meninas com performance corporal masculina, pessoas andrógenas ou outras possibilidades que se destoem do gênero esperado socialmente são os alvos das injúrias e outras formas de violência no espaço escolar.** (SANTOS, 2017, p. 18, grifo nosso).

Impende anotar que casos de *bullying*[14] são, hoje, a todo tempo noticiados. Antes encarados como mera brincadeira, atualmente, são duramente reprimidas quaisquer atitudes de colegas que venham a fazer que alguém seja motivo de chacota. Todas as características são, cuidadosamente, analisadas e, aspectos físicos e comportamentais que não se enquadrem como “normais”, são logo motivo de zombaria. A elevada recorrência de situações deste tipo são potencializadoras a desencadear traumas às crianças e jovens, os quais, por vezes, tendem a tornarem-se inseguros (PEREIRA; BAHIA, 2011).

A sexualidade e seus efeitos se fazem alardear no cotidiano escolar, não podendo a escola se calar diante das transformações da sociedade. Por esta razão, cada vez mais a escola tem sido convocada a enfrentar as transformações das práticas sexuais contemporâneas. Destaca-se, assim, que a escola, bem como o espaço familiar, são ambientes de formação do indivíduo, uma vez que neles são repassados valores e desenvolvidas atividades de respeito mútuo. Além disso, cabe à escola explorar as potencialidades dos seus alunos e alunas, permitindo a todos serem o que de fato são. Ademais, acompanhando todas as transformações da sociedade, é condição indispensável que a escola possa garantir segurança ao seu alunado, sendo ela não só a física, mas também mental e moral. A indiferença ou falta de solidariamente em relação ao sofrimento de uma aluna ou um aluno por parte da instituição escolar, pode ser vista como uma prática de encorajamento da homofobia e da transfobia (PEREIRA; BAHIA, 2011).

Impende anotar que a escola é o berço da Universidade, local de formação do indivíduo e espaço em que a personalidade das crianças e jovens também é construída. Nesse sentido, destacam Pereira e Bahia (2011, p. 61*): “*Importa perceber que o que se propõe aqui não é mera tolerância, mas reconhecimento, é dizer, não basta aqui que a escola suporte este aluno (pseudo) diferente, mas sim que efetiva e positivamente o reconheça, em sua identidade, em sua diferença."

Nesse contexto, a tolerância que imponha alguém não incomodar o outro, isto é, “desde que não pareça ser,” também é violência, considerando que se não se permite apenas ser, todos os demais direitos estarão comprometidos (PEREIRA; BAHIA, 2011).

---

[14] *Bullying* é a prática de atos violentos, intencionais e repetidos, contra uma pessoa que podem causar danos físicos e psicológicos às vítimas.

Defende-se, então, a tolerância tal como apresentada por Paulo Freire (2005, p. 24), ou seja, “da qualidade básica a ser forjada por nós e aprendida pela assunção de sua significação ética – qualidade de conviver com o diferente. Com o diferente, não com o inferior”.

Cabe destacar, assim, que as propostas educativas para prevenção à homo e transfobia devem começar nas escolas, sendo o reconhecimento pelo corpo docente da necessidade de abordagem da diversidade sexual o primeiro passo. Nesse sentido, pontuam Graziela Pereira e Alexandre Bahia (2011) que cabe à escola contribuir no sentido de que temas como diversidade sexual sejam descortinados, capacitando o ser humano a relacionar-se melhor consigo próprio e com o outro.

Segundo pesquisas da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2017), apesar de não haver dados concretos, poucas são as pessoas trans que conseguem ingressar nas Universidades, e, por consequência, é ainda menor o número daquelas que conseguem espaço no mercado de trabalho formal, quando há a exigência de mão de obra mais qualificada.

Outrossim, quando as pessoas trans conseguem espaço nas Universidades, passam a enfrentar o desafio de permanecer nesses espaços e concluir o curso. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais a falta de acolhimento do ambiente universitário, acumulada com as discriminações e violências, por parte da instituição, do corpo docente e de colegas, revelam a dificuldade de acesso ao Ensino Superior pelas pessoas trans.

Diante disso, cabe destacar as vivências de Luma Nogueira de Andrade. Ela relata a sua trajetória até chegar ao Doutorado como travesti, aluna e professora da Educação Básica e do Ensino Superior. Destaca Andrade (2012), que foi necessário criar linhas de fuga para penetrar nas regras do jogo disciplinar e normativo da escola e da sociedade, a fim de sair de uma situação de marginalidade perpétua. Ademais, pontua que vivenciou e vivencia um enfrentamento contínuo de preconceitos em razão da não aceitação do outro para a sua condição diferente, condição esta que a deixava a todo tempo preparada para receber punições, sendo o menor dos erros desculpa para retaliação.

Apresentando um comportamento singularmente feminino e se negando a participar de brincadeiras masculinas, Andrade (2012) relata que as agressões físicas e psicológicas ocorreram na família, na escola e na rua. Além disso, destaca que, especialmente, no ambiente escolar, sempre foi vista como uma anomalia que deveria ser corrigida, não sendo raros os episódios de violência e a omissão da escola ou até mesmo o encorajamento de ações homofóbicas, conforme se vê do relato abaixo:

> Durante minha infância, o acontecimento que mais marcou minha vida ocorreu quando eu cursava a 2ª série do 1º grau. Durante o recreio, **quando brincava com as minhas colegas fui agredida fisicamente a socos e pontapés por um colega de sala que enquanto me batia me mandava —ser homem.** Mesmo estando bem machucada, consegui me livrar do colega e me dirigi chorando para a sala, fiquei em minha carteira, de cabeça baixa, sendo consolada por algumas de minhas amigas. **Ao perceber que a professora se aproximava, uma das garotas lhe delatou o agressor no intuito de reprimir aquele colega. Mas ela não disse nada, não fez nada contra ele, apenas ficou diante de minha**

> **carteira, me olhou da cabeça aos pés e disse: —Bem feito! Quem manda você ser assim?** Todos que estavam naquela sala entenderam o recado, e a razão que levou meu colega e minha professora a fazerem uso de uma pedagogia extremamente inquisitorial. O que eles fizeram contribuiu imensamente para o nosso aprendizado. **Aprendemos juntos, naquele episódio, sobre o que deveríamos fazer diante de situações equivalentes. Neste caso, a violência física e verbal seria o método educativo mais eficaz, não sendo algo desumano, pelo contrário; a intenção, pelo menos na visão deles, era humanizar e educar para a vida.** (ANDRADE, 2012, p. 72-73, grifo nosso).

Da mesma forma, também elucida Marina Reidel (2013). Mulher trans, pedagoga, Marina Reidel, desde muito cedo, aprendeu as regras da escola e o preço que se paga por desobedecê-las. Mesmo sendo as regras de gênero implícitas e não escritas, Reidel (2013) destaca que o seu descumprimento é especialmente repudiado. Exemplificando situações do cotidiano, pontua que em nenhum lugar está posto que uma aluna não pode jogar futebol, ou que um aluno não pode ter interesse por roupas e adereços, mas que a dureza das regras existem, vindo elas a influenciarem o seu ser professor e, depois, o seu ser professora.

Nesse mesmo sentido, pondera Santos (2017), que, em diversas situações nas Universidades, estudantes sofrem influência pelo discurso da cisheteronormatividade, recriminando quem não se encaixa no padrão. Como exemplo vivo desta situação, Adriana Lohana dos Santos revela que, por divergir da norma, a sua exclusão ocorreu na Universidade nos contextos mais diversos, como em grupos de estudos, rodas de discussões e atividades de lazer. Assim, defende Santos a necessidade de que haja a desconstrução dos valores historicamente construídos pela escola e educação, a fim de que haja espaço para uma “(...) nova política de gênero que possa repensar tais valores e visibilizar os invisíveis” (SANTOS, 2017, p. 21).

Verifica-se, assim, que os processos de estigmatização manifestam-se nos espaços institucionais, como as Universidades, as quais vivenciam a contradição de serem cenários de violências simbólicas, físicas ou verbais, apesar de designarem-se como acolhedoras da diversidade e se empenharem para tanto. Ademais, uma das funções da educação é tornar as pessoas preparadas para o convívio com as diferenças através de atitudes de solidariedade e igualdade de direitos, valorizando o coletivo e garantindo o apreço à tolerância (BRASIL, 1996).

Contextualizado o cenário em que a população trans se apresenta, nosso objetivo para a próxima seção é apresentar o nosso campo de pesquisa, que é a Universidade Federal de Juiz de Fora, os levantamentos sobre os cursos em que as pessoas trans que solicitaram o nome social estão inseridas e o *status* da matrícula atual. Além disso, serão revelados os registros de demandas efetuadas nos canais institucionais, os quais vão desde o desrespeito à utilização do nome social até problemas com a utilização do banheiro, a fim de que sejam, neste estudo, apresentadas propostas de ações para garantir-lhes uma permanência digna na UFJF.

2.3 A UFJF E A POPULAÇÃO TRANS: AS PRIMEIRAS DESCOBERTAS

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) é uma Universidade Pública Federal, situada na cidade de Juiz de Fora (MG). Além do seu campus sede, a UFJF apresenta um campus avançado em Governador Valadares (MG). Segundo o *website* oficial da Universidade, a UFJF foi criada em 1960, através de ato do presidente Juscelino Kubitschek. Já o início da construção da Cidade Universitária ocorreu em 1969. Cabe destacar que Medicina, Engenharia, Ciências Econômicas, Direito, Farmácia e Odontologia foram os seus primeiros cursos. Segundo informação do *website* da própria Universidade, destaca-se que a instituição se posiciona como um polo científico e cultural de uma região de mais de três milhões de habitantes e está classificada entre as melhores universidades da América Latina, com reconhecimento nacional e internacional.

A equipe gestora da Universidade encontra-se alocada em Pró-Reitorias e Diretorias. São elas: Pró- Reitoria de Extensão, Pró- Reitoria de Gestão de Pessoas, Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, Pró-Reitoria de Orçamento, Planejamento e Finanças, Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão, Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa, Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Cultura, Diretoria de Inovação, Diretoria de Relações Internacionais, Diretoria de Ações Afirmativas, Diretoria de Imagem Institucional e Diretoria de Avaliação Institucional (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2016).

Ademais, cabe assinalar que a UFJF conta hoje com 93 opções de cursos de graduação, 36 de mestrado e 17 de doutorado, em todas as áreas do conhecimento. Seu quadro de servidores encontra-se distribuído nas áreas acadêmicas e administrativas, contando com o quantitativo de 1534 docentes e 1585 técnicos e técnicas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2019a).

Quanto ao seu corpo discente, o mesmo é de aproximadamente 20 mil estudantes, os quais estão matriculados nos cursos presenciais e a distância das diversas graduações e pós-graduações, sendo ofertadas cerca de 4.600 novas vagas anuais para seus dois campi, nas modalidades bacharelado e licenciatura em todas as grandes áreas de conhecimento (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2019b).

O campo de pesquisa volta-se para este vasto cenário que compreende a UFJF e, na qual, foram feitas diversas abordagens em canais variados para averiguar a existência de evidências suficientes para dar continuidade a este trabalho. Especialmente em razão do ineditismo do tema no programa de pós-graduação, houve a necessidade de uma pesquisa inicial robusta, colhendo não apenas o quantitativo de sujeitos que solicitaram o nome social, mas, especialmente, registros de problemas e demandas requeridas pelas pessoas trans nos canais apropriados. Cabe esclarecer, ainda, que o campo de pesquisa se restringirá ao Campus sede da UFJF, não sendo abordado eventuais registros que tenham sido apresentados no Campus avançado de Governador Valadares.

Nesse sentido, para trazer os dados que serão apresentados nesta seção foi necessário contatar os seguintes setores: Pró Reitoria de Assistência Estudantil (Proae), Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), Central de Atendimento (CAT), Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas, Diretoria de Ações Afirmativas (Diaff), Núcleo de

Apoio à Inclusão (NAI), Faculdade de Psicologia, Diretoria de Imagem, Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional (CGCO) e Copese (Coordenação Geral de Processos Seletivos).

Diante das atividades e competências de cada um desses setores pesquisados, os mesmos foram agrupados em quatro categorias, são elas:

a) Tratamento Legal: direito ao acesso e permanência (Pró Reitoria de Assistência Estudantil; Pró Reitoria de Graduação; Central de Atendimento; Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas; Diretoria de Ações Afirmativas; Núcleo de Apoio à Inclusão);

b) Setor de Saúde: Hospital Universitário, Faculdade de Psicologia, Medicina e Nutrição;

c) Ações formativas e de Pesquisa: Faculdade de Direito; Diretoria de Ações Afirmativas; Diretoria de Imagem; Grupos de Pesquisa e Coletivos;

d) Base de Dados: Inep, CGCO e Copese.

Os meios de comunicação utilizados também foram variados. Houve conversas informais com docentes e discentes, observação do campo em Reuniões, encaminhamento de ofícios e mensagens eletrônicas, além de contato telefônico, oitiva de palestras e abertura de chamado para obtenção dos dados do sistema. Todo o caminho percorrido para a obtenção dos dados é possível observar através da Tabela 1. Salienta-se, ainda, que essa pesquisa inicial ocorreu entre os meses de janeiro e novembro de 2019.

Tabela 1 - Abordagem por setor da UFJF para pesquisa inicial

Tipo de Abordagem/ Setor	Conversa Informal	E-Mail e Ofício	E-Mail e Telefone	Abertura de Chamado de Serviço	Reunião	Palestra
Tratamento Legal	2	2	1		1	
Saúde	1					
Ações formativas e de Pesquisa	1	1			1	4
Base de Dados		1		3		

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

É necessário pontuar que a pesquisa inicial dessa dissertação pautou-se na solicitação ao CGCO do quantitativo e *status* da matrícula das pessoas que solicitaram a utilização do nome social na UFJF. Tais dados foram obtidos através de abertura de chamado no Siga (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica). Cabe esclarecer, ainda, que não foi possível mapear a existência e o número de estudantes trans que já passaram pela Universidade e não foram apontados nesses dados, isso porque, antes da possibilidade de utilização do nome social na Universidade, não havia registros formais das demandas.

Ademais, não se pode deixar de assinalar que há possibilidade de existirem pessoas trans na Universidade que não solicitaram a utilização do nome social e, ainda, de pessoas que abandonaram a utilização do nome social e agora estão utilizando o nome de registro. É que, em 2018, através da ADI 4275/DF[15], o Plenário do Supremo Tribunal Federal permitiu às pessoas transgêneras, que assim desejarem, alterarem o prenome e o gênero diretamente no registro civil, ou seja, em cartório, mediante o pagamento de taxas cartorárias. Tal autorização permitiu a mudança de nome de registro independentemente de cirurgia de transgenitalização, realização de tratamento hormonal ou autorização judicial. Esse processo facilitou sobremaneira a mudança do nome registral, sendo necessário apontar, contudo, que muitas pessoas apresentam dificuldades em realizar o pagamento das taxas cartorárias, o que impede que a retificação chegue para todas e todos.

Ressalta-se que na apresentação das informações obtidas será preservada a identidade das pessoas que fizeram os registros de demandas nos canais apropriados, bem como de uma pessoa entrevistada, tendo em vista a sua solicitação neste sentido.

Quanto aos dados obtidos, propriamente, assinala-se que a população trans está inserida na Universidade Federal de Juiz de Fora em diversos cursos, em sua maior parte na área de Ciências Humanas. Tais estudantes fazem parte de uma minoria que dificilmente ingressa no Ensino Superior brasileiro, sendo uma das razões, conforme já abordado, a elevada taxa de evasão escolar, no Ensino Fundamental e Médio, diante da cultura de violência e discriminação nas escolas da Educação Básica (BENTO, 2011).

As solicitações de uso do nome social na UFJF, segundo acompanhamento realizado e informações disponibilizadas pelo CGCO, foram no montante de trinta e oito, até o presente momento, distribuídas nos seguintes cursos:

Tabela 2 - Distribuição de estudantes trans nos cursos de Graduação Presencial
(continua)

ID	NOME DO CURSO	STATUS	ANO
984862	Administração	Cancelado**	2014
984862	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas	Cancelado**	2013
581560	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas	Cancelado**	2015
1144323	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas	Cancelado	2015
1136707	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas	Cancelado	2015
1162748	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas	Cancelado	2016
1162751	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas	Cancelado	2016
1144323	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas	Cancelado	2017
1192426	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas	Ativo	2017
1199652	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas	Ativo	2017
1199654	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas	Cancelado	2017
1266801	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas	Ativo	2018
1334670	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas	Ativo	2019
1382996	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas	Ativo	2020
1068742	Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design	Ativo*	2014
1136697	Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design	Cancelado	2015
1174009	Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design	Ativo	2016
1322070	Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design	Ativo**	2019
1320943	Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design	Ativo	2019
1380773	Bacharelado em Artes Visuais	Ativo	2020

[15] Disponível em: http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15339649246&ext=.pdf

(conclusão)

ID	NOME DO CURSO	STATUS	ANO
1136697	Direito	Cancelado	2016
1272863	Engenharia de Produção	Ativo	2018
861923	Engenharia Elétrica - Habilitação em Telecomunicações	Ativo	2011
1380635	Filosofia ABI	Ativo	2020
1136697	Letras	Ativo	2020
1136964	Letras	Cancelado*	2015
1136964	Letras – Inglês	Ativo*	2016
938540	Pedagogia	Cancelado	2012
1264028	Química ABI	Ativo*	2018
1321994	Rádio, TV e Internet	Ativo	2019
1144323	Serviço Social	Ativo	2017
1264042	Serviço Social	Ativo**	2018

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados cedidos pelo Centro de Conhecimento Organizacional (CGCO), 2020.
* Tais IDs constavam na solicitação de fevereiro/2019, mas foram excluídas no chamado de agosto/2019.
** Tais IDs constavam na solicitação de agosto/2019, mas foram excluídas no chamado de março /2020.

Tabela 3 - Distribuição de estudantes trans nos cursos de Graduação a Distância

ID	NOME DO CURSO	STATUS	ANO
938540	Pedagogia - EAD - Polo Bicas	Cancelado	2017
1189539	Física - EAD - Polo Governador Valadares	Cancelado	2016

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados cedidos pelo Centro de Conhecimento Organizacional (CGCO), 2020.

Tabela 4 - Distribuição de estudantes trans nos cursos de Pós-Graduação

ID	NOME DO CURSO	STATUS	ANO
1290902	Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado – AEE	Cancelado	2018
1266943	Mestrado em Artes, Cultura e Linguagens	Ativo	2018
984862	Especialização em Relações de Gênero e Sexualidades: Perspectivas Interdisciplinares	Ativo**	2018

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados cedidos pelo Centro de Conhecimento Organizacional (CGCO), 2020.
** Tais IDs constavam na solicitação de agosto/2019, mas foram excluídas no chamado de março /2020.

Tabela 5 - Distribuição de estudantes trans no Colégio João XXIII

ID	NOME DO CURSO	STATUS	ANO
581560	C.A. João XXIII - Ensino Médio	Cancelado**	3

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados cedidos pelo Centro de Conhecimento Organizacional (CGCO), 2020.
** Tais IDs constavam na solicitação de agosto/2019, mas foram excluídas no chamado de março /2020.

Impende anotar que os dados fornecidos pelo CGCO foram solicitados em três momentos. O primeiro chamado aberto foi realizado no dia 8 de fevereiro de 2019, quando, então, havia 30 pedidos de inclusão do nome social, partindo de 22 pessoas. Realizada a abertura de um novo chamado, em 26 de agosto de 2019, foi possível observar inclusão de um novo pedido. Já na abertura da terceira solicitação, em 13 de março de 2020, verificou-se sete novos pedidos de solicitação do nome social.

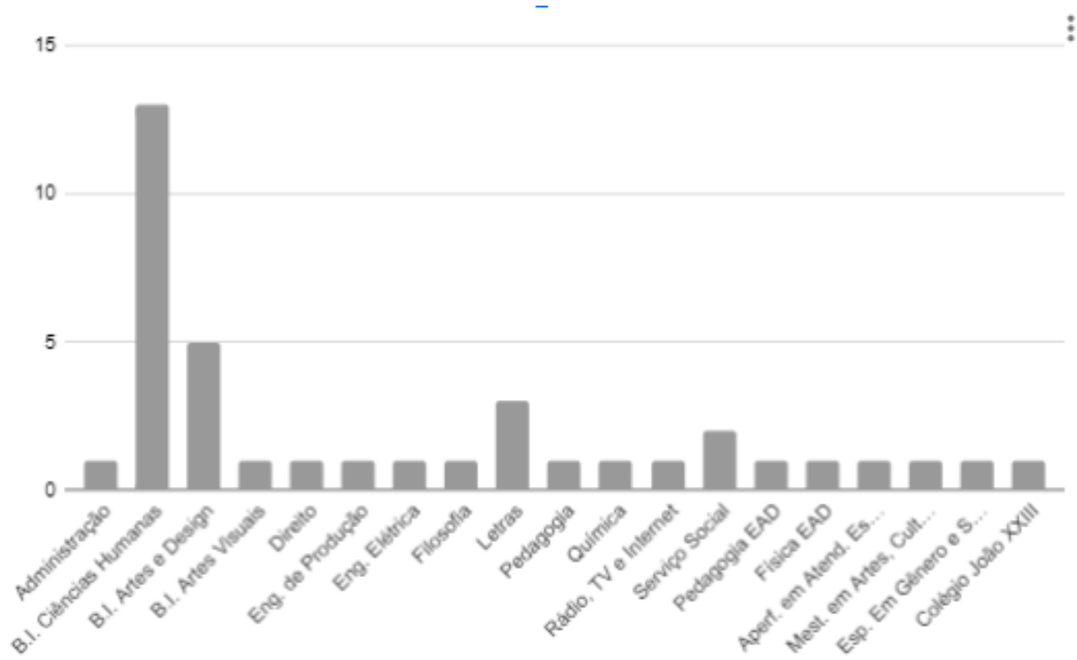
Registra-se, então, que desde o início das solicitações de dados ao CGCO, em fevereiro de 2019, até março de 2020, foram contabilizados 38 pedidos de utilização do

nome social. Cabe salientar, contudo, que alguns dados foram suprimidos das planilhas atualizadas ao longo da pesquisa. É que as identificações das pessoas de ID 1068742, 1264028 e 1136964 constavam na lista de fevereiro de 2019, mas já não estavam presentes em agosto de 2019. Já as pessoas de ID 984862, 1322070, 1264042, 984862 e 581560, que estavam mencionadas na lista de agosto de 2019, não constavam na listagem de março de 2020.

Questionada a razão de tal fato, o CGCO esclareceu que o Siga não armazena o histórico de pedidos de nome social. Assim, se alguém pediu a remoção, o nome foi eliminado da tabela, não sendo possível precisar a razão do cancelamento do nome social e nem procurar as pessoas no sistema, tendo em vista a sigilosidade dos dados pessoais.

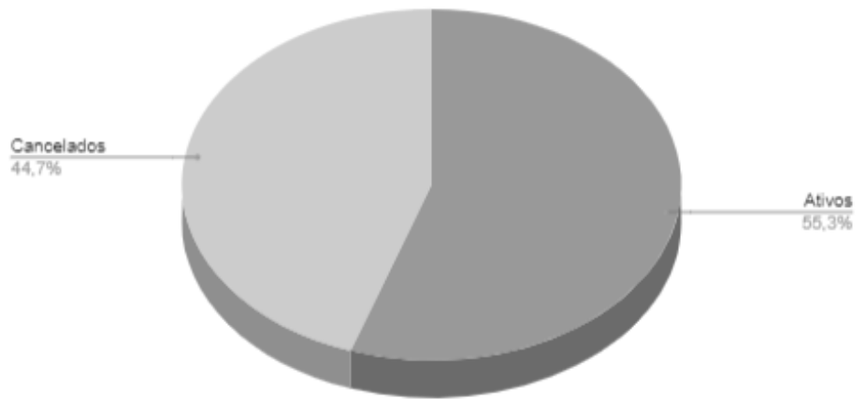
O gráfico setorial a seguir traz o quantitativo de pedidos de utilização do nome social, distribuídos pelos cursos ofertados pela UFJF.

Gráfico 1 - Gráfico de distribuição de estudantes trans por curso na UFJF



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados cedidos pelo Centro de Conhecimento Organizacional (CGCO), 2020.

Gráfico 2 - Gráfico do status de todos os pedidos das pessoas que solicitaram o uso do nome social na UFJF



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados cedidos pelo Centro de Conhecimento Organizacional (CGCO), 2020.

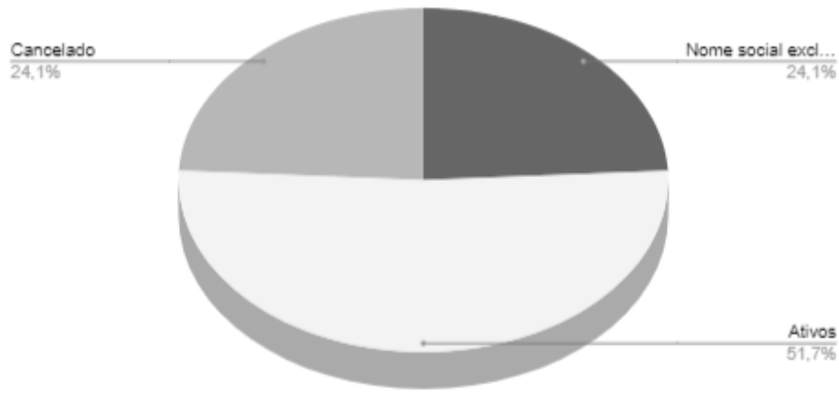
Analisando os pedidos solicitados, contudo, é possível concluir que, na verdade, apesar de haver trinta e oito pedidos de utilização do nome social, tais pedidos partiram de 29 (vinte nove) pessoas, considerando que foram nove casos de reingresso, partindo de seis pessoas, nas seguintes IDs: 581560, 938540, 984862, 1136697, 1136964 e 1144323. Ademais, cabe pontuar que nas IDs de nº 984862, 1144323 e 1136697 houve uma entrada e dois reingressos.

Ademais, também é possível verificar que das vinte e nove pessoas que solicitaram a utilização do nome social, encontram-se ativas nos cursos da UFJF o total de 15 (quinze) pessoas. Também existem 7 (sete) pessoas canceladas e, ainda, mais 7 (sete) pessoas que não estão mais identificadas nas listagens atualizadas disponibilizadas pelo CGCO. Destaca-se contudo, que desse quantitativo de 7 (sete) pessoas que já não se encontram no sistema com a utilização do nome social, na última análise apareciam como ativas o número de 6, e apenas 1 cancelamento.

Portanto, observa-se que, apesar de em um primeiro momento o percentual de cancelamento ser considerado alto, ultrapassando 44%, fato é que parte do alunado trans está mudando de curso dentro da Universidade, realizando o cancelamento de um e, logo em seguida, solicitando o seu reingresso em outro. Ademais, está havendo um movimento de mudança de nome registral, razão pela qual diversas pessoas solicitaram a não mais utilização do nome social nos sistemas da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O Gráfico a seguir evidencia essa lógica e pontua que, do alunado trans que já solicitou o nome social dentro da UFJF, 51,7% do total encontra-se ativo. No entanto, 24,1% estão cancelados e 24,1% tiveram o nome social excluído nas últimas atualizações de planilha fornecidas pelo CGCO.

Gráfico 3 - Gráfico do status atual das pessoas que pediram a utilização do nome social na UFJF



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados cedidos pelo Centro de Conhecimento Organizacional (CGCO), 2020.

Dados importantes de acrescentar que foram recentemente divulgados, refere-se à V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais. Tal pesquisa foi realizada pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace) da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) no primeiro semestre de 2018. No que se refere ao gênero e orientação sexual, segundo resultados da pesquisa, as mulheres são maioria no corpo discente da UFJF, representando 60% do total. O índice de estudantes do sexo masculino é de 39,7%; outros 0,3% de participantes não declararam o sexo.

No que se refere à identidade de gênero, 92,3% dos indivíduos declararam-se pessoas cisgêneras, 0,2% transgêneras e 0,7% identificaram-se como pessoas não-binárias. Nesse quesito, 1,9% de estudantes responderam que sua identidade de gênero é “outra”, sendo que 4,9% preferiram não se classificar ou não responder.

No que se refere à Universidade Federal de Juiz de Fora, os dados sobre identidade de gênero apontaram que 7,7% do alunado não se declarou cisgênero. Já quanto à orientação sexual, 77,2% se consideram heterossexuais, 8,7% declararam-se homossexuais; 8,5% bissexuais e 1,7% disseram ser pansexuais, assexuais ou ter outro tipo de sexualidade. Dentre os entrevistados e as entrevistadas, 3,9% preferiram não se classificar ou não responder.

Outro dado importante de se destacar refere-se à possibilidade de utilização do nome social no Programa de Ingresso Seletivo Misto (Pism) da UFJF. O Pism constitui-se de um programa de ingresso seriado realizado ao final dos três anos do Ensino Médio. No Pism, a possibilidade de utilização do nome social iniciou-se em 2017.

Solicitada à Copese dados sobre o número de pessoas que solicitaram o uso do nome social, bem como o percentual de aprovação no exame, obteve-se a informação de que no Pism 2018 houve 5 solicitações, das quais 2 delas eram do último módulo, havendo 2 aprovações. Já no Pism 2019 houve 4 solicitações de uso do nome social.

Dessas 4, duas se tratavam de pessoas igualmente do módulo 3, havendo 1 aprovação e 1 reprovação.

Quanto às demandas registradas pelas pessoas trans, necessário destacar que no âmbito acadêmico faz-se necessária a existência de canais de recebimento de queixas e registro de situações que necessitem de intervenção institucional. Na UFJF, quem exerce esse papel é a Ouvidoria Geral e também a Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas. Esta última foi criada através da Resolução de nº 32/2016 do Conselho Superior e é vinculada à Diretoria de Ações Afirmativas.

De acordo com o § 1º da referida Resolução, compete à Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas receber denúncias e depoimentos a respeito das situações de discriminação, preconceito, violência e opressão vivenciadas no ambiente universitário, garantindo o sigilo de todo pessoal envolvido. Além disso, conforme dispõe o § 3º, a Ouvidoria Especializada quem deve dar apoio e orientação aos membros da comunidade acadêmica da UFJF, vítimas da discriminação, do preconceito, da violência e da opressão ou em situação de vulnerabilidade social, jurídica e psicológica.

Diante de tais competências, realizou-se contato com a Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas através de encaminhamento de ofício, e contato telefônico, a fim de obter acesso aos questionamentos levantados pelas pessoas trans junto a esse órgão. Tais demandas estão relacionadas desde problemas com a utilização do nome social, diante da insistência de pessoas do cenário acadêmico em designar as pessoas trans pelo nome do registro, até relatos de transfobia e problemas da utilização do banheiro de acordo com a identidade de gênero, conforme se verá dos relatos a serem descritos.

No que se refere às demandas, houve dois relatos, nos anos de 2017 e 2018, solicitando ações em favor da população trans. O relato de 2017 foi colhido pela Ouvidora Especializada em Ações Afirmativas, pelo Diretor de Ações Afirmativas e por uma psicóloga do Projeto Visitrans. Na ocasião, um aluno trans do Curso de Ciências Humanas da UFJF informou que tinha passado a adotar o nome social há cerca de um mês na carteira de estudante e na carteira do Restaurante Universitário (RU). Acrescentou que também havia dado entrada na Central de Atendimento para as demais alterações e que, no início do semestre letivo de 2017, havia solicitado às professoras e aos professores das disciplinas que estava cursando a atualização de seu nome de registro na lista de frequência para seu nome social. Contudo, um docente de uma das disciplinas não fez a atualização e apenas referia-se ao aluno pelo seu nome de registro civil.

O estudante informou, ainda, que, em prova da disciplina em questão, assinou o seu nome social, vindo o docente a escrever o nome de registro embaixo do nome social. O aluno informou, então, que, diante de tal tratamento, deixou de frequentar às aulas, mas que teria interesse em retornar para não prejudicar o seu andamento no curso. Na ocasião, a psicóloga que acompanhou o estudante colocou-se à disposição para conversar com o professor, juntamente com a Ouvidoria.

Para tentar solucionar tal questão, no dia em que foi colhido o depoimento, em 26 de junho de 2017, a Ouvidora manteve contato telefônico com a Coordenação do Curso

de Psicologia para agendar uma Reunião. A coordenadora à época informou que, em 30 de junho, haveria uma nova coordenação assumindo o cargo, orientando a Ouvidoria a aguardar até o dia 03 de julho daquele ano para efetuar novo contato. Na ocasião, a coordenadora também sugeriu que a chefia de departamento fosse convidada a participar da Reunião. A Ouvidoria apontou, em seu ofício, que apesar de ter feito novas tentativas de contato com a Coordenação e com o Departamento do Curso de Psicologia, nos dias 26 e 27 de junho e no dia 03 de julho, não obteve êxito.

O ex-estudante de Ciências Humanas veio a óbito em 05 de julho de 2017, vítima de suicídio. Homem trans, o aluno manifestava-se nos movimentos sociais e militava, principalmente, sobre a importância de os direitos serem efetivados de forma coletiva. Pouco tempo antes, em 07 de junho de 2017, ele havia escrito uma carta endereçada à União da Juventude Comunista - UJC Brasil, a qual se encontra disponível no sítio eletrônico do “Esquerda Diário”. Em seu discurso, ele expõe o cenário de violência e opressão a que é submetido, e traça o encaminhamento para o suicídio, conforme se vê no seguinte trecho:

> Como se não bastasse todo o sentimento em relação ao corpo, temos que aguentar a opressão e enfrentar diariamente os olhares esquisitos no banheiro, temos que aguentar nossos nomes desrespeitados e a falta de oportunidades no mercado de trabalho e uma junção disso tudo mata. E mata muito (DOMINGUES, 2017, apud SILVA, 2017, recurso online).

Outra demanda registrada na Ouvidoria ocorreu em 2018, ocasião em que dois estudantes comparecerem à Ouvidoria e fizeram solicitações diversas. Na ocasião, cientificaram os problemas enfrentados com a utilização do nome social, informando que há estudantes trans que não estão tendo o nome social respeitado na lista de chamada e no Sistema Online do Restaurante Universitário (TV RU). O sistema da TV do Restaurante Universitário funciona à medida que é apresentada a carteirinha na roleta e o acesso é liberado. Neste momento, uma foto e a identificação da pessoa são exibidos em uma grande tela de televisão que fica disponível próximo à entrada do Restaurante. Ocorre que o sistema não é atualizado automaticamente, e estudantes relatam que apesar de solicitarem a utilização do nome social, na TV do RU permanecia o nome de registro.

Além disso, levantaram a necessidade de dar encaminhamentos na política do banheiro de acordo com a identidade de gênero, a qual não teve mais desdobramentos. Trouxeram de uma maneira genérica, ainda, que há assédio moral por parte de algumas pessoas do corpo docente, no que diz respeito à questão de gênero. Ademais, descreveram a segurança no Campus como “muito problemática”, pontuando que há abordagens homofóbicas e machistas de seguranças da Universidade para discentes do segmento LGBTTI. Na época, a Ouvidora Especializada ouviu os relatos e encaminhou para a Pró Reitoria de Assistência Estudantil (Proae) tomar as devidas providências, não acompanhando o desfecho dessa demanda, pois veio a aposentar-se. Informou, também, que o papel da Ouvidoria é colher os relatos e encaminhá-los para as instâncias competentes darem os devidos encaminhamentos para as questões.

Outras situações registradas pela população trans foram protocoladas na Central de Atendimento da UFJF (CAT). De acordo com o coordenador da Central de Atendimento da UFJF, no ano de 2019 houve 04 (quatro) solicitações envolvendo o uso do nome social. Tais pedidos pautaram-se no fato de que estudantes pretendiam que apenas documentos internos tivessem apontado o nome social, sendo que os demais deveriam manter a menção ao nome de registro. Já outro grupo de discentes solicitou que fosse emitida uma carteirinha com o nome de registro para evitar constrangimentos fora da Universidade ao apresentá-la para obter a meia entrada.

Três solicitações ocorreram de forma escrita e uma de forma verbal e, em todas, foram solicitadas alteração das Resoluções de nº 06/2015 e nº 04/2017 do Consu, que dispõem sobre o uso do nome social no âmbito da UFJF em razão das mesmas não atenderem inteiramente as demandas de toda a população trans. As solicitações encaminhadas à CAT foram as seguintes: 1- Em 12 de fevereiro de 2019 foi registrada a seguinte solicitação: "por motivos de constrangimentos ao apresentar a carteirinha da universidade em ambientes externos, solicito por meio deste formulário a alteração do nome social que consta na carteirinha para o nome de registro"; 2- Em 14 e 18 de março de 2019, duas pessoas fizeram a mesma solicitação: requerente solicita a atualização do nome social para (...) "nas chamadas e na carteirinha estudantil, porém, não deseja que o mesmo seja aplicado aos documentos oficiais (certificados, históricos, etc)". Justificativa: desconhecimento da situação por parte da família.; e 3- Em 06 de abril de 2019 houve um registro realizado oralmente sobre a necessidade de divisão por gênero (masculino/feminino) nas carteirinhas de estudante encontradas no RU. A Coordenação dos Restaurantes Universitários passou então a divulgar somente carteirinhas encontradas, não mais atribuindo gêneros.

A fim de atender tais demandas, o coordenador da Central de Atendimento, juntamente com a Diretoria de Ações Afirmativas, promoveu Reuniões com a população trans nas quais esta pesquisadora esteve presente. Na ocasião, houve a rediscussão do tema com alunas e alunos trans para construir uma nova minuta que contemplasse as solicitações. Além da mudança da Resolução que dispõe a respeito da utilização do nome social, foi discutida, ainda, a temática da utilização do banheiro de acordo com a identidade de gênero e pontuada a necessidade de normatizar essa situação em toda a Universidade. Ponderou-se, também, que além de promover discussão e normatizar o tema, há necessidade de promover segurança para que discentes trans circulem na Universidade, tendo em vista que persistem episódios de desrespeito.

Levantou-se, ainda, a questão da própria formação e atuação dos seguranças terceirizados da UFJF, os quais já apresentaram condutas equivocadas e preconceituosas, atuando em momentos que não era de suas alçadas, considerando que cabe aos seguranças estritamente o auxílio na prevenção e conservação do patrimônio da Universidade. Em Reunião realizada no dia 17 de abril de 2019, o texto da minuta apresentado pelo Coordenador da Central de Atendimento foi debatido pela população e encaminhado à Secretaria Geral para ser pautado em Reunião do Conselho Superior.

Ora, cabe anotar que, atualmente, não dispomos de capacitação do corpo docente e técnico administrativo para atender à população trans. É importante assinalar, ainda, que dados apontam que cerca de 90% dos suicídios recentes ocorridos na comunidade acadêmica da UFJF estão relacionados com a questão de gênero, o que traz um alerta importante e uma necessidade de um olhar mais atento.

A UFJF promove políticas progressistas de acolhimento às minorias, possuindo setor especializado em ouvir vítimas de qualquer espécie de preconceito, violência, discriminação ou negação de direitos. Além disso, pode-se observar, ainda, que a UFJF, aparentemente, encontra-se aberta ao diálogo com toda a comunidade para promoção de políticas voltadas ao respeito às diversidades.

A despeito disso, indaga-se: quais as demandas que a população trans solicita à gestão da Universidade e ainda carecem de regulamentação? Como os grupos hegemônicos da Universidade lidam com os grupos historicamente discriminados? Quais os projetos que a UFJF possui para atender essa minoria marginalizada? A UFJF poderia realizar outros projetos voltados especificamente à população trans? Os poucos registros de demanda por parte do alunado trans é um dado de uma demanda reprimida? A fim de responder tais questões, no próximo capítulo serão analisadas as políticas em vigor em prol da população trans na UFJF. Além disso, será apresentada bibliografia sobre as políticas de combate à discriminação sexual e ações que garantam a permanência de estudantes trans em Universidades, de modo a tentar responder essas questões e subsidiar a proposta de um Plano de Ação Educacional.

3 AS POLÍTICAS E AÇÕES PROMOVIDAS EM PROL DA POPULAÇÃO TRANS

Os movimentos sociais, conjuntamente com o poder público e as instituições de ensino, são responsáveis, através de políticas públicas afirmativas, de incluir e promover a inserção e permanência da população trans nos espaços educativos, que na sociedade brasileira teve o direito de aprendizagem negado ou muito dificultado. Nesse sentido, o ambiente acadêmico pode e deve ser um espaço de discussão da promoção de uma educação crítica, libertadora e democrática, sendo as Universidades os espaços para a desconstrução dos limites cis-heteronormativos (CANTELLI, 2018).

Diante da pluralidade da sociedade contemporânea é dever do Estado, e também das instituições de Ensino Superior, oportunizar a construção de espaços de igualdade. Além disso, o ambiente acadêmico deve ser capaz de atender a todos sem segregação ou preconceito. Na contramão desse sentimento, ainda se percebe nos ambientes acadêmicos relatos de situações constrangedoras com o uso do nome social nos registros de classe, o uso do banheiro, transfobia, piadas, brincadeiras, violência e discriminação. Essas situações ocorrem, pois, as pessoas trans não correspondem ao padrão pré-estabelecido de sexo e gênero, o que as coloca à margem do ambiente de ensino-aprendizagem (CANTELLI, 2018), conforme amplamente discutido no capítulo anterior.

Nesse sentido, através de seus órgãos, instituições e entidades, cabe aos Estados elaborar estratégias, buscando mecanismos preventivos comunitários, elaborando e implementando políticas públicas e programas educativos para erradicar os estereótipos e estigmas existentes contra as pessoas LGBTTI. Tais medidas devem envolver desde a polícia e o sistema de administração de justiça até o setor educacional, laboral e de saúde (PATRIOTA, 2018).

Assim, o propósito da primeira seção deste capítulo intitulada “Ações para garantir a inserção e permanência das pessoas trans nas Universidades” será realizar uma análise bibliográfica a respeito da abertura do Ensino Superior e a democratização do acesso, apontando a necessidade de promoção de políticas de combate à discriminação para garantir a permanência de estudantes trans nas Universidades. Na única subseção, denominada, “Ações e políticas promovidas em cinco Universidades Federais Brasileiras em prol da população trans” será apresentada, na sequência, uma pesquisa comparativa com outras IES, valendo-se do recorte do maior número de solicitações do uso do nome social na edição do Enem 2018, por região geográfica do país.

Já na segunda seção, intitulada “O que já faz a UFJF?”, serão apresentadas as ações desenvolvidas pela UFJF através da Diretoria de Ações Afirmativas, bem como as campanhas, portarias, resoluções e eventos que o corpo institucional desenvolve em prol da população trans.

Em seguida, na terceira seção, serão apresentados os dados colhidos nas entrevistas. Nesta seção intitulada “Quem são as pessoas trans na UFJF?” também pretende-se levantar as demandas das pessoas trans que ainda estão pendentes e

verificar se o que está sendo feito tem atendido, verdadeiramente, aos propósitos de inclusão e diversidade.

Na última seção deste capítulo, “Acesso e permanência de estudantes trans: uma análise das ações já implementadas pela UFJF”, serão discutidas as políticas e as ações já promovidas pela UFJF, tendo como foco as entrevistas realizadas. Assim, a seção será dividida em 4 (quatro) subseções, nas quais estarão em análise as frentes de pesquisa desta dissertação: Base de Dados, Tratamento Legal, Ação formativa e Pesquisa e, por fim, Saúde.

3.1 AÇÕES PARA GARANTIR A INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DAS PESSOAS TRANS NAS UNIVERSIDADES

Uma sociedade mais justa e democrática constrói-se com educação para todos e todas. Nesse sentido, não se pode desvencilhar do ideal de que a educação é dever do Estado e direito do cidadão. A democratização da Educação Superior encontra-se, assim, embasada em quatro pilares, quais sejam, a permanência e conclusão, a formação com qualidade e a inclusão das camadas subalternizadas socialmente (PAULA, 2017).

Nesse sentido, Maria de Fátima Costa de Paula (2017) defende que o processo de democratização apenas irá se completar se houver igual proporção de crescimento na taxa de concluintes, com integração crescente das camadas marginalizadas socialmente, sobretudo de estudantes de baixa renda. Deve haver, assim, uma vigilância constante sobre a qualidade dos cursos, as taxas de conclusão e evasão e análise do perfil do corpo discente, a fim de analisar se as políticas adotadas estão alcançando a sua finalidade.

As estudantes e os estudantes trans inserem-se neste contexto, pois fazem parte de uma camada da sociedade historicamente excluída, como já apresentado no capítulo anterior. Assim, apesar da massificação do Ensino Superior, não se pode deixar de negar que existem parcelas da população socialmente desfavorecidas e que sofrem dificuldades no acesso e na permanência. Nesse sentido, a despeito dos programas de democratização como o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e algumas políticas de ações afirmativas, especialmente nos cursos de alta demanda, não há inclusão de segmentos mais marginalizados da sociedade.

Grande número de estudantes apresenta dificuldades materiais e acadêmicas diante da trajetória na Educação Básica. Dessa forma, apesar da possibilidade de ingresso ampliada, não há políticas que garantam a conclusão dos cursos. Nesse contexto, Ana Maria Ezcurra (2011) elucida que muitos alunos e alunas adentram as portas da Educação Superior e saem antes de se formarem, ocorrendo o fenômeno da “inclusão excludente”. Para Ezcurra a porta aberta na Educação Superior para os segmentos desfavorecidos socialmente, na verdade, trata-se de uma verdadeira “porta giratória”.

A efetiva democratização da Educação Superior deve se dar pela expansão de vagas nas Universidades Federais, acrescidas de iniciativas para incrementar o ingresso da população de baixa renda e de segmentos discriminados. Dessa forma, tem crescido a preocupação com a permanência de estudantes, e, assim, com a assistência estudantil. Tal preocupação também se dá pois em cursos de maior demanda, uma minoria da sociedade ainda é uma grande maioria no Campus. Nos cursos de Odontologia e Medicina, por exemplo, os mais ricos da sociedade que representam 11,8% da população, materializam-se nesses Cursos em 52% e 67%, respectivamente (PAULA, 2017).

Em pesquisa recente da Andifes vê-se que, de fato, está ocorrendo uma mudança no perfil do alunado do Ensino Superior. Na Universidade Federal de Juiz de Fora quase 70% de estudantes têm renda familiar mensal per capita de até 1,5 salário mínimo. Contudo, de acordo com Paula (2017), ainda persistem diferenças gritantes entre os cursos de baixa demanda/baixo prestígio social e os cursos de alta demanda/alto prestígio social, especialmente no que diz respeito à cor, à renda mensal da família, à sua origem escolar (escola privada ou escola pública) e à escolaridade do pai e da mãe, apesar das políticas implementadas nos últimos governos.

De acordo com Marucia Patta Bardagi e Claudio Simon Hutz (2012), o próprio corpo docente universitário e a percepção de não pertencimento de estudantes em relação ao ambiente, são cruciais na evasão dos cursos de graduação. Por esta razão, o acolhimento de estudantes ingressantes é parte relevante do trabalho, especialmente diante do contexto do Sisu (Sistema de Seleção Unificada) em que alunas e alunos de diversas localidades acabam por ingressar nas Universidades. Em sendo assim, defende-se que além do ingresso, faz-se necessário estabelecer políticas para a permanência de um grupo de estudantes na Educação Superior, o qual enfrenta, por vezes, dificuldades de ordem econômica, pedagógica e simbólico-subjetiva.

As dificuldades de ordem simbólico-subjetiva referem-se, assim, à inclusão excludente efetuada no interior das Universidades Federais. Tal exclusão ocorre, pois as Universidades continuam elitistas e ainda incapazes de receber uma clientela de origem popular, seja em razão dos seus currículos pouco flexíveis, à relação professor(a)-aluna(o), ou à falta de acolhimento para esse novo perfil de estudante (PAULA, 2017).

Nesse diapasão, o espaço considerado de inclusão pode acabar por excluir ao discriminar e expulsar estudantes que são diferentes do padrão elitizado e culto ainda requerido pelas Universidades Federais. Caberia às minorias os cursos de menor prestígio social ou, quando ingressam nos cursos de maior prestígio social, correm o risco de adentrar na Universidade através de uma porta giratória, não permanecendo e imperando uma espécie de seleção natural, onde o lugar possível para cada um é pré-determinado (EZCURRA, 2011).

Destaca-se, assim, que as políticas de inclusão na Educação Superior não têm sido capazes de alterar a ordem da estratificação social. Nesse sentido, destaca Paula (2017) que o processo de exclusão não se dá apenas pelo fato de os sujeitos não estarem no mesmo espaço, mas por estarem no mesmo espaço e, por vezes, não serem

considerados como alguém que faz parte dele. A inclusão dos setores subalternizados e das minorias étnicas no Ensino Superior, sobretudo nos cursos mais prestigiados socialmente, é condição indispensável para a diminuição das profundas desigualdades sociais existentes no Brasil.

No que se refere à inserção e permanência das pessoas trans nas Universidades é necessário que sejam implementadas políticas próprias para atender a esse grupo. Uma política já adotada largamente nas Universidades Federais é a utilização do nome social.

No que se refere ao uso do nome, Cláudio Eduardo Resende Alves e Maria Ignez Costa Moreira (2015) defendem que, em verdade, o nome revela um papel no mundo. Esse papel é um papel subjetivo, social, profissional, afetivo, sexual e, também, familiar. Pontuam, ainda, que a importância do nome advém do fato dele anteceder e anunciar o corpo, o gênero e o sexo.

Nesse sentido, segundo Preciado (2014), as pessoas trans têm ou tiveram dois nomes em alguma fase da vida, ou seja, aquele designado na hora do nascimento e que a cultura buscou normalizá-lo e aquele que assina no início do processo de subjetivação dissidente. O segundo nome seria, assim, um mecanismo de transgressão da norma dominante e cis-heteronormativa, além de um mecanismo de resistência política.

Assim, adotar um nome diverso do nome de registro seria, nos dizeres de Santos (2013) subverter ao sistema hegemônico de verdades. Isso porque, as desigualdades e exclusões resultam de complexas teias de poder, através das quais os grupos hegemônicos impõem suas linguagens, ideologias e crenças, silenciando tudo o que se lhes for contrário.

No que se refere à utilização do nome social nas Universidades, Andreia Lais Cantelli (2018) destaca, ainda, que as Resoluções do nome social no Ensino Superior são estratégias para proporcionar direitos humanos em educação para uma população que historicamente teve seu acesso ao ambiente escolar e consecutivamente, graduação e pós-graduação negados ou obstaculizados.

Ressalta-se, assim, que uma das formas de assegurar o ingresso e a permanência da população trans em espaços públicos é possibilitar a utilização do nome social. Nesse viés, impende anotar que o nome social no Brasil foi fruto de luta e resistência do movimento trans.

Nesse sentido, cabe assinalar que, de acordo com Mário Carvalho e Sérgio Carrara (2013), apenas nos anos 1970 que as travestis passaram a ser dotadas de identidade e vistas como sujeitos políticos. Até então, incorporadas pelo movimento homossexual, nesta década as categorias passaram a ser mais especificadas. Contudo, o debate sobre transexualidade remonta ao final dos anos 90 e início dos anos 2000, quando a categoria “transexual” passa a ser considerada diferente de “travesti”.

Ressalta-se que as organizações de travestis surgiram no contexto de necessidade de resposta à violência policial nos ambientes de prostituição e, ainda, pela ação de ONG no movimento de luta contra a AIDS, através de projetos de prevenção. Tal binômio fez surgir o movimento, o qual, aos poucos, incorporou outras bandeiras de

luta. Nesse cenário, a entrada de pautas do movimento trans nas políticas públicas deu-se não por reconhecimento das demandas de cidadania, mas em razão da política de saúde e, especificamente, a política de combate à AIDS. (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Nesse contexto, foi fundado no Brasil, em 1992, o Movimento Social de Travestis e Transexuais. Surgiram, paulatinamente, demandas próprias do universo trans, como reconhecimento do nome social, despatologização da identidade, serviços de saúde, mercado de trabalho e espaços educacionais, o que fortaleceu e ainda fortalece a união do movimento na luta de direitos (FACCHINNI, 2014).

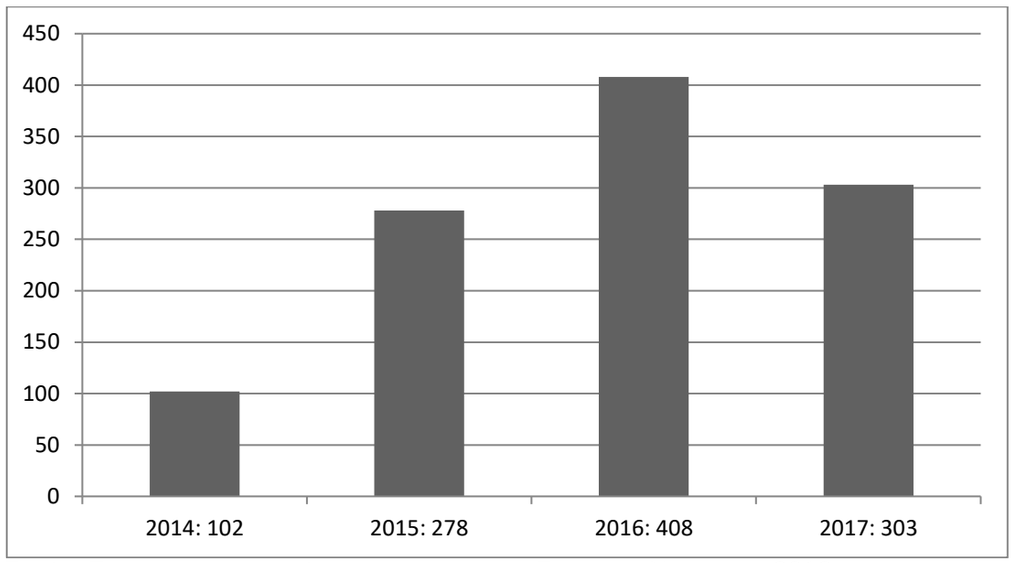
Nesse sentido, importante assinalar que o primeiro diploma normativo que se tem notícia a regular a utilização do nome social foi editado pela Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará que, por meio da Portaria nº 16/2008-GS, estabeleceu, de forma sucinta: “a partir de 02 de janeiro de 2009, todas as Unidades Escolares da Rede Pública Estadual do Pará passarão a registrar, no ato da matrícula dos alunos, o prenome social de travestis e transexuais”. Já a Universidade pública pioneira na adoção do nome social foi a Universidade Federal do Amapá, no ano de 2009 (NOGUEIRA; FRANÇA, 2018).

No que se refere ao pedido da utilização do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Inep possibilita, desde 2014, e mantém até a presente data, a identificação dos candidatos e candidatas pelo nome social nos dias e locais do exame. Faz-se necessário, contudo, que seja feita a solicitação junto ao Inep. Destaca-se que tal política possui o efeito de convidar a população trans para realizar o exame e adentrar nas Universidades, considerando que, de antemão, já evidencia que a política do nome social é reconhecida e respeitada no âmbito universitário.

Cabe assinalar, contudo, que o nome social passou a ser adotado no Enem diante de inúmeras reclamações na mídia de constrangimento que pessoas trans sofreram na hora de apresentar o documento de identidade aos fiscais das salas de prova. Na ocasião, houve atrasos da entrega de caderno de provas diante da demora de conferência de dados, além de relatos de humilhações e discriminação por parte dos fiscais. (NOGUEIRA; FRANÇA, 2018)

Quanto aos números de solicitações nos exames, esclarece-se que em 2014, primeiro ano de adoção do nome social, apenas 102 pessoas trans usaram o nome social durante a aplicação da prova. No ano de 2015 houve um crescimento desse número para 278, e no ano de 2016 o número cresceu 46%. Houve 842 pedidos, sendo atendidos 408 e 432 indeferimentos por ausência de apresentação de documentação exigida no Edital. Os outros dois pedidos referem-se a pessoas que conseguiram o registro civil com o nome social. Em 2017, o número de pedidos deferidos diminuiu em 26%, havendo 303 solicitações deferidas no total de 694. O maior motivo para os indeferimentos novamente foi a ausência de apresentação de documentação necessária em tempo hábil (NOGUEIRA; FRANÇA, 2018).

Gráfico 4 - Gráfico do quantitativo de pessoas que usaram o nome social no Enem nos anos de 2014 a 2017



Fonte: Elaborado pela autora com dados de França e Nogueira, 2018.

No Exame do Enem de 2018, o Estado com maior número de pessoas trans aprovadas na seleção do Sisu foi São Paulo, contando com 44 aprovações. Em seguida, temos o Estado de Minas Gerais com 28 aprovações em 2018, seguido por Rio de Janeiro com 24, Pernambuco com 16, Ceará com 11 e Rio Grande do Sul com 10. Os outros Estados possuem menos de dez pessoas aprovadas. Tal quantitativo demonstra que as pessoas trans vivem em todo o território nacional e solicitaram o nome social em quase todos os estados da unidade federativa.

Segue abaixo tabela com o número de aprovações e reprovações no Enem 2018, por Estado da Federação, das pessoas que solicitaram a utilização do nome social no Exame.

Tabela 6 - Quantitativo de estudantes que solicitaram o uso do nome social e foram aprovado(a)s e reprovado(a)s no Sisu de 2018

(continua)

SIGLA DO ESTADO	APROVADOS	REPROVADOS
AL	3	1
AM	3	0
AP	2	0
BA	7	2
CE	11	5
DF	2	0
ES	1	1
GO	2	2
MA	1	1
MG	28	5
MS	4	1
MT	1	0
PA	6	2
PB	1	1
PE	16	5
PI	2	0

(conclusão)

SIGLA DO ESTADO	APROVADOS	REPROVADOS
PR	5	3
RJ	24	8
RN	5	1
RO	2	1
RR	0	1
RS	10	5
SC	7	4
SE	1	1
SP	44	12
TO	1	0

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados cedidos pelo Inep, 2019.

Questiona-se, contudo, se ter o nome social reconhecido seria suficiente para ter a identidade de gênero reconhecida. Nesse sentido, Santos (2017) aponta a necessidade de que outras políticas sejam implementadas, como as cotas para ingresso na Universidade e, também, a própria adequação dos espaços. Outrossim, pondera que o mais importante a título de demanda de política é a capacitação de profissionais que atuam nos espaços educativos.

Evidentemente é relevante que Portarias e Resoluções sejam publicadas para resguardar direitos a pessoas trans. Ocorre que, conforme destaca Santos (2017), de nada adianta se não há a capacitação do corpo docente e técnico da Universidade, o qual deve ser suficientemente capacitado para efetivar o respeito pela diferença, cabendo à Universidade deixar claro a sua necessidade de inclusão. Nesse contexto:

> [...] mesmo no espaço universitário, cuja diversidade se acentua de modo mais veemente, a partir dos estilos culturais, dos modos de expressão, de vestimenta e tantos outros, é notório que em se tratando da identidade de gênero, o repúdio e a negação do outro precisa ser superada, por meio da ampliação das políticas públicas de acesso e permanência das minorias, e formação permanente para os profissionais da universidade, os possibilitando conhecer quem são os sujeitos trans. (SANTOS, 2017, p. 50).

Outra temática de relevo que está afinada com as demandas da população trans refere-se à questão do uso do banheiro e outros espaços segregados por gênero. Ao discorrer sobre esse ponto, Bento (2008) destaca que nos espaços públicos e, portanto, também nas Universidades, é reproduzida a ideia da cis-heteronormatividade dos espaços arquitetônicos, ou seja, a arquitetura do Campus exige que as pessoas tenham que expressar seu gênero em conformidade com o sexo biológico e prática sexual. Ao negar essa estrutura e reivindicar um espaço para o corpo sexuado que não corresponde ao gênero, o corpo trans sofre perigo e ameaças.

Nesse contexto, cita Miskolci (2013) que o banheiro é a expressão lógica que nos classifica no binarismo. Assim, o banheiro como temos hoje, seria uma tecnologia de gênero ultrapassada. Isso porque as suas divisões estão em consonância com a divisão da sociedade, bem definida em duas e apenas duas opções: o masculino e feminino, sem possibilidade de reflexão sobre as outras inúmeras formas de ser e existir no mundo.

Santos (2017) destaca, assim, que estudantes trans utilizam diversas estratégias para utilizarem o banheiro. São elas a própria privação do uso, o uso de banheiros em setores não tão movimentados, além do convite à colega para observar a porta do banheiro enquanto se faz o uso. Tudo isso ocorre para não serem vítimas de opressão ou violência em um espaço destinado exclusivamente para realizar as necessidades mais primárias.

Nesse diapasão, Alves e Moreira (2015) defendem que no contexto de exclusão e fabricação da diferença, o banheiro é visto como uma ferramenta de controle que normatiza a sexualidade. A fim de traçar uma solução para adequar a questão do banheiro, os autores destacaram que a construção de um terceiro banheiro é severamente criticada, por ser considerado uma reiteração da discriminação e da segregação da diferença. Além disso, um terceiro banheiro reforçaria um sistema classificatório e normatizante da sexualidade, promovendo uma forma de universalismo trans, na qual todas as variantes de travestilidades e transexualidades seriam diluídas e pasteurizadas.

Assim, destacam que nas engrenagens do funcionamento da cis-heteronormatividade encontra-se uma tensão que seria a realização ou não da cirurgia de redesignação sexual como forma de legitimação do uso do banheiro:

> Nesse contexto, a cirurgia seria compreendida como um processo corretivo que enquadra o dissidente na norma vigente, anulando a diversidade e igualando a diferença. Entre a realização ou não da cirurgia, entre a legitimação ou não de corpos, subjetividades trans são produzidas, delineando diferentes códigos de comportamento para travestis e transexuais. (ALVES; MOREIRA, 2015, p. 63).

Outra questão afeta ao uso do banheiro levantada por Alves e Moreira (2015) é que, seguindo um manual de bom comportamento “à risca”, seria garantida a aceitação e o uso do espaço público, a despeito de não ser eliminada a tensão própria ao ambiente.

Diante dessa problemática da utilização do banheiro, a negação do seu uso a estudantes trans pode estar situada num interstício entre a violência na e da instituição de ensino, sendo de fundamental importância implementar políticas públicas que possibilitem o direito ao uso com segurança das instalações sanitárias (ALVES; MOREIRA, 2015).

Outra questão que merece destaque é a pouca discussão temática nas Universidades sobre a diversidade de gênero. Santos (2017) salienta que quando temas correlatos são discutidos muitas das vezes tais espaços são organizados pelo movimento social, coletivos e pessoas ligadas à militância Trans, não havendo um amplo debate com a comunidade acadêmica em geral. Nesse sentido, a autora pondera que haja a capacitação e a discussão ampla, sob pena da mesma Universidade que regulamenta o respeito à identidade das pessoas trans, não conseguir fazer que esse direito se estenda além da lista de frequência.

Apesar de não haver números oficiais, as pessoas trans representam uma parcela significativa da sociedade e a elas também deve ser garantido o acesso à Educação Superior de qualidade, sendo este um caminho necessário para romper com a

estratificação social. Ademais, uma vez rompendo o padrão e adentrando no Ensino Superior, assegurar uma trajetória acadêmica sem preconceitos e agressões é um papel das Instituições de Ensino.

Além disso, importante salientar que garantir a conclusão do curso, sem retenção e no tempo adequado é o que almejam estudantes e a própria Universidade. Em sendo assim, políticas que assegurem a utilização do nome social, a utilização do banheiro, além de segurança moral e física são cruciais para que todos e todas cumpram as obrigações do curso.

Diante do exposto, é relevante analisar políticas e ações que estão sendo implementadas em Universidades Federais pelo país, em prol das pessoas trans, a fim de, em seguida, nos atermos às políticas próprias da UFJF. Assim, serão analisadas Universidades das cinco regiões geográficas. O recorte realizado utilizou-se de uma Universidade por região geográfica, optando-se por pesquisar cinco Universidades, estando elas situadas nos seguintes Estados: Pará (Norte), Pernambuco (Nordeste), Mato Grosso do Sul (Centro Oeste), São Paulo (Sudeste) e Rio Grande do Sul (Sul).

Assim, foram escolhidas as Universidades que ficam situadas nos Estados de maior abrangência de pedidos de utilização do nome social, por região, na edição do Enem realizado em 2018, conforme tabela apresentada nesta seção. As Universidades pesquisadas foram Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal do Pará (UFPA).

3.1.1 Ações e políticas promovidas em cinco Universidades Federais Brasileiras em prol da população trans

A primeira Universidade a ser apresentada fica situada na Região Nordeste. O Estado com o maior número de pessoas trans que solicitaram o uso do nome social no Enem nesta região foi o de Pernambuco. A Universidade pesquisada foi a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e, assim como todas as demais Universidades que serão apresentadas, trata-se de uma instituição de Ensino Superior Pública Federal brasileira. Em pesquisa no seu sítio eletrônico foi possível observar que ela possui a política de utilização do nome social regulamentada desde 2015.

Atualmente, encontra-se em vigor, contudo, a Portaria normativa de nº 02/2016, a qual revogou a Portaria normativa de nº 03/2015. Por meio dela é resguardada a utilização do nome social em documentos de uso interno. Já quanto aos documentos oficiais relativos à conclusão do curso e colação de grau, histórico escolar, certificados, certidões e diploma de conclusão, a emissão é realizada no nome de registro civil (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2015).

Destaca-se, ainda, que no próprio ano de 2015, visando sensibilizar a comunidade sobre a importância do nome social e o uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero, a UFPE lançou a campanha "Meu nome importa”. Outra série de ações também

foram tomadas pela UFPE voltadas à população LGBTTI, as quais foram ações de natureza formativa, preventiva, protetiva, além de ações voltadas à saúde e à pesquisa. Ação relacionada à população trans, especificamente, foi o Projeto "Vai ter trans na UFPE, sim!". Através dele, visa-se minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, além de reduzir as taxas de retenção e evasão escolar das pessoas trans, promovendo a inclusão social pela educação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2019a).

Ademais, importante ressalvar a implantação dos procedimentos relativos ao processo transexualizador do SUS no Hospital das Clínicas da UFPE. O credenciamento do Hospital junto ao Ministério da Saúde ocorreu em 2014 e, através do Espaço de Cuidado e Acolhimento Trans, constitui-se como centro de referência no processo transexualizador no Estado de Pernambuco.

Os pacientes e as pacientes possuem uma proposta de cuidado individualizada, havendo possibilidade de realizar hormonioterapia e cirurgias diversas, como a mastectomia e a transgenitalização. Destaca-se, ainda, que este é o único hospital público do Estado com espaço específico voltado a pacientes trans, sendo o único no Norte e Nordeste a realizar cirurgias de transgenitalização (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2019b).

Outra iniciativa da UFPE refere-se à reserva de 20% (vinte por cento) das vagas do processo seletivo de Mestrado e Doutorado, no Edital 03/2018, de algumas linhas do Programa de Pós-Graduação em Educação, a candidatos autodeclarados negros, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas trans (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2018).

A respeito das cotas para as pessoas trans nas Universidades, é relevante destacar que a primeira Universidade a implementar esta política na graduação foi a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), no ano 2018, seguida pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do ABC Paulista (UFABC).

Já quanto aos programas de pós-graduação, de acordo com o Instituto Brasileiro Trans na Educação (IBTE) ao menos 16 (dezesseis) instituições federais e estaduais no país que já adotam cotas como política afirmativa.

Na Região Sudeste, o Estado representativo foi São Paulo e a Universidade pesquisada a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). A Unifesp assegura desde 2012, através da Resolução nº 73, de 09 de maio 2012, a utilização do nome social. A Resolução determina que os agentes públicos tratem a pessoa pelo prenome solicitado. Já quanto à emissão de documentos oficiais, dispõe a Resolução que deve ser utilizado o prenome anotado no registro civil, acompanhado do prenome escolhido (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2012).

No que se refere à utilização do banheiro, o Conselho Superior da Universidade Federal de São Paulo editou, recentemente, uma Carta de Princípios relacionada à diversidade sexual e de gênero. Através da apontada carta reafirma-se o direito de acesso dos homens e mulheres trans, das travestis e das pessoas não binárias a todo o

espaço universitário, inclusive os banheiros (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2019a).

Outra política da Unifesp refere-se à criação do Ambulatório do Núcleo de Assistência Multiprofissional à Pessoa Trans. Ele foi inaugurado em março de 2018 e recebeu o nome de ambulatório do Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans - Professor Roberto Farina da Universidade Federal de São Paulo.

Com o objetivo de possibilitar um cuidado diferenciado à população trans, o Ambulatório oferece assistência multiprofissional de saúde. As pessoas capacitadas a desenvolver serviços em prol da população trans são da área de antropologia, cirurgia plástica, enfermagem, fonoaudiologia, ginecologia, endocrinologia, psicologia, psiquiatria e serviço social.

O ambulatório é uma das iniciativas do Núcleo Trans Unifesp. O referido Núcleo compreende atividades de estudos, pesquisa, extensão e assistência às pessoas trans e homenageia o Professor Roberto Farina da Universidade Federal de São Paulo. O projeto nasceu de uma iniciativa multicampi, supradepartamental e constitui-se por atividades multiprofissionais, contando com a produção do conhecimento, e do acolhimento, além de promoção de saúde e cidadania para a população trans. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2019b).

Na Região Centro Oeste, o Estado com o maior número de pessoas que solicitaram a utilização do nome social foi Mato Grosso do Sul. Assim, a Universidade investigada foi a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. No que se refere ao nome social, a UFMS, por meio da Resolução de nº 41, de 8 de outubro de 2012, assegura a utilização do nome social nos registros funcionais e acadêmicos.

A resolução estabeleceu que nos documentos acadêmicos como históricos e certificados, por exemplo, será registrado o nome social, seguido pelo nome de registro civil entre parênteses. Nos documentos oficiais, contudo, haverá a menção apenas do nome civil. No que se refere ao uso do banheiro, não há nenhuma menção sobre o posicionamento da UFMS a este respeito nos buscadores da rede mundial de computadores (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL, 2019a).

Outra iniciativa pesquisada refere-se à existência de um grupo de pesquisa em Gênero, Sexualidade e diferenças na UFMS denominado “Impróprias”. O grupo tem por objetivo principal desenvolver pesquisas voltadas às questões de gênero, sexualidade e diferenças. Tal grupo envolve docentes e estudantes, além de militantes e representantes da sociedade civil que possuem interesse na área dos estudos de gênero e sexualidade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL, 2019b).

A UFMS também conta, desde janeiro de 2017, com o Ambulatório Transexualizador do Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossia (HUMAP). Além de atendimentos psicológicos, o HUMAP oferece tratamento hormonal, sendo o primeiro ambulatório trans de Mato Grosso do Sul e o sexto ambulatório do país a ser inaugurado. O quadro é composto por ginecologistas, urologistas, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, infectologistas e mastologistas.

Recentemente, em maio de 2019, o hospital Universitário da UFMS realizou a primeira mastectomia em um paciente transexual na rede pública de saúde do estado de Mato Grosso do Sul (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL, 2019a).

Na região Sul, o Estado de referência foi o Rio Grande do Sul, sendo pesquisada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A UFRGS, através da decisão de nº 506/2014, possibilita o uso e inclusão do nome social nos registros acadêmicos ou funcionais. O nome social é o único exibido nos documentos de uso interno da Universidade, tendo a mesma resolução garantido o direito à utilização de todos os espaços segregados por gênero de acordo com sua identidade de gênero, incluindo os toaletes e vestiários.

Os documentos oficiais referentes à conclusão de curso e colação de grau são emitidos apenas com o nome de registro civil, sendo assegurada, contudo, que antes da conclusão do curso, haja a emissão de documento oficial, de uso não exclusivamente interno, com nome social, caso solicitado (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2014).

A UFRGS também conta com hospital que realiza o processo transexualizador. O Hospital de Clínicas de Porto Alegre é vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e está autorizado a realizar cirurgia de designação sexual. Destaca-se, ainda, que todos os Hospitais autorizados no país a realizar tal procedimento também estão ligados a Universidades.

Dentre eles, destaca-se: o Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo; Hospital Universitário Pedro Ernesto, vinculado à Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Hospital de Clínicas de Goiânia, vinculado à Universidade Federal de Goiás; Hospital de Clínicas de Recife, vinculado à Universidade Federal de Pernambuco e o Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossia, vinculado à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Por fim, na Região Norte, o Estado representativo foi o Estado do Pará e a Universidade Federal do Pará (UFPA). Na UFPA o nome social foi aprovado através da Resolução de nº 731, de 17 de dezembro de 2014. Através dela determinou-se que o nome social seja o único nome exibido em documentos de uso interno. Quanto aos documentos externos, a UFPA emite-os apenas com o nome de registro (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014).

Apesar de diversas buscas em sítios eletrônicos, procurando informações de outras políticas da UFPA em prol da população trans, não houve nenhuma informação neste sentido. Registra-se, contudo, reportagem publicada em 24 de junho de 2019, pelo G1[16], na qual foi divulgado que um aluno trans sofreu uma agressão no banheiro masculino da UFPA, no Complexo de Vadião. O estudante de Ciências Sociais foi agredido verbal e fisicamente ao tentar utilizar o banheiro.

---

[16] Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/06/24/aluno-trans-denuncia-ter-sofrido-agressao-em-banheiro-da-ufpa.ghtml

Tabela 7 - Resumo das políticas às pessoas trans nas Universidades pesquisadas

REGIÃO/ESTADO	UNIVERSIDADE	POLÍTICAS
Nordeste/ Pernambuco	UFPE	- Garante a utilização do nome social desde 2015; - Projeto "Vai ter trans na UFPE, sim!" - Lançamento da campanha “Meu nome importa” para respeito ao nome social e uso do banheiro; - Edital 03 de 2018: reserva de vaga para linhas do Mestrado e Doutorado em Educação para pessoas trans; - Implantou procedimentos relativos ao procedimento transexualizador no Hospital das Clínicas em 2014.
Sudeste/São Paulo	UNIFESP	- Garante a utilização do nome social desde 2012; - Inaugurou em 2017 Ambulatório do Núcleo de Assistência Multiprofissional à pessoa trans; - Publicou carta pública reafirmando a utilização do banheiro de acordo com a identidade de gênero em 2019.
Centro-Oeste/Mato Grosso do Sul	UFMS	- Garante a utilização do nome social desde 2012; - Inaugurou o Ambulatório Transexualizador do Hospital Universitário Maria Ap. Pedrossian em 2017.
Sul/Rio Grande do Sul	UFRGS	- Garante a utilização do nome social e do banheiro de acordo com a identidade de gênero desde 2014; - Hospital das Clínicas de Porto Alegre é vinculado à UFRGS e um dos poucos a realizar o processo transexualizador no país.
Norte/Pará	UFPA	- Garante a utilização do nome social desde 2014.

Fonte: Elaborada pela autora através de dados disponibilizados pela UFPE, UNIFESP, UFMS, UFRGS e UFPA, 2019.

Apresentadas, ainda que de uma maneira breve, políticas e ações promovidas por algumas Universidades Federais do país, passa-se, agora, a descrever as resoluções, ações e políticas que a UFJF realizou e está desenvolvendo em favor da população trans.

3.2 O QUE JÁ FAZ A UFJF?

Inicialmente, cabe anotar que a Universidade Federal de Juiz de Fora desenvolve políticas e ações em favor da diversidade e das pessoas trans por meio de Pró- Reitorias, Diretorias, Núcleos e Grupos de estudo e pesquisa. Já as aprovações de Resoluções ocorrem no Conselho Superior (Consu), órgão de deliberação máxima da UFJF.

Assim, optou-se por manter o padrão do capítulo anterior e segmentar a apresentação das ações e projetos desenvolvidos por área de afinidade. Nesse sentido, em princípio, serão apresentadas as ações desenvolvidas que garantem um Tratamento Legal, assegurando, seja direta ou indiretamente, o acesso e permanência da população trans na Universidade Federal de Juiz de Fora. Em seguida, serão abordadas as ações que se referem à Formação e Pesquisa e, ao final, as ações voltadas à Saúde das pessoas trans.

Nesse sentido, a Tabela abaixo orienta a respeito das Resoluções publicadas, ações e projetos desenvolvidos pela UFJF, os quais passam a ser detalhados na sequência.

Tabela 8 - Resumo das ações e políticas voltadas às pessoas trans desenvolvidas pela Universidade Federal de Juiz de Fora

DIVISÃO DE LOCAIS	POLÍTICAS/AÇÕES
TRATAMENTO LEGAL	- Resolução 06/2015 do Consu; - Resolução 32/2016 do Consu; - Resolução 04/2017 do Consu; - Criação Fórum Permanente da Diversidade em 2018; - Resolução 24/2019 do Consu; - Edital do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e História.
ATIVIDADES DE FORMAÇÃO E PESQUISA	- Semana da Visibilidade Trans; - Grupo de estudos e pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade (Gesed) e criação do curso de especialização em “Relações de gênero e sexualidades: perspectivas interdisciplinares” em 2018; - Flores Raras- Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Comunicação e Feminismos; - Campanhas da Diretoria de Imagem; - Projeto de extensão “Identidades, cidadania e inclusão LGBTQ+” e realização da Semana *Rainbow* (3ª Edição em 2019); - Criação do Centro de Referência de Promoção da Cidadania de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transgêneros, transsexuais, *queers*, não binários e intersexuais (CeR-LGBTQI+) em 2019.
SAÚDE	- Criação do Ambulatório Trans pelo Centro de Psicologia Aplicada (CPA) em 2018; - Início do credenciamento do Hospital Universitário (HU) como hospital de referência para o tratamento transexualizador em 2019.

Fonte: Elaborada pela autora através de dados disponibilizados pela UFJF, 2019.

Quanto ao Tratamento Legal, a primeira ação que merece destaque refere-se à política de utilização do nome social na UFJF. Salienta-se que, desde 2015, através da Resolução de nº 06/2015 do Consu, é assegurado ao corpo docente, técnico administrativo e discente o direito ao uso do nome social nos registros, documentos e atos da vida funcional e acadêmica no âmbito na UFJF. Eram excetuados os diplomas, os certificados, as declarações e os históricos escolares quando emitidos para fins externos à instituição. Tal normativa encontra-se exposta no art. 4º da Resolução de nº 06/2015:

> Art. 4º - A adoção e uso do nome social será assegurado nas seguintes situações:
> I. cadastro de dados e informações de uso social;
> II. comunicação interna de uso social;
> III. endereço de correio eletrônico;
> IV. documento de identificação de uso interno da UFJF (crachá ou carteira funcional), com a identificação do nome civil no verso do documento;
> V. lista de ramais da UFJF;

> VI. nome de usuário em sistemas informatizados;
> VII. documentos internos de natureza administrativo-acadêmica, tais como diários de classe, cadastros, fichas, formulários, divulgação de notas, divulgação de resultados de processos seletivos, atas de dissertações e teses, chamadas orais nominais para verificação de frequência e participação nas atividades acadêmicas, e em solenidades como entrega de certificados, colação de grau, premiações e eventos similares; e
> VIII. na inscrição de processos seletivos e de concursos de cargos públicos, incluindo a fase de divulgação de resultados.
>
> Parágrafo Único: Excetuam-se dos documentos elencados acima os diplomas, os certificados, as declarações e os históricos escolares quando emitidos para fins externos à instituição (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2015, p. 03).

Já em 2017, por meio da Resolução de nº 04/2017 do Consu, a Universidade Federal de Juiz de Fora aprovou a utilização do nome social em históricos escolares, diplomas e certificados de conclusão de curso, o que garantiu à população trans ter, nesses documentos, o nome que usam em suas relações sociais. Dessa forma, através dessa Resolução acrescentou o inciso IX ao art. 4º da Resolução 06/2015 e deu-se nova redação ao seu parágrafo único, conforme se vê do art. 1º e 2º da referida Resolução, destacados abaixo:

> Art. 1º – Acrescentar o inciso IX ao artigo 4º da Resolução nº 06/2015 do Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora:
>
> IX – Na emissão de diplomas, certificados, declarações e históricos escolares, possuindo, nestes casos, destaque igual ou maior àquele concedido ao registro civil.
>
> Art. 2º - O Parágrafo único do artigo 4º da Resolução nº 06/2015 do Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora passa a vigorar com a seguinte redação:
>
> Parágrafo único: A Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos deverá, no prazo de 60 dias, emitir normatização interna dispondo acerca dos novos padrões gráficos dos Diplomas, Certificados, declarações e históricos escolares, conferindo, nestes documentos, para o nome social, destaque maior ou igual àquele atribuído ao registro civil (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2017, p. 01).

Ocorre que, após registros de demandas de pessoas trans na Central de Atendimento (CAT), foram realizadas Reuniões com a Diretoria de Ações Afirmativas, o coordenador da CAT e a população trans, quando, então, observou-se a necessidade de uma nova normativa para regulamentar o nome social na UFJF, tendo em vista que o texto atual não estava contemplando a necessidade de todas as alunas e alunos trans. Assim, em Reunião realizada com a Diretoria de Ações Afirmativas, no dia 11 de abril de 2019, no Centro de Ciências de Juiz de Fora, na qual estive presente, foram dialogadas, juntamente com a população trans, alternativas de minutas para atender às novas solicitações de utilização do nome social. As solicitações se deram pois estudantes trans demandaram pela possibilidade de escolha de quais documentos da vida acadêmica (carteira de estudante, lista de presença, histórico escolar, etc) adotar o nome social. As principais razões apresentadas foram de duas ordens, quais sejam, constrangimentos externos ao ambiente universitário e o desconhecimento da família. Na mesma Reunião

também foi levantada a necessidade do Conselho Superior pautar a discussão sobre a utilização dos espaços segregados por gênero, a fim de que haja uma normativa da UFJF neste sentido.

Assim, construída a minuta de Resolução conjuntamente com as pessoas trans, a temática da utilização do nome social foi mais uma vez pauta da Reunião do Conselho Superior e, em 28 de junho de 2019, aprovou-se a Resolução de nº 24/2019, por unanimidade. Em seu texto possibilitou-se a escolha da modalidade de utilização do nome social, como se depreende do art. 4º da Resolução de nº 24/2019:

> Art. 4º - A pessoa interessada poderá elencar modalidades de como deseja fazer o uso do nome social:
>
> I - com exclusividade do nome social – em atos e documentos que se destinam ao uso interno à UFJF, acompanhado do seu número de matrícula, SIAPE e/ou CPF; ou
>
> II - quando houver a necessidade de produzir efeitos perante terceiros, poderá optar pela exclusividade do seu nome civil ou pela utilização de ambos; neste caso, o nome social terá destaque igual ou maior àquele concedido ao registro civil (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2019a, p. 6).

Além disso, o novo texto possibilitou, ainda, a escolha da forma de emissão de documentos de identificação de uso interno da UFJF, estabelecendo no parágrafo único do art. 5º:

> Parágrafo Único: Para fins de emissão de documentos de identificação de uso interno da UFJF, a pessoa transgênera que ainda não houver retificado seu registro civil poderá escolher entres duas formas, ambos com fotos:
> a) dúplice, na qual será entregue uma carteira social, possuindo o nome social, o curso ou o cargo e lotação, além do número de matrícula e/ou CPF, sendo também fornecida uma carteira civil, possuindo o nome civil, o curso, ou o cargo e lotação, o número de matrícula, e/ou o CPF e o número de um documento de identidade;
> b) unificada, na qual constará o nome social no anverso, o curso, ou o cargo e lotação, o número de matrícula, e/ou o CPF e um documento de identidade e no verso o nome civil, com menor destaque de que o nome social. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2019a1, p. 7).

Quanto à utilização do banheiro de acordo com a identidade de gênero, a Universidade possui uma campanha de 2015 neste sentido, a qual, contudo, teve efeitos práticos pouco importantes. Intitulada “Libera meu Xixi”, tal campanha fez parte de um acordo de desocupação da reitoria por estudantes, sendo fruto de reivindicação do corpo estudantil, o que nos faz refletir sobre a necessidade de lutas políticas para a conquista da tomada de direitos em todos os âmbitos da sociedade.

Na ocasião, apesar de ter sido veiculado na mídia que a Universidade havia liberado a utilização de todos os banheiros da instituição, de acordo com a identidade de gênero, fato é que a situação real é bem diversa. O acordo limitou-se a 2 (dois) banheiros já existentes nas dependências da Reitoria da UFJF. Nesses banheiros, mantiveram-se as placas de masculino e feminino, mas permitiu-se a sua utilização de acordo com a identidade de gênero com a qual as pessoas se reconhecem.

Às Unidades Acadêmicas, foi dada autonomia para que, internamente, realizassem suas discussões e deliberassem sobre a possibilidade ou não de implementarem a utilização dos banheiros nos moldes adotados pela Reitoria.

A Faculdade de Educação, unidade em que estou lotada, iniciou discussões em Reunião departamental no ano de 2018 e promoveu rodas de conversa, a fim de sanar as dúvidas da comunidade acadêmica. Contudo, não houve deliberação do Colegiado sobre a possibilidade ou não. Tal discussão também ocorreu no ICH (Instituto de Ciências Humanas), mas, da mesma forma, não houve uma deliberação sobre a sua possibilidade. Em contato com docentes do Instituto[17] foi possível obter a informação de que houve um movimento para a tentativa de construção de um debate coletivo sobre o tema. A pretensão era de que fosse realizada um *survey* com a comunidade acadêmica, o que iria ocorrer após algumas intervenções para provocar a reflexão e debate. Porém, a docente responsável afastou-se em razão de licença médica e não houve continuidade da proposta por outros colegas.

Através da Resolução de nº 24/2019 do Consu da UFJF aprovou-se a normatização do uso do banheiro, vestiário e outros espaços segregados por gênero de acordo com a identidade de gênero em todas as dependências da Universidade Federal de Juiz de Fora, conforme observa-se do art. 1º:

> Art. 1º Fica assegurado, no âmbito da UFJF, a servidores e discentes travestis, transexuais, não binários e transgênera, o direito ao uso do nome social nos registros, documentos e atos da vida funcional e acadêmica, sendo livres para usarem os banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero em correspondência ao gênero com que se identificam.
>
> §5º A utilização de banheiros, nos termos do caput deste artigo, também se estende aos usuários dos serviços prestados pela UFJF, como visitantes dos museus, do Cine Teatro Central, participantes de projetos de extensão, visitantes do Jardim Botânico ou dos espaços de lazer do campus, usuários do Hospital Universitário, dos serviços odontológicos, do Centro de Psicologia Aplicada, dentre outros. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2019a1, p. 5).

Tal normativa foi resultado da discussão promovida pela Diretoria de Ações Afirmativas com a população trans, dispondo a Resolução, ainda, que cabe à Diaff a definição e promoção das ações necessárias para a efetivação da garantia de utilização do banheiro de acordo com a identidade de gênero.

Por tal razão, a Diaff e a Diretoria de Imagem convidaram a população trans para uma Reunião, a qual ocorreu aos 16 dias do mês de julho de 2019, na qual foram pensadas e dialogadas as medidas para a implementação da utilização dos espaços segregados de acordo com a identidade de gênero na UFJF.

Na ocasião, o Diretor das Ações Afirmativas esclareceu que a Resolução estabelece que cabe à Diaff, no prazo de 90 dias a contar da aprovação da Resolução, elaborar e implementar um plano de ações para a efetivação da garantia de utilização do

---

[17] Foi realizado contato com as professoras do Instituto de Ciências Humanas- ICH, Profª Rogéria Dutra e Prof.ª Marta Mendes.

banheiro. Acordou-se, assim, que serão realizadas visitas nas Unidades acadêmicas com os seus respectivos Diretores. Definiu-se que as primeiras unidades a serem visitadas serão a Faculdade de Comunicação e a Faculdade de Engenharia, em razão de haver estudantes trans. As visitas iniciar-se-ão no dia 8 de novembro na Faculdade de Engenharia e, em seguida, será expandida às demais Unidades.

A Diretoria de Ações Afirmativas encontra-se vinculada a Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A Ouvidoria Especializada, criada através da Resolução do Consu de nº 32/2016, possui independência funcional e jurisdição em todas as unidades administrativas e acadêmicas da UFJF, competindo constituir um canal de acolhimento, tratamento, encaminhamento, acompanhamento e mediação, visando a defesa dos direitos e do respeito ao público alvo destas ações, sendo a sua existência considerada uma ação de tratamento legal (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2019c).

Outra instância de importância relacionada à Diretoria de Ações Afirmativas é o Fórum Permanente de Diversidade da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Instituído em 2018, o Fórum é uma instância deliberativa das Ações Afirmativas a serem desenvolvidas no âmbito da UFJF e conta com a participação de estudantes, docentes, corpo técnico-administrativo e terceirizado, além de integrantes de movimentos sociais externos à instituição (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2019d).

Ademais, destaca-se outra política promovida recentemente, sendo esta voltada ao acesso da população trans na Universidade Federal de Juiz de Fora. Na UFJF, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social é pioneiro na implantação de uma política de cotas para estudantes travestis, transexuais e transgêneros no mestrado e no doutorado e aprovou. Em junho de 2019 aprovaram-se cotas para pessoas trans e, no mesmo ano, houve a primeira aluna travesti negra aprovada em seleção (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2019o).

Para o edital de ingresso de 2020, o Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, coordenado pelo Prof. Fernando Perlatto, reservou vagas para estudantes com deficiência, pretos, pardos, indígenas e também para travestis, transexuais e transgêneros. Trata-se de iniciativa da UFJF para garantir o acesso de pessoas trans através de cotas. Das vinte e cinco vagas para o mestrado, o Edital 01/2019 assegurou uma delas para uma pessoa trans e das quinze vagas do doutorado, o Edital 02/2019 também reservou uma vaga para uma pessoa trans (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2019e).

Ainda em 2019, ação promovida pela Diaff refere-se à Semana da Visibilidade Trans. Considerada também uma ação no intuito de garantir a permanência da população trans, ampliando e fortalecendo a discussão dessa temática, tal Semana é promovida pela Diretoria de Ações Afirmativas, juntamente com a Diretoria de Imagem, ocasião em que ocorrem diversas ações de natureza formativa, como a realização de cine-debates e rodas de conversa (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2019f).

Outro recente projeto da UFJF que merece destaque é o Centro de Referência, de iniciativa do Prof. Marco José de Oliveira Duarte, docente da Faculdade de Serviço

Social. Em uma iniciativa do Polo de Referência LGBTQI+, inaugurou-se, em agosto de 2019, o Centro de Referência de Promoção da Cidadania de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transgêneros, transsexuais, *queers*, não binários e intersexuais (CeR-LGBTQI+). Além de acolher as demandas do grupo, o Centro de Referência visa reduzir a violência e garantir os direitos humanos e fundamentais da população LGBTQI+ (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2019g).

Também merece destaque as ações de Pesquisa e formação realizadas pelo Grupo de estudos e pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade (Gesed). Tal grupo encontra-se inserido na Faculdade de Educação, no Núcleo de Educação e Diversidade (Neped) e é coordenado pelos professores Anderson Ferrari e Roney Polato. Além de marcar uma postura política, o Gesed apresenta ações junto à comunidade escolar da cidade, investindo na formação docente, na presença nas escolas e nos cursos de extensão. O Gesed lançou em 2018 a primeira turma do curso de especialização: “Relações de gênero e sexualidades: perspectivas interdisciplinares”, com o objetivo de discutir, problematizar e ampliar a formação dos alunos nas discussões de gênero e sexualidade, fazendo interface com diversas áreas do conhecimento (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2019h).

Outros projetos importantes a serem destacados referem-se ao Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Comunicação e Feminismos- Flores Raras, liderado pela Profa. Dra. Daniela Auad, atuante na Faculdade de Educação da UFJF e pela Profa. Dra. Cláudia Regina Lahni, da Faculdade de Comunicação da UFJF e ao Projeto de extensão “Identidades, cidadania e inclusão LGBTQ+”, coordenado pelo Prof. Marcelo Carmo Rodrigues (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2019i).

Este último projeto tem foco na geração de emprego e renda da população vulnerável, além de realização de projetos de inclusão e pesquisas. Ação formativa importante na UFJF desenvolvida pelo Projeto é a Semana *Rainbow* promovida na UFJF. Em 2019, foi realizada a 3ª Edição, a qual contou com palestras, rodas de conversa, oficinas, exibições de filmes, exposições, peças teatrais, visitas guiadas, *shows* e seminários. O objetivo da Semana foi sensibilizar as comunidades envolvidas para as questões relacionadas às homossexualidades, às identidades de gênero e sexuais, bem como fomentar o respeito à diversidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2019j).

Ademais, não se pode deixar de mencionar o papel da Diretoria de Imagem na atividade formativa da comunidade acadêmica. A Diretoria é responsável pela produção audiovisual, desenvolvendo vídeos, campanhas, folhetos e *banners*, com conteúdo em prol da diversidade em geral e, por vezes, voltado à população trans. Tais conteúdos são resultado de deliberação conjunta com a comunidade acadêmica, não sendo rara a promoção de Reuniões da Diretoria de Imagem e da Diaff com as pessoas da comunidade da UFJF, visando construir campanhas de forma colaborativa em datas específicas, como dia do Orgulho LGBT, Semana da Visibilidade Trans, entre outros (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2019k).

Quanto ao setor de Saúde, a UFJF também está desenvolvendo ações recentes neste sentido. Assinala-se que o Centro de Psicologia Aplicada da UFJF (CPA) inaugurou, em setembro de 2018, o Ambulatório Trans. O Ambulatório é um projeto de extensão de iniciativa da docente do Departamento de Psicologia da UFJF, Prof.ª Alinne Nogueira e tem por objetivo oferecer atendimento de orientação psicanalítica a pacientes trans. Além disso, visa realizar assistência aos alunos e alunas da UFJF que estejam atravessados por questões de ordem trans, bem como oferecer rodas de conversa e seminários para divulgar e aprofundar a discussão da temática na UFJF. Anteriormente, encontrava-se ativo o projeto VisiTrans, também atuando junto ao CPA e sob coordenação de docente da Faculdade de Psicologia (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2019l).

Iniciativa também relacionada à saúde trata-se do recente credenciamento do Hospital Universitário da UFJF para realizar tratamento trans. Esse processo permitirá que o Hospital Universitário da UFJF realize atendimentos ambulatoriais e cirúrgicos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Para tanto, o HU iniciou, junto ao Município e ao Estado de Minas Gerais, um processo de credenciamento para se tornar centro de referência no atendimento. A solicitação foi aprovada na seara Municipal e aguarda a aprovação do Estado de Minas Gerais para ser encaminhada ao Ministério da Saúde. Com a devida regulamentação, o HU da Universidade Federal de Juiz de Fora passará a contar com um Ambulatório e um centro cirúrgico no processo transexualizador, sendo possível comprar equipamentos, materiais e medicamentos, além de receber investimentos de infraestrutura e capacitação. Nesse sentido, de acordo com o superintendente do HU, Prof. Dimas Augusto Carvalho de Assis, o credenciamento permitirá a regularização do fluxo de pacientes com entrada pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), beneficiando o atendimento da Macrorregião Sudeste de Minas (ALMEIDA, 2019).

A UFJF apresenta diversas Resoluções e ações que visam uma permanência sadia das pessoas trans no ambiente universitário. O nome social apresenta Resolução recente que pretende atender aos novos anseios apresentados pelas pessoas trans. Ademais, a utilização do banheiro e outros espaços segregados de acordo com a identidade de gênero também se encontra regulamentada através de Resolução própria do Conselho Superior. Atividades formativas, como debates, seminários, semanas culturais, grupos de pesquisa permanentes também existem para a discussão do tema. Além disso, a UFJF possui o Ambulatório Trans e está, recentemente, buscando credenciar o Hospital Universitário para realizar o processo transexualizador. No entanto, qual é a impressão da população trans acerca das atividades já desenvolvidas? Existem demandas que ainda necessitam ser atendidas para o ingresso e permanência da população trans na UFJF? Como podem ser aprimoradas as políticas já existentes? A resposta dessas e outras indagações são o objetivo da própria seção.

3.3 QUEM SÃO AS PESSOAS TRANS DA UFJF?

Conforme já assinalado anteriormente, parte essencial que constituiu a metodologia deste trabalho foi a realização de entrevistas semiestruturadas com alguns estudantes trans da Universidade Federal de Juiz de Fora. Em tais entrevistas havia questões pré-definidas, mas as mesmas não se limitavam a um roteiro engessado.

O público alvo foi composto por cinco pessoas trans, dentre elas duas mulheres trans, dois homens trans e uma pessoa não binária. O objetivo do perfil foi compreender os desafios que os estudantes enfrentam sob seus diferentes pontos de vista. As entrevistas foram realizadas nos meses de dezembro de 2019 a fevereiro de 2020. Três delas ocorreram em espaços da Universidade Federal de Juiz de Fora, uma no Shopping Santa Cruz, situado no Centro da cidade de Juiz de Fora, e uma na casa da própria entrevistada.

Para uma melhor compreensão a quem lê, segue abaixo uma Tabela com a síntese do perfil dos estudantes entrevistado(a)s:

Tabela 9 - Perfil do(a)s estudantes entrevistado(a)s

Colaborador(a)	1	2	3	4	5
Nome	Henrique	Cassius	Brune	Sofia	Sidney
Data da entrevista	19/12/2019	11/01/2020	22/01/2020	27/01/2020	03/02/2020
Local da entrevista	Campus da UFJF	Shopping Santa Cruz	Casa da entrevistada	Campus da UFJF	Campus da UFJF
Identidade de gênero	Homem trans	Homem trans	Mulher trans	Mulher trans	Não binário
Idade	20	22	28	29	20
Orientação Sexual	Bissexual	Bissexual	Heterossexual	Bissexual	Bissexual
Curso	B. I. em Ciências Humanas	Letras	Doutorado em Psicologia	Engenharia Elétrica	Serviço Social
Nível socioeconômico[18]	Classe média	Classe média baixa	Classe média	Classe média	Classe média

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Cabe destacar que, segundo Brandão (2000), para proceder a uma entrevista bem realizada é necessário considerar todo o envolvimento com um complexo trabalho devidamente contextualizado no universo da pesquisa. Assim, Brandão (2000, p. 08) destaca que a entrevista “reclama uma atenção permanente do pesquisador aos seus objetivos, obrigando-o a colocar-se intensamente à escuta do que é dito, a refletir sobre a forma e conteúdo da fala do entrevistado.”

Através das entrevistas semiestruturadas foi possível estabelecer um contato pessoal com os estudantes, escutar suas histórias, as questões que enfrentaram quando da descoberta da transexualidade no contexto familiar, escolar e universitário, além dos desafios para o acesso e permanência neste último, e suas aspirações para o futuro. Nesse contexto, destaca-se que com tal ferramenta de pesquisa pretendeu-se

[18] A condição socioeconômica tal qual descrita no quadro refere-se à condição declarada pelas próprias pessoas entrevistadas. Contudo, não foi questionada a renda per capita familiar na entrevista, o que torna a informação apresentada pelas pessoas entrevistadas passível de questionamentos.

desenvolver um “entrelaçamento de emoções” (SZYMANSKI, 2010, p. 12). Sobre tal entrelaçamento, nos elucida o autor:

> A entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana, em que estão em jogo as percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas: entrevistador e entrevistado. Quem entrevista tem informações e procura outras, assim como aquele que é entrevistado também processa um conjunto de conhecimentos e pré-conceitos sobre o entrevistador, organizando suas respostas para aquela situação. A intencionalidade do pesquisador vai além da mera busca de informações; pretende criar uma situação de confiabilidade para que se entrevistado se abra. Deseja instaurar credibilidade e quer que o interlocutor colabore, trazendo dados relevantes para seu trabalho. A concordância do entrevistado em colaborar na pesquisa já denota sua intencionalidade– pelo menos a de der ouvido e ser considerado verdadeiro no que diz-, o que caracteriza o caráter ativo de sua participação, levando-se em conta que ele também desenvolve atitudes de modo a influenciar o entrevistador. (SZYMANSKI, 2010, p. 12).

Assim, destaca-se que todas as pessoas que participaram da entrevista o fizeram de forma muito espontânea, demonstrando empenho e prontidão em auxiliar na produção de dados para esta pesquisa, o que reforçou a ideia de que tais sujeitos carecem ser ouvidos. Destaca-se, também, que este trabalho se utilizou do método bola de neve, no qual a pessoa entrevistada indicava uma pessoa que acreditava ter interesse em participar da pesquisa.

Além disso, cabe assinalar que das cinco pessoas entrevistadas apenas uma delas solicitou que seu nome não fosse revelado no presente trabalho, razão pela qual foi substituído por pseudônimo. Todas as demais pessoas manifestaram-se favoravelmente ao uso de seus nomes nesta dissertação. O roteiro da entrevista realizada com os estudantes trans da UFJF encontra-se no Apêndice deste trabalho, bem como o termo de cessão de direitos de depoimento oral.

Segue abaixo, ainda que de forma breve, relato das histórias de vida das pessoas entrevistadas, diante do protagonismo que se pretende garantir às suas narrativas. Em seguida, serão analisados, especificamente, os problemas e situações que as entrevistadas e os entrevistados narraram enfrentar no ambiente universitário da UFJF.

Inicialmente, contudo, forçoso anotar que, conforme já registrado nesta dissertação, não é possível falar que a UFJF possui uma comunidade trans, propriamente. Nas entrevistas realizadas, pode-se perceber a singularidade das histórias de vida das pessoas trans que ora encontram-se ativas nos cursos da UFJF. Suas descobertas enquanto pessoas trans em algum momento assemelham-se. Todos elas revelaram que a *internet* ou o próprio *YouTube* foi o canal que lhes propiciaram conhecer, de certa forma, o que seria a transexualidade e obter conhecimento para buscarem suas identidades. Contudo, a aceitação familiar, a condição socioeconômica, e as dificuldades enfrentadas no processo são muito particulares, sendo impossível unificar suas experiências e discursos.

Henrique

Homem trans, 20 anos, bissexual. Desde a infância mora em Juiz de Fora. De família de classe média, reside com a mãe e o padrasto. Sempre cursando escolas particulares, não teve dificuldade no ingresso na UFJF no BI de Ciências Humanas. A mãe sempre o quis como uma princesa, “mas nunca conseguiu me colocar um vestido”, ele conta. Sentindo que as coisas não se encaixavam, apenas viu-se como uma pessoa trans no Ensino Médio. Iniciou a Universidade já transicionado e a reação da mãe, a princípio, foi de “drama”, culpando-se em razão da liberdade que havia dado a ele. Nos dias de hoje, a mãe é a pessoa que mais o apoia. Henrique reconhece a sua condição privilegiada. Realizou a cirurgia de mastectomia e nunca precisou parar a hormonização por conta de dinheiro. Henrique observa que a sua passabilidade o poupou de situações constrangedoras e lamenta que na Universidade, assim como na sociedade, para representar o espectro de gênero, é necessário sempre estar no processo de hormonização. Henrique destaca que a passabilidade que possui também tem suas desvantagens e pontua que a falta de representatividade e presença de pessoas trans na Universidade já o afetaram muito. “A passabilidade te dá vantagens de não sofrer preconceitos, mas você acaba apagado. Por que você sai do armário, mas continua nele as suas vivências não são vistas. Isso afeta também!”, conta. Com a passabilidade completa e atuando junto à luta das mulheres trans, ele observa a necessidade de haver uma maior discussão sobre os homens trans na academia: “As mulheres trans possuem mais espaço na academia em razão de serem vistas há mais tempo”. Henrique ainda tem dúvidas sobre o futuro, mas não desconsidera a possibilidade de ser professor do Ensino Superior e a representação que tanto sente falta no espaço universitário: “É um espaço que precisa ser ocupado e acaba que não é, pois as pessoas não têm formação na área”, desabafa.

Cassius

Homem trans, 22 anos, bissexual. Filho de família de tradição católica, classe média baixa. Mora com a mãe, manicure, e duas irmãs. O pai, militar, com o qual não possui mais contato, tem uma condição financeira mais confortável. Dedicado aos estudos, apegado desde pequeno aos livros e às línguas estrangeiras, Cassius submeteu-se à repressão desmedida do Colégio Militar por anos. Para ele esse seria um sacrifício que teria que passar, pois era a chance de ter um estudo melhor e uma estrutura no futuro. Passou por muito sofrimento no Colégio Militar por apresentar comportamentos que destoavam das regras, entrou em depressão e precisou tomar medicamentos. Prestou vestibular para o curso de Relações Internacionais na UNB, foi aprovado, mas não teve condições de fazer sua mudança. Optou por ingressar no curso de Direito na UFJF, incentivado pela família que observava as suas habilidades de escrita e fala. Sofrendo de ansiedade e depressão, Cassius conta que sempre viu a sua imagem desvencilhada de seu corpo: “Era como se fosse algo paralelo. Como se minha alma e meu corpo não se encaixassem e não fazia ideia do porquê. Fazia isso desde sempre”. Após iniciar tratamento psicológico, conta que começou um processo de aceitação, mas que por um longo tempo, saía das consultas arrasado e com o sentimento de que jamais

poderia ser feliz. Com o processo, Cassius percebeu que teria que se aceitar como uma pessoa trans, pois, do contrário, viveria na infelicidade pelo resto da vida, a qual não seria longa naquelas circunstâncias. Contou para família e teve o estranhamento inicial da mãe, a qual demorou a se desvencilhar da ideia de que não tinha apenas filhas mulheres. Desestimulado com o curso de Direito, Cassius vivenciou situações com professores LGBTfóbicos, machistas e racistas, observou falta de preparo de pessoas para atender o público trans, e viu a sua permanência dificultada. Não desistiu! Com a ajuda da família e amigos fortaleceu o psicológico e resgatou a sua paixão, os livros e as línguas! Hoje é bolsista voluntário no Boa Vizinhança e dá aulas de Português para estrangeiros refugiados. Cassius está cursando Letras, e hoje, mesmo sem diploma, se vê feliz como professor. Está realizando a terapia hormonal e sente com o descaso da Secretaria de Saúde que está cerceando um tratamento adequado para as pessoas trans na cidade de Juiz de Fora. Teve a expectativa da cirurgia de mastectomia recentemente frustrada e questiona os direitos e o acesso à educação pela população trans. Cassius observa a necessidade de sempre fazer mais e melhor para ter o mesmo agraciamento de uma pessoa cis, seja em questão de faculdade, família, relacionamento, tudo! “Sempre temos que ser impecáveis, do início ao fim para receber um parabéns, mas nunca seremos perfeitos, não importa o esforço que a gente faça”.

Brune

Mulher trans, 28 anos, heterossexual. De classe média, é filha de pais presentes em sua vida, ainda que não morem na mesma casa. Desde os 3 anos comportava-se de maneira diferente dos meninos e durante a Educação Infantil andava só com as meninas. “A vida toda pensava como seria se fosse uma menina”, ela conta. Já na pré-adolescência e adolescência, com a polarização, passou a ficar sozinha e a se sentir sem lugar. Para que as pessoas a tolerassem fazia barganhas e sempre precisava tirar notas boas, emprestar cadernos e fazer exercícios com os colegas. “Essa era uma maneira de poder, uma forma de me proteger”. Estudou em escolas particulares no Ensino Fundamental e no Ensino Médio cursou o Colégio Técnico Universitário (CTU). Conseguiu ingressar no curso de sua escolha na UFJF através do Pism, sem maiores dificuldades. A transição de gênero e a mudança definitiva do nome ocorreram na Graduação, apesar de ter transicionado aos poucos. Vivendo numa “bolha”, Brune relata que começou a ser reconhecida dentro e fora da Faculdade de Psicologia. Envolvendo-se com diversos projetos, ingressou no mestrado. Foi ganhando mais destaque e, então, a situação tomou uma proporção maior que poderia imaginar. Quanto aos problemas experimentados na Universidade, Brune relata que observava a aceitação do seu corpo trans, mas não em ser um sujeito pensante trans que possa produzir uma epistemologia genuinamente trans. Considerando a sua relação com a Universidade como ambígua, ela relata que apesar de se sentir aceita, ainda lhe falta o pertencimento. Prestes a finalizar o Doutorado, e conseguindo boas colocações em concursos públicos, Brune destaca que procurou capacitar-se ao máximo para facilitar a entrada no mercado de

trabalho, mas ainda questiona: “Será que depois que eu terminar tudo eu vou de fato conseguir alguma coisa?”

Sofia

Mulher trans, 29 anos, bissexual. Nasceu na cidade de São Paulo, reconhecida entre seus pais e parentes como um menino. Filha de pai católico, queria ser uma menina desde os 5 anos de idade e usa cabelo comprido desde os 10. Gostava de pegar as roupas da mãe, e na escola não lhe faltavam insultos. -“Veadinho”, eles diziam! Sofia aprendeu cedo a não se importar muito com isso, ainda que no fundo a doesse. Só queria estudar! Rejeitada na escola, o sonho de virar médica foi se desfazendo pelo desejo de não mais interagir com as pessoas, aquelas que tanto a magoavam. Optou, então, por tratar com as máquinas. “Gente é chato”, ela diz. Por gostar de montar e desmontar equipamentos escolheu cursar Engenharia Elétrica e ama o curso. “A Ciências Exatas é meu lugar”, afirma Sofia, com convicção. Mudou-se para Juiz de Fora para ingressar na UFJF, e para a sociedade, até então, era uma pessoa cis e hetero, mas hoje diz que, na verdade, era “cis, hetero de Taubaté”. Após sair de um relacionamento e olhar para si mesma, entendeu ser uma mulher trans, bissexual. “Gosto de homem e gosto de mulher e ponto, não tem o que reclamar.” Desde então retirou um peso enorme das costas e começou a viver. Mas começaram os desafios no curso. Para ela, ser “do vale” na Engenharia já é estar excluída porque você não pode ter os trejeitos. Cercada de um ambiente machista, Sofia conta que ainda persiste uma masculinidade frágil no curso e que, recorrentemente, observa falta de coleguismo em situações básicas do cotiado, especialmente após ter feito a transição. Atualmente, ela participa de projetos importantes como IEEE e o WIE, “Mulheres na Engenharia”. Nos projetos, ela conta que não é mais vista como “veadinho”, pois as pessoas perceberam que ela “manja” e, a partir de então, começaram a focar no seu conhecimento. Conta ela que é sempre assim, precisa chegar, quebrar a barreira e estudar o triplo para, enfim, ser reconhecida.

Sidney

Não binário, bissexual, 20 anos. Nasceu e cresceu em Juiz de Fora, família de classe média. Estudou em escolas particulares na cidade, por vezes com bolsa de estudos. Identifica-se como uma pessoa não binária desde a adolescência e sempre foi visto como a “menina macho” da escola. Desde que se lembra, Sidney sofre bullying no ambiente escolar, mas, de acordo com a Coordenação da escola, o isolamento da classe era culpa dele que não convivia com o restante da turma. Tendo ingressado no Curso de Serviço Social pelo Pism, Sidney diz sobreviver com as bolsas que recebe da Universidade: “Eu recebo duas bolsas, a PNAES e do Projeto de extensão. Eu fui demitido, não tenho mais emprego, com o nome social não consegui mais emprego. Então eu preciso da bolsa, se eu perder a bolsa, já era!” Com a relação familiar bastante conturbada, Sidney não tem mais contato com a família, apesar de residir na mesma cidade da mãe, irmã e avó. Atuando como bolsista no Cer LGBT+ da UFJF e tendo planos

de trabalhar com políticas públicas para o público LGBT no futuro, Sidney diz ser uma pessoa com uma qualidade de vida melhor em razão da Universidade: “Se eu não estivesse na Universidade eu não teria renda nenhuma, não teria como me manter. Não teria nem como pagar o aluguel de casa, e o Restaurante Universitário me fornece uma alimentação mais saudável. Então, a Universidade me garante essa qualidade de vida”.

3.4 ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRANS: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES JÁ IMPLEMENTADAS PELA UFJF

Cabe salientar que, após a realização das entrevistas com estudantes trans da UFJF, passou-se, então, às entrevistas com os representantes da Universidade das categorias em que, metodologicamente, o presente trabalho foi dividido, quais sejam: Base de Dados, Ações formativas e Pesquisa, Tratamento Legal e Saúde. A primeira pessoa entrevistada foi o representante da Base de dados. A entrevista aconteceu no dia 10 de março de 2020, no prédio do CGCO (Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional) da UFJF, com o servidor Thiago Nery Teixeira. O entrevistado é técnico de tecnologia da informação, um dos responsáveis por possibilitar que no sistema acadêmico haja a correta menção ao nome social, e autorizou a divulgação do seu nome neste trabalho.

A segunda entrevista ocorreu no dia 13 de março de 2020, com o Prof. Roney Polato, o qual igualmente autorizou a divulgação de seu nome. Essa entrevista ocorreu no prédio da Faculdade de Educação, no gabinete do professor entrevistado. Além de fazer parte da Banca avaliadora desta dissertação, o Prof. Roney foi a pessoa escolhida para representar a Pesquisa diante da sua atuação na Faculdade de Educação perante a temática. Responsável pela coordenação da Especialização *lato sensu* em Gênero e Sexualidade, o Prof. Roney leciona a disciplina eletiva no curso de Pedagogia de “Gênero, Sexualidade e Educação”, sendo referência na Faced e na UFJF na área de Gênero e Sexualidade.

Já a terceira entrevista ocorreu, através de videoconferência, com o Prof. Julvan Moreira[19]. A videoconferência foi realizada no dia 26 de março de 2020. Também membro da Banca avaliadora da presente dissertação, o Prof. Julvan é o atual Diretor da Diretoria de Ações Afirmativas da UFJF e foi escolhido como representante da frente de Tratamento Legal deste trabalho.

A última categoria a ser analisada será o setor de Saúde. A fim de representar essa temática, a pessoa escolhida foi o Prof. Dimas Augusto Carvalho de Araújo, docente da Faculdade de Medicina da UFJF e atual Superintendente do Hospital Universitário. O contato foi efetuado por mensagem eletrônica e intermediado pela Chefe da Unidade de

[19] A necessidade de realização de videoconferência deu-se em razão da pandemia do novo Coronavírus e da suspensão das atividades presenciais da Universidade Federal de Juiz de Fora, deliberada pelo Consu no dia 17 de março de 2020. Em sendo assim, optou-se por realizar a entrevista a distância, o que permitiu dar continuidade à programação das atividades para o desenvolvimento desta dissertação.

apoio corporativo, Sra. Tatiana Ragazzi da Nóbrega. As perguntas direcionadas encontram-se no roteiro de entrevistas e foram respondidas em 14 de abril de 2020[20].

Feita uma breve apresentação dos atores, serão exibidas as questões centrais das entrevistas realizadas. Para tanto, optou-se por trazer subseções para dividir o texto, valendo-se das quatro categorias definidas metodologicamente, e que foram os nortes temáticos para análise da pesquisa deste trabalho: Base de dados, Ações formativas e de Pesquisa, Tratamento Legal e Saúde.

Assim, as narrativas dos problemas enfrentados serão expostas dentro da categoria que se encontra mais afinada com a discussão trazida pelos alunos e alunas trans. Isso porque, apesar da Diaff ser, institucionalmente, a responsável por promover ações em prol da população da UFJF, estratégias educativas e de pesquisa, no tratamento da base de dados, e situações correlacionadas com a saúde das pessoas trans, devem ser discutidas, com as suas particularidades, em subseções próprias.

O enquadramento da pesquisa nas categorias se fez, então, como forma de facilitar a organização dos dados, tendo em vista as escolhas metodológicas e as funções desempenhadas por cada uma das categorias dentro da UFJF. Tal estrutura propiciou que, na construção da análise, fosse possível dar destaque ao que era mais relevante nas falas dos entrevistados e entrevistadas de cada uma das categorias elencadas.

Também foi possível contrapor as falas dos estudantes com as dos representantes das categorias temáticas, analisando a convergência ou não das visões trazidas, e realizando um paralelo, inclusive, com o referencial teórico. Contudo, assumimos que esse enquadramento na vida real não se cumpre de forma rígida, mas permeada por várias intersecções, como será possível observar na construção das seções a seguir.

3.4.1 Base de dados

Conforme já assinalado, a pessoa responsável por representar a Base de Dados nesta dissertação foi o técnico de tecnologia de informática, Thiago Nery Teixeira. A pertinência da entrevista com o apontado servidor se deu em razão das queixas de estudantes de que persistem erros no sistema que constrangem os alunos e as alunas com a utilização do nome de registro.

Conforme já apresentado no capítulo 2 desta dissertação, sabe-se que a Universidade Federal de Juiz de Fora permite a utilização do nome social no âmbito da UFJF desde a publicação da Resolução 06/2015 do Consu. Aperfeiçoada pela Resolução 04/2017 e, em seguida, pela Resolução 24/2019 do Consu, esses instrumentos garantem que, institucionalmente, todos os estudantes da UFJF tenham o seu nome social respeitado, sendo resguardada, ainda, a possibilidade da pessoa escolher em quais documentos pretende utilizar o nome social e em quais deve constar apenas o nome de

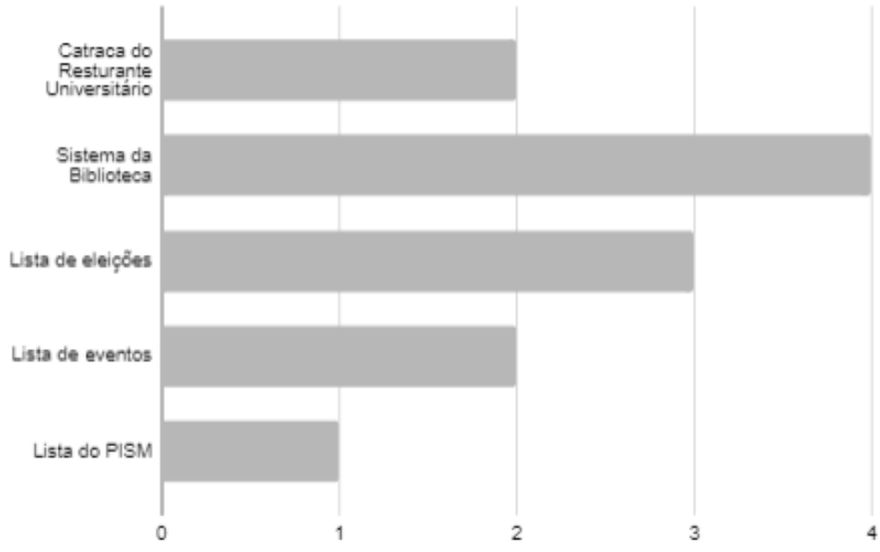
[20] Foi realizado contato na Secretaria do Hospital Universitário, no início do mês de março de 2020, visando marcar uma data para a realização da entrevista presencial com o Prof. Dimas. Contudo, em razão da pandemia do novo Coronavírus, e da sobrecarga de trabalho do professor, o qual ocupa cargo de destaque à frente da gestão do Hospital Universitário, a única alternativa de contato possível foi a troca de mensagens eletrônicas.

registro. Tais funcionalidades são possíveis em razão de mudanças no sistema efetuadas pelo CGCO (Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional) da UFJF, sendo as falhas eventualmente existentes também de responsabilidade do referido Centro.

Ora, sabe-se que a utilização do nome social visa permitir um tratamento menos hostil às pessoas trans, sendo estratégia para proporcionar dignidade a quem teve seu acesso à educação obstaculizado (CANTELLI, 2018). A despeito de todos os avanços normativos, fruto de luta e resistência da população trans na UFJF, quando das entrevistas, foi possível observar que não são raros os problemas que o alunado trans enfrenta em relação à utilização do nome social.

O corpo discente entrevistado informou ter sofrido com o desrespeito do nome social no ambiente universitário em algum momento da jornada acadêmica, em situações diversas. Para ilustrar os episódios, segue abaixo, Gráfico com o percentual de incidência dos problemas relatados pelas alunas e alunos entrevistados.

Gráfico 5 - Gráfico da ocorrência de problemas enfrentados com nome social na UFJF



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Inicialmente, destacam-se os problemas frequentes enfrentados pelos discentes na catraca do Restaurante Universitário (RU). De acordo com o relatado, o constrangimento ocorre quando, ao entrar no Restaurante portando a carteirinha de estudante, uma grande televisão exibe o nome de registro. Tal situação foi apontada na entrevista pelos alunos Henrique e Cassius. De acordo com o aluno Cassius, tal situação foi muito constrangedora, conforme se vê no relato abaixo:

> **Só que no RU eu passei a ter muitos problemas e eu comecei a não levar a carteirinha mais, levando o comprovante de matrícula e a identidade.** Quem estava checando o documento na fila ia ver o nome de registro, **mas não ia aparecer na TV. A pessoa perguntava então se era nome social e eu falava que sim. Mas a pessoa falava que o nome social não provava nada, ainda que tivesse o nome civil no comprovante de matrícula também.** Já aconteceu de falarem meu nome de registro alto na fila do RU de propósito. **Dizendo "Tá bom, fulana. Pode passar" e eu dizia "Fulana não. Cassius"**. **Uma coisa**

> **que seria facilmente evitável se os profissionais recebessem o mínimo de capacitação**. (Cassius Pena, grifo nosso)

Outra questão também enfrentada pelos discentes quanto à utilização do nome social na Universidade Federal de Juiz de Fora refere-se ao nome no sistema da Biblioteca. De acordo com os estudantes, quando do empréstimo dos livros, seja na Biblioteca Central ou, então, na própria Biblioteca da Unidade acadêmica, o nome que consta na impressão do comprovante é sempre o de registro, apesar da mudança em todos os demais sistemas da Universidade. Segundo a aluna Sofia, para solucionar esta questão foi necessário que comparecesse à Biblioteca Central e pedisse a mudança pessoalmente, o que, aparentemente, atendeu apenas ao seu problema individual, definindo essa situação como “uma dor de cabeça que todos devem passar”.

Outra questão afeta à utilização do nome social que foi apontada pelos estudantes entrevistados trata-se dos nomes de registro nas listagens de eleições que ocorrem na UFJF. De acordo com os estudantes tal situação é frequente nas eleições de Reitoria e Diretório Acadêmico, o que desestimula que o alunado exerça esse direito. Segue, abaixo, trecho da fala da aluna Sofia Sprenger e do aluno Sidney Vieira, neste sentido:

> Muitas das vezes quando eu vou votar pra chapa de DCE, o nome antigo está lá. **Dá raiva! Eles começam a procurar o nome, não acham e quando eu vou olhar está ali o nome morto. Me desestimula a votar.** Em qualquer votação está o nome antigo. É a lista da Proae. Eu já tentei mudar várias vezes, mas aí na próxima votação ocorre a mesma coisa. (Sofia Sprenger, grifo nosso)

> E nossa… **todas as eleições que eu votei dava nisso**, **nas últimas eu até desisti!** Porque eu não vou votar e passar por isso de novo, porque eu vou ficar triste. (Sidney Vieira, grifo nosso)

A violação ao nome social também ocorre nas listagens de presença em eventos, como palestras e seminários. Situações desta espécie foram informadas pelo aluno Sidney e pela aluna Brune. Relatou o aluno Sidney, ainda, que na ocasião compareceu à Diretoria de Ações Afirmativas para informar o incidente, obtendo a informação de que a UFJF possui “vários sistemas”, o que desencadearia essas situações e faz com que nem sempre a mudança do nome social em uma listagem reflita nas outras.

Por fim, situação recente que também gerou constrangimento pela não utilização do nome social ocorreu com o aluno Henrique, quando tentou realizar a sua inscrição para atuar como fiscal do Pism, conforme descreve abaixo:

> Fui fazer a inscrição como fiscal do Pism, e **na lista tinha apenas o meu nome de registro, sem menção ao nome social. Diante disso optei por não fazer a inscrição** e comentei com um amigo da Gestão do DCE o acontecido. Ele repassou isso para a jornalista Aline Avellar. Recebi uma ligação da Aline, e ela ficou de repassar isso para a COPESE e entrar em contato. No outro dia recebi uma ligação da CDARA, expliquei de novo o que ocorreu. **Informei que estava usando o nome social desde o ingresso na UFJF, logo após a matrícula, desde 2017, não havendo motivos para ter ocorrido isso.** Nessa ligação, o pessoal da CDARA falou da necessidade de entrar em contato com o pessoal da Diretoria de Ações Afirmativas. **Mas eu já estava cansado já**. Porque tinha que correr atrás disso e era uma quinta-feira ou sexta, sendo que as inscrições iriam até a segunda-feira, e sábado era feriado. **Então foi um tempo muito curto e não consegui resolver**. (Henrique Araújo, grifo nosso)

Diante das diversas situações apontadas pelo alunado, tais ocorrências foram informadas ao técnico do CGCO e foco da entrevista realizada. Assim, objetivou-se levar ao conhecimento do setor os problemas que foram repassados pelas pessoas entrevistadas, e verificar os impasses existentes no sistema para que ele não volte a apresentar falhas.

Na ocasião, o técnico entrevistado demonstrou-se preocupado com os problemas que ainda existem no sistema, prontificando-se a anotar todas as situações levantadas pelos alunos e alunas trans entrevistados para, na sequência, verificar a situação. Além disso, ele destacou que os problemas que as pessoas trans enfrentam na UFJF não são reportadas ao CGCO. Segue abaixo trecho da fala do servidor que merece destaque:

> **Eu trabalho mais ligado ao sistema acadêmico, que seria lista de presença, documentos do ensino do aluno. Mas acho que falta um pente fino no sistema como um todo. O sistema da biblioteca é separado, foi um sistema comprado e ele é todo diferente.** Então é um problema que deve ser sanado, e já estamos verificando. Eu já conversei com o meu gerente, que é do suporte, e temos que olhar a inscrição do Pism também. **Então acho que vai ser ótimo para ajudar a gente o seu trabalho, apontando as demandas que ainda não foram contempladas. Isso eu considero um erro no SIGA que só a gente mesmo que resolve. Esses problemas devemos resolver não só em nível individual, mas em nível coletivo. Então, infelizmente, assim, com muita tristeza, eu te digo que sim, isso pode ser verdade. Isso é verdade! Acontecem casos que podem ter alguma coisa, alguma coisa no SIGA, em algum modo no SIGA que ainda vai sair o nome civil**. Até então o nome civil era o padrão, então o que temos que fazer é dar o comando de se o nome social está preenchido, dê preferência para o nome social. Mas isso demanda a intervenção de alguém, de algum programador para lembrar. Atualmente, bolsas e estágios já estão trabalhando com o nome social. Conferi outro dia, e está usando. (Thiago Teixeira, grifo nosso)

Foi possível observar que o CGCO, assim como todos os demais setores administrativos de uma instituição, apresenta uma certa divisão de tarefas entre seus funcionários. Assim, conforme destacado pelo servidor Thiago Teixeira, suas funções no sistema estão relacionadas com o tratamento dos dados no sistema acadêmico, o qual, aparentemente, encontra-se sem falhas quanto ao nome social, tendo em vista que não foi apresentada nenhuma queixa dos alunos e alunas trans com problema nesse quesito.

Garantir um tratamento adequado a todas as pessoas trans no sistema foi considerada uma pauta importante para o servidor entrevistado, o qual informou ser casado com uma mulher trans e, por isso, conhecer de perto questões como retificação de nome civil. Contudo, tal empatia, a princípio, demonstra-se não ser generalizada no setor, conforme relata Thiago:

> A Resolução está aí e a gente tem que respeitar. **Eu já fiz mudanças nos meus módulos, mas preciso sensibilizar as pessoas dos outros módulos para fazerem também.** Em relação à biblioteca você abriu meus olhos para essa questão, é algo para eu olhar e vou anotar isso. A Biblioteca é algo completamente à parte. A TV do R.U. mesmo, ela não busca os dados do SIGA na hora. Às vezes não por maldade, mas por desconhecimento, na tabela de dados pessoais **a pessoa pede para gerar a planilha buscando sempre onde está o nome, mas sem se atentar que outras pessoas têm o uso do nome social. Falta sensibilizar as pessoas que trabalham com essa lista. Acho que**

> **temos que rever por esses detalhes que às vezes passa mesmo. E por estarmos afastados da comunidade a gente não tem noção do impacto, né?!** Mas é uma coisa que da minha parte eu tenho intenção de aprimorar o sistema para levar em conta tudo isso. (Thiago Teixeira, grifo nosso).

Diante de tais relatos, é possível perceber que persistem situações problemáticas de utilização do nome social por parte do alunado da UFJF. Por encontrar-se distante da comunidade acadêmica e, assim, desconhecer muitos dos impactos que incidentes de desrespeito ao nome social geram na vida das pessoas trans, o CGCO necessita rever seu sistema e garantir que o nome social seja implementado por completo em todos os módulos e listas que a UFJF dispõe.

Cabe destacar que a obrigação do nome social ocorre em razão do nome revelar um papel no mundo e fazer parte dos atos performáticos do cotidiano. A inobservância do nome social é considerada, assim, uma forma de violência simbólica, a qual pode dificultar a permanência dos discentes no ambiente acadêmico. Nomear e reconhecer o outro a partir de um nome diverso do registro é reconhecê-lo em seu processo de identificação e transgredir a norma dominante (PRECIADO, 2014).

Nesse sentido, a necessidade de revisão do sistema, e de assegurar à população trans um pronome de tratamento adequado na UFJF, foi apontada pelo servidor Thiago, conforme relato abaixo:

> **Não adianta só colocar um poster bonito lá na entrada. A gente tem que ser isso também. Não adianta pregar ser um espaço inclusivo e diverso se na prática estamos causando sofrimento, ainda que não proposital. Estão chegando as questões até mim através de você, através da minha esposa por conta dessa coincidência**. Aqui eu também observo uma falta de pessoal. Às vezes as pessoas estão atropeladas com a rotina e o que precisa resolver agora. **Eu vou até sugerir isso pro pessoal do suporte. Porque vai precisar de uma equipe ali, nem que ela se dedique um mês olhando, tendo um cuidado e preocupação que são questões que as pessoas estão passando, que a nossa Instituição falou que elas não passariam. As listas de votação são listas que foram feitas dez anos atrás. Aí, quando pede no sistema, a pessoa gera e não passou por uma manutenção**. Mas é até bom a gente ter essa conversa que levanta mais coisa para a gente olhar. **Acho que a gente precisa trabalhar também não só porque está na Resolução, mas por uma questão humana. Se a pessoa te pede para ser tratado por um nome, qual o problema de tratar a pessoa pelo nome que ela quer?** (Thiago Teixeira, grifo nosso)

Os problemas na utilização do nome social esbarram na necessidade permanente de revisão do sistema, para garantir que em todas as listas e circunstâncias que são extraídos os nomes dos estudantes haja a sua correta menção. Outrossim, ainda existe a necessidade de um olhar sobre a vontade deliberada de docentes, técnicos administrativos, seguranças e colegas de sala em respeitarem a utilização do nome social.

Nesse sentido, na próxima subseção, valendo-se desse contexto de transfobia, passa-se à análise de questões e situações levantadas pelos estudantes que se referem ao Tratamento Legal e, por isso, atribuições da Diretoria de Ações Afirmativas.

3.4.2 Tratamento Legal

A Diretoria de Ações Afirmativas é o órgão responsável por desenvolver proposições e articulações que sensibilizem a comunidade universitária para a convivência cidadã com as inúmeras realidades presentes na diversidade social, sejam elas relacionadas a gêneros e sexualidades, às culturas, às questões étnico-raciais ou à vulnerabilidade socioeconômica (Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019c).

Constituída em 2014, a Diretoria de Ações Afirmativas é hoje responsável por acolher as demandas de gênero e sexualidade que enfrentam todo o corpo estudantil, discente e técnico da UFJF, sendo elas das mais diversas ordens. No que se refere ao Tratamento Legal, a Diretoria de Ações Afirmativas é o órgão responsável por, tecnicamente, estruturar as ações para garantir um maior acolhimento aos alunos trans.

Recentemente criada, o Prof. Julvan Moreira de Oliveira[21] destacou, em videoconferência, que a Diaff apresenta uma estrutura ainda pequena se comparada a outras Pró-Reitoras e, atualmente, volta a sua atuação em três frentes, conforme se vê no destaque abaixo:

> **A Diaff é uma pasta nova na Universidade, criada no final de 2014 e não está estruturada conforme as outras Pró Reitorias.** Quando eu assumi, em abril de 2016, passamos a pensar nas políticas de ações afirmativas da UFJF, mas também estruturar a Diaff, mas posso dizer que ainda tem muita coisa a ser feita neste sentido. E uma novidade da UFJF é trabalhar com a temática LGBT. Na UFJF, então, nós temos a discussão de LGBT e também de pessoas com deficiência, diretamente ligada com o setor de ações afirmativas. **Essa Diretoria acaba que abarca muita coisa e algumas ações que temos, atualmente, são construídas com os anos e com o tempo, a partir das próprias demandas da comunidade LGBT, dos grupos de pesquisa e coletivos.** Temos um problema na diretoria que foi possível perceber é que Diretoria possui **três demandas na UFJF que são políticas ligadas às pessoas com deficiência, e aí a Diaff conseguiu se organizar para lidar com um problema muito grande e aí, foi criado o NAI. Tem também a demanda da questão étnico racial e, especialmente, aqui em Juiz de Fora e Governador Valadares também há comunidades indígenas e, nesse sentido, tem todo um movimento do grupo de estudos afro-brasileiros para tocar essas ações que está ligado diretamente à Diaff.** (Julvan Oliveira, grifo nosso)**.**

Quanto às políticas voltadas especificamente para a população trans, o Prof. Julvan Moreira de Oliveira destacou que as ações da Diaff são basicamente incentivadas por grupos de pesquisa, coletivos e, também, pelos próprios estudantes, que alertam da necessidade de promoção de ações:

> Em 2016 houve uma campanha contra a LGBTfobia na UFJF e uma campanha que foi articulada basicamente pelo Gesed e pelo coletivo “Duas Cabeças”. **E são esses coletivos que vêm empurrando as ações que a Diaff vem fazendo.** Isso aconteceu também em 2017, em 2018 com o combate à LGBTfobia. Em 2018 também houve uma roda de

[21] O Prof. Julvan Moreira de Oliveira é Doutor em Educação pela USP com a tese “Africanidades e Educação: ancestralidade, identidade e oralidade no pensamento de Kabengele Munanga”. Atualmente é docente no Programa de Pós Graduação em Educação da UFJF com discussão nos temas de filosofia africana, africanidades e imaginário e no Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública- CAEd- Faced.

> conversa sobre a população trans e travesti e o acesso a direitos. **São ações que a Diaff vem fazendo incentivada por grupos de pesquisa e coletivos que existem na Universidade. Em 2019, foi apresentada à Diaff uma demanda que chegou da comunidade trans, pretendendo mudar algumas questões sobre o nome social**. E a partir dessas demandas fizemos duas reuniões, quando então foi aprovada a Resolução 24 de 2019 do Consu, que além de regular o nome social, também regula a possibilidade da circulação de pessoas em ambientes segregados de acordo com a identidade de gênero. Essas ações ainda estavam deficientes e estamos fazendo reuniões com unidades acadêmicas, mas ainda precisamos fazer muitas reuniões para aplicar a Resolução. **Os alunos e alunas trans são um público que vem nos pressionando a fazer essas ações e, na verdade, quem está à frente. Nós não compreendemos especificamente as políticas ligadas a essa temática. Então é necessário, também, que esses coletivos e grupos nos pressionem enquanto instituição para que façamos as ações e políticas** (Julvan Oliveira, grifo nosso)**.**

Afirmando haver uma ausência de pessoal capacitado para lidar com as questões relacionadas à política de gênero e sexualidade, a Diaff assume operar como um órgão que, atualmente, aguarda a manifestação dos grupos, coletivos e dos estudantes trans para, então, promover tais políticas. Assim, uma vez acionada, promove encontros e diálogos com a população, ouve suas demandas e passa, então, a articular as ações e políticas, as quais são deliberadas nos órgãos próprios.

Diante desse contexto de criação de políticas, vale mencionar o ciclo de políticas de Ball e Bowe, citado por Jefferson Mainardes (2006). Segundo o autor (2006), quando da criação de uma política pública educacional, há a necessidade de reflexão sobre o ciclo de políticas, a qual é formada por três contextos: de influência, da produção do texto e da prática.

O contexto de influência seria o local em que as políticas são iniciadas e os discursos construídos. Tais discursos partirão, então, para o papel, terreno de disputa e no qual haverá a materialização das discussões e conflitos. Já no último contexto, o da prática, há a análise da política gerada, quando seria possível observar suas reais aplicações, acessando um novo contexto de influência e propiciando aprimoramentos (MAINARDES, 2006).

Nesse ciclo, certamente, é primordial garantir às pessoas a quem se destinam as políticas uma escuta ativa e diálogo aberto. Dar voz aos envolvidos e conhecer as experiências vividas garante um contexto de influência mais rico e potente. A promoção das reuniões com as pessoas trans da UFJF, nas quais esta pesquisadora esteve presente, é um exemplo de atuação efetiva no contexto de influências, no qual é dado protagonismo às pessoas trans.

Contudo, há que se salientar as questões delicadas que decorrem de uma gestão ainda irresoluta da UFJF neste aspecto ao, por vezes, não se apropriar das dificuldades e garantir soluções aos problemas que ainda enfrentam as pessoas trans na UFJF. Nesse sentido, merece destaque a fala da aluna Brune. Doutoranda em Psicologia pela UFJF, ela elucida que, em algumas situações, fazia o papel de “levar a coisa pronta” para UFJF, adiantando ações que deveriam ser executadas pela própria Universidade:

> Eu falo que eu gosto da Universidade, mas ela não resolve os problemas. É tipo “Ah, tudo bem se você descobrir você fala com a gente?” Mas eles mesmo nunca descobrem. **Aí você tem que levar a coisa pronta. Por exemplo, quando eu pedi a declaração para a segunda via do diploma, na Diretoria de Ações Afirmativas eles pediram para eu redigir e enviar apenas para pegar a assinatura do Prof. Julvan. Aí eles devem estar usando a minha declaração como modelo para as demais.** Mas penso: e se fosse uma pessoa da Engenharia que não entendesse dessas discussões e não estivesse engajado nas políticas? Como iria fazer? **Eu sempre fui fazendo as coisas assim, mas é estranho porque vai por essas parcerias e essas coisas personalizadas, mas a Universidade não abraça e não cria subsídios para a implantação dessas políticas. Elas são jogadas!** (Brune Brandão, grifo nosso)

A complexidade da questão apresentada leva à reflexão sobre o real papel da Diretoria de Ações Afirmativas no enfrentamento das questões de gênero e sexualidade. Isso porque, cabe à Diaff ser capaz de pensar e desenvolver políticas para além do acionamento do público e dos grupos, atuando de forma ativa e propositiva, sob pena de assumir um caráter de Ouvidoria, quando, na realidade, a mesma deve ser o principal órgão a pensar e catalisar ações em prol da população trans.

Ademais, aguardar o acionamento dos próprios alunos e alunas para promoção das políticas mostra-se, por vezes, insuficiente e perigoso. Tal situação ficou evidenciada na fala do aluno Cassius Pena que, ao sofrer uma situação de transfobia, não procurou os canais próprios da UFJF:

> **Eu não levei isso para nenhum lugar porque não há acolhimento.** São muitos amigos meus e vários casos que passam por situações semelhantes, **e quando vão levar as situações não têm acolhimento, chegam e são tratados no pronome errado.** Essa falta de preparo das pessoas que atendem a gente e isso afasta a gente. (Cassius Pena, grifo nosso)

A falta de acolhimento destacada pelo aluno denuncia a potencial existência de uma demanda reprimida dos estudantes trans, os quais ainda resistem em buscar os canais próprios da Administração Superior. Apesar de vivenciarem situações de violência psicológica, o alunado opta por não os acionar, com receio de haver maiores constrangimentos, ainda que possuam conhecimento da existência dos locais de recebimento de denúncias.

As reuniões com a Diaff demonstram-se, assim, um importante espaço de fala em que, aparentemente, ocorre a maior aproximação com os estudantes trans. Em tais ocasiões os estudantes sentem-se empoderados e conseguem manter o maior grau de estreitamento com a Administração da Universidade.

Em tais reuniões, contudo, foi possível observar a personalização das falas e uma eventual possibilidade de descontinuidade das ações. A oitiva da população trans ocorre em razão da abertura da agenda da Diaff para acolhê-los, bem como da disponibilidade dos estudantes em participar desses eventos. Para que as ações ocorram é sempre necessária a presença de uma pessoa trans, o que também é questionado pela aluna Brune, conforme fala transcrita abaixo:

> **Às vezes eu acho até meio injusto colocar as pessoas trans para trabalharem e capacitar a Universidade, sendo que a Universidade deveria fazer isso por si**. **Às vezes eu até brinco que a mão de obra trans acaba sendo a mais barata no mercado**, porque se não tem ninguém para fazer e as pessoas trans aceitam fazer de graça, é elas que vão fazer. Se a gente for parar para pensar é uma lógica que contribui, mas é um pouco injusta. Porque acaba sobrecarregando algumas pessoas, fazendo com que elas parem e percam o tempo de graduação, da aula. **Então uma pessoa trans acaba fazendo muito mais coisa dentro da Universidade do que uma pessoa cis para poder lutar por seus direitos lá dentro, sabe? Ela tem que estar presente em tudo, do contrário as coisas não vão andar e é ruim, porque às vezes não dá pra ir, tem provas, trabalhos.** Para quem está na pós é mais tranquilo, mas quem está na graduação é mais difícil. Deve ter uma pessoa trans o tempo todo, e deveria ter uma pessoa para falar por elas (...). **As políticas são muito personalizadas e se as pessoas saírem como vai ser a manutenção dessas políticas, quem vai fazer operar essas políticas? A política precisa caminhar, precisa operar.** (Brune Brandão, grifo nosso).

Nesse sentido, a necessidade de criação de um núcleo capaz de discutir as questões afetas ao gênero e sexualidade, assim como já ocorre com as políticas para pessoas com necessidades especiais e discussões de raça é primordial. Tal institucionalização das ações foi apontada pelo Prof. Julvan para o melhor desenvolvimento das políticas nesta seara. Para ele ainda é necessário avançar muito, conforme se vê no trecho da entrevista destacado abaixo:

> E assim como o NAI (Núcleo de Apoio à Inclusão) e o grupo que discute raça, **acredito que deveríamos ter um órgão, ligado às Ações Afirmativas e com pessoas especialistas nesta temática para nos assessorar em desenvolver essas políticas, é isso que eu penso. Criar algum órgão semelhante ao NAI para nos assessorar na questão de gênero (...).** Um passo que cabe é organizar a Diaff em todas as demandas que também envolvem as políticas de gênero e, especialmente, mulheres e LGBT. Eu falo isso como uma pessoa que estava à frente disso, mas isso foi surgindo ao longo desses anos. (Julvan Oliveira, grifo nosso).

Vê-se, então, que as conquistas da população trans no ambiente acadêmico da UFJF muito se devem em razão da articulação das pessoas envolvidas. Nas reuniões realizadas com a população trans da UFJF para discussão e atualização da Resolução do nome social, em razão de questionamentos levantados pelas próprias pessoas trans, garantiu-se uma evolução das políticas e da normativa que assegurou a utilização dos banheiros e outros espaços segregados por gênero.

Feitas essas ponderações a respeito do papel da Diaff, importante destacar que, a despeito das inegáveis conquistas, inúmeros ainda são os casos de transfobia que as pessoas entrevistadas narraram vivenciar no ambiente acadêmico da UFJF. São eles desde o desrespeito intencional ao nome social, questões ligadas à dificuldade em utilização do banheiro de acordo com a identidade de gênero, constrangimento com seguranças do quadro da UFJF, ausência de coleguismo, dentre outras situações transfóbicas que se passa, então, a analisar.

Inicialmente, destacam-se situações em que os próprios docentes dos cursos apresentaram atitudes transfóbicas com os estudantes. Na entrevista com o aluno

Cassius, ele relatou um incidente que ocorreu na Faculdade de Direito que o desestimulou a continuar o curso:

> Eu tive problemas com uma **professora que me chamou no feminino, mas não levei isso para nenhum lugar, porque não há acolhimento.** Ela dizia que eu precisava ficar mais atenta, pois estava muito avoada. **A questão da permanência fica dificultada porque a Instituição assume um caráter inclusivo, mas não demonstra isso na prática.** Para algumas pessoas isso pode ser banal, mas **nós já temos a trajetória dificultada a vida inteira, chegamos na Academia fragilizados e ainda somos afetados pelo sistema neste ponto.** (Cassius Pena, grifo nosso)

A situação retratada acima não se constitui de um caso isolado, conforme se vê no relato da aluna Sofia:

> E o que me incomoda é ter determina matéria, na hora da chamada, por exemplo, **eu falo presente quando o professor fala meu nome e depois ele pergunta qual é o meu nome. E aí eu digo, Sofia e ele pergunta novamente qual meu nome, aí eu falo meu nome inteiro, completo. Aí, o professor passa a me chamar então pelo sobrenome.** Também teve um outro professor, esse professor teve aberto um processo porque ele olhou para uma menina e falou: “belo rabo”. Ele respondeu o processo e depois apareceram outras coisas, pessoas que ganhavam a voz, e aí apareceram muitos casos de homofobia. Um amigo meu que tem um alargador grande, esse professor parou a aula e mandou ele tirar, e depois disse que os pais dele gastaram 9 meses da vida aguardando por ele, para vir um veado. Esse meu amigo saiu do curso. Ele já tinha tomado alguns paus (sic), estava insatisfeito e chegou nesse ponto... Ele disse chega! **Esse professor perguntava, também, apontando para cada aluno se tinham entendido a matéria e quando chegava em mim ele me pulava e dizia que iria parar de perguntar se não poderia “tomar um processo”.** (Sofia Sprenger, grifo nosso)

Para o Prof. Julvan, condutas desse tipo ainda ocorrem em razão de haver uma espécie de transfobia institucionalizada na UFJF:

> E apesar de todas as medidas que nós tenhamos tomado ainda é insuficiente porque tomamos uma medida e depois você vê que tem retrocesso, a comunidade não respeita uma medida que foi tomada pela Instituição ou pelo Conselho Superior. Então eu vejo uma espécie de racismo institucional, estrutural nas instituições brasileiras. E acho que isso acontece também com a transfobia. **Por mais que a gente pense em políticas na instituição, existe uma transfobia que está instalada na instituição.** (Julvan Oliveira, grifo nosso)

Ora, da transfobia institucionalizada repercute, assim, a necessidade das organizações implementarem amplos espectros de normas e direitos humanos para as pessoas que não se identificam com o padrão cis-heteronormativo imposto pela sociedade. Nesse contexto foi construída a Carta de Princípios da *Yogyakarta*. Fruto de conferência realizada, na Indonésia, em novembro de 2006, sob a coordenação da Comissão Internacional de Juristas e do Serviço Internacional de Direitos Humanos, a mesma traz as seguintes considerações:

> A orientação sexual e a identidade de gênero são essenciais para a dignidade e humanidade de cada pessoa e não devem ser motivo de discriminação ou abuso (...) Entretanto, **violações de direitos humanos que atingem pessoas por causa de sua orientação sexual ou identidade de gênero, real ou percebida, constituem um padrão global e consolidado, que causa sérias preocupações**. Muitos

> Estados e sociedades impõem normas de gênero e orientação sexual às pessoas por meio de costumes, legislação e violência e exercem controle sobre o modo como elas vivenciam seus relacionamentos pessoais e como se identificam. **O policiamento da sexualidade continua a ser poderosa força subjacente à persistente violência de gênero, bem como à desigualdade entre os gêneros.** (PRINCÍPIOS YOGYAKARTA, 2006, p. 07, grifo nosso).

O policiamento ocorre, assim, de formas diversas. Além da violência física às pessoas que se distanciam da norma, a violência também pode se fazer presente através da vigilância ou inspeção excessiva. Nesse sentido, o aluno Cassius informou ter sentido na pele esse policiamento por parte do corpo de segurança da UFJF:

> Já me senti muito coagido porque tinha um **segurança que rondava o prédio e ele me olha de uma forma que dá vontade de correr** quando ele está próximo ao pátio. Ele me olha de um jeito medonho! (Cassius Pena, grifo nosso)

Tal narrativa foi corroborada na fala do Prof. Julvan que se mostrou ciente de situações de constrangimento de alunos e alunas por parte dos seguranças da Universidade e demonstrou a necessidade de realizar a capacitação do quadro:

> Porque na verdade o compromisso é da Universidade (...) quando acontece com seguranças e há problemas com eles também em contato com o setor responsável que é a PROINFRA. **Já fizemos reuniões com seguranças e tem resistências, isso que eu estou querendo dizer, porque por mais que ofereçamos reuniões e encontros com esses seguranças existem essas resistências.** Há necessidade de oferecer encontros e cada vez mais encontros para a formação desses seguranças. **Nós temos muitos problemas com os seguranças!** (Julvan Oliveira, grifo nosso)

Importante destacar que a transfobia, e a possibilidade de utilização de espaços segregados por gênero, demonstrou-se diretamente ligada à passabilidade. Dessa forma, segundo o relato dos estudantes nas entrevistas, quanto maior a passabilidade menor o constrangimento. Isso foi claramente observado na fala da aluna Sofia e do aluno Henrique, conforme se vê nas falas transcritas:

> Assim que eu transicionei eu comecei a não me sentir bem indo ao banheiro masculino (...). Então **muitas vezes eu deixava de ir ao banheiro para usar em casa. Mas eu passo o dia todo aqui.** Antes eu tinha barba. Hoje eu estou fazendo laser pra diminuir e comecei o tratamento hormonal. E na hora que eu **comecei a me sentir mais feminina, coloquei um sutiã, comecei a ajeitar a minha perna melhor, eu comecei a me cuidar melhor, eu consegui ir ao banheiro numa boa. Mas já teve uma vez que eu entrei no banheiro e uma menina apagou a luz e bateu a porta enquanto eu estava na cabine.** E aí eu pensei: ela deve ter esquecido, né? Mas quando eu fui lavar a mão e acendi a luz essa menina voltou e falou: é difícil entrar no banheiro masculino, não é mesmo.? Eu olhei para ela e disse: é difícil, realmente muito difícil! (Sofia Sprenger, grifo nosso)

> Em relação ao tratamento de colegas, professores e funcionários foi **tudo bem tranquilo, no geral, pois sou bem passável** também né. Tenho uma passabilidade muito boa. Já fiz a mastectomia, colete para roupa também não dá complicação. Não tem como você adivinhar também e não vou estampar na minha testa, porque existem pessoas boas e ruins no Campus da UFJF. (Henrique Araújo, grifo nosso).

Para o estudante Henrique Araújo, ainda permanece uma espécie de “obrigatoriedade de hormonização” para que haja respeito, sendo que, para a sociedade, a representação do espectro de gênero estaria intimamente relacionada com questões cirúrgicas, de utilização de hormônios e vestimentas.

Nesse sentido, destacam-se as considerações de Alves e Moreira (2015), os quais salientam que a cirurgia seria, então, um processo corretivo que enquadraria o dissidente na norma e, assim, anularia a diversidade, igualando a diferença. Tal espécie de enquadramento forçado, contudo, acaba por asfixiar as possibilidades múltiplas de manifestação do corpo, fazendo que o sujeito saia de uma caixa e entre na outra, conforme ponderou o aluno Cassius:

> Hoje em dia eu não sou exemplo de masculinidade para ninguém. Cortei o cabelo, mas o jeito de falar, sentar, tratar as pessoas é a mesma coisa. **Ficar machista depois é uma forma muito cínica de validar a identidade.** Eu já vivi o outro lado, passei por opressões patriarcais e reproduzir isso só para validar a identidade não faz sentido, pois estamos saindo de uma caixa para entrar em outra (...). **Eu sou um homem. O que essas questões de estereótipo têm a ver? A própria questão do hormônio, eu poderia dizer que eu não quero (...) E é muito marcante os olhares dentro dos banheiros, tipo: “O que você está fazendo aqui?”. Muitas vezes, acho que pelo menos uma vez por semana eu estou no banheiro, e a porta do banheiro é em frente a pia. Quando vou lavar a mão chega um cara, olha pra mim, dá um passo pra trás, olha pra placa do banheiro para verificar se está no banheiro certo. Tem coisas que acontecem que você vê que a pessoa está confusa, mas tem olhares e olhares, sabe?** (Cassius Pena, grifo nosso)

Dificuldades com a utilização do banheiro da UFJF mostraram-se muito presentes nas entrevistas realizadas, as quais são reflexo do binarismo que ainda persiste nesse espaço arquitetônico. Nesse ponto, Miskolci (2013) elucida que o banheiro, tal qual possuímos atualmente, é a expressão lógica que nos classifica no binarismo. Considerada uma tecnologia de gênero ultrapassada, as suas divisões estão em consonância com a divisão da sociedade, definindo-a em masculino e feminino, sem possibilidade de reflexão sobre as outras inúmeras formas de ser e existir no mundo.

Nesse sentido, conforme assinalado pelo aluno Cassius, diante da necessidade de enquadrar-se nos padrões binários impostos pela sociedade, o sujeito trans acaba, por vezes, posicionando-se de maneira cínica, a fim de validar sua identidade. Agindo assim, as pessoas trans assumem atitudes reacionárias na sociedade, ao invés de procurarem lutar contra os estigmas e conservadorismos, de maneira revolucionária (LANZ, 2014).

Ora, conforme exaustivamente assinalado nesta dissertação, a Resolução 24 de 2019, do Consu da UFJF, garantiu a utilização dos espaços segregados por gênero visando desconstruir essa tecnologia de gênero tão refutada. A despeito disso, igualmente existem problemas práticos pendentes para que essa normativa seja levada a todas as Unidades da UFJF.

Diante dos relatos obtidos pela discente, Brune, e reiterados pelo Diretor da Diretoria de Ações Afirmativas, foi possível observar as dificuldades encontradas em

marcar agenda com as Unidades Acadêmicas para discussão da Resolução que regulamentou a utilização dos banheiros:

> A Universidade continua cisnormativa, **tanto que a gente não consegue nem marcar reuniões com as unidades para discutir a questão do banheiro.** A Direção da Facom dispensou a reunião em cima da hora duas vezes. E acho que isso já diz de uma certa transfobia que atravessa a instituição. (Brune Brandão, grifo nosso)

> Essas ações ainda estavam deficientes e estamos fazendo reuniões com unidades acadêmicas, mas ainda precisamos fazer muitas reuniões para aplicar a Resolução. **Depois da Faculdade de Engenharia não conseguimos mais avançar com as reuniões nas Unidades** e a agenda para o início de 2020 teve que ser desmarcada em função do novo coronavírus, e suspensão das aulas. (Julvan Oliveira, grifo nosso)

Fato é que, a única reunião que ocorreu até a data da entrevista com o Prof. Julvan foi com a Direção da Faculdade de Engenharia. A reunião contou com a participação da aluna Sofia, a qual defendeu a necessidade de utilização dos espaços segregados de acordo com a identidade de gênero. De acordo com a aluna, estudante do curso de Engenharia Elétrica, a reunião não foi isenta de embates e resistências, conforme se vê no registro abaixo:

> Nessa reunião me chamou a atenção uma servidora falando que não tinha nada contra, e quando uma pessoa começa falando isso eu já espero porque vai sair lenha (sic). **Ela disse que não tem preconceito nenhum, mas que não gostaria que as pessoas trans usassem o banheiro de acordo com a sua identidade, falando que no banheiro feminino se a pessoa nasceu homem ela deve usar o banheiro masculino.** Aí eu disse que nós temos uma lei que diz exatamente o contrário. Que a pessoa vai usar o banheiro que ela se identifica. **E aí ela disse na hora que existem pessoas que são conservadoras e que essas pessoas não aceitam e não vão mudar. E ela continuou com os argumentos dela e disse que essas pessoas não precisam entender a causa trans e serem informadas a todo momento a respeito disso, e que, se for realmente um problema, que se crie um banheiro só para pessoas trans e "deixe o nosso banheiro em paz"** (Sofia Sprenger, grifo nosso).

Não se pode deixar de assinalar que a criação de um terceiro banheiro, assim como proposto pela servidora da UFJF, é objeto de duras críticas. Segundo Miskolci (2013), tal prática seria uma reiteração da discriminação e da segregação da diferença. Ademais, de acordo com Alves e Moreira (2015), a despeito de ser considerado uma ampliação do espectro de gênero, tal criação gera outras formas de exclusão com base na sexualidade. Isso porque, um terceiro banheiro viria a ser uma forma de universalismo trans, diluindo as variantes de travestilidades, reforçando o sistema classificatório e normatizante da sexualidade.

Outro ponto também retratado pelos alunos trans como problemático refere-se, ainda, à própria estrutura dos banheiros masculinos. Segundo o aluno Henrique, a acessibilidade do banheiro para homens trans é inadequada, uma vez que alguns dos banheiros têm um mictório externo e apenas uma cabine, o que se revela, em algumas ocasiões, insuficiente.

Ademais, interessante ressaltar, ainda, que os cursos em que os estudantes estão matriculados é outra variável para medir o grau de transfobia que sofrem os sujeitos. Tal

situação foi relatada abertamente pelas entrevistadas e entrevistados. Assim, a depender do perfil do corpo docente e estudantil do curso a transfobia revela-se mais velada ou evidenciada. Nesse contexto, pode ser destacada a fala do discente Sidney, o qual ressalta que a vivência como pessoa trans no Curso de Serviço Social, se comparada com outros cursos, é uma mera “volta na pracinha”.

Não se pode dizer o mesmo da vivência da aluna Sofia. Sendo a Faculdade de Engenharia Elétrica um curso marcado predominantemente por homens, Sofia relata um cenário permeado de machismo e ausência de coleguismo após a sua transição:

> É desse jeito. Ninguém fala nada, me excluem. Por exemplo, eu preciso de uma matéria de um dia que eu faltei. Chego pra alguém e peço e a pessoa diz: “Não, não, não, eu estou correndo...”. Ou a pessoa diz que não copia a matéria, mesmo eu vendo que a pessoa copia desde a primeira aula. **Falta coleguismo e eu senti essa falta de coleguismo após que eu transicionei de uma maneira muito mais forte. Até mesmo pessoas que eu já conversava antes, simplesmente agora não olham nem na minha cara. Eu falo: “Oi, tudo bem?”. E a pessoa vira a cara.** Mas hoje eu não ligo muito pra isso. **Eu quero formar, quero meu diploma e falar tchau!** (Sofia Sprenger, grifo nosso)

Cabe anotar, assim, que a transfobia que Sofia é vítima no ambiente universitário, permeia a vida dos adolescentes trans já no seu ambiente escolar. Local de formação do indivíduo, a escola que não se volta para as mudanças da sociedade e não se posiciona com atitudes transfóbicas acaba por atuar na formação de crianças e jovens com traumas, expulsando do ambiente escolar aqueles que são discriminados (PEREIRA; BAHIA, 2011).

Forçoso reconhecer, então, a necessidade de um currículo que garanta o tratamento adequado da temática de gênero, capaz de desconstruir estigmas e garantir conhecimentos para um melhor desenvolvimento da sexualidade e identidade. Foi possível observar nas entrevistas, contudo, a precariedade dos currículos das escolas das pessoas entrevistadas em lidar com discussões sobre identidade de gênero.

Nesse contexto de necessidade de formação e pesquisa direcionada à temática de gênero e sexualidade, passa-se à próxima subseção.

3.4.3 Ação formativa e de Pesquisa

A representação para a subseção das Ações formativas e de Pesquisa, conforme anteriormente assinalado, foi feita pelo Prof. Roney Polato de Castro. O Prof. Roney é um dos representantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade (Gesed), o qual surgiu no ano de 2010, diante da necessidade de um espaço de discussão coletiva sobre gênero e sexualidade.

Desde então, o Grupo encontra-se engajado em realizar atividades diversas no sentido de garantir a formação de professores e, também, levar às escolas da cidade de Juiz de Fora e região discussões sobre a temática de gênero, conforme destacou o Prof. Roney:

> **O contato com as escolas sempre foi uma questão para nós.** O Grupo também nasce dessas ações isoladas de formação de professoras e professores. O Anderson já realizava diversas ações em parceria com a Prefeitura de Juiz de Fora e o Grupo (MGM) que é o Movimento Gay de Minas. **Foram várias ações de formação de professores e professoras na formação continuada. Nós também fizemos a formação de estudantes de Pedagogia que também estavam interessados nessa discussão da Educação Infantil**. Desde então estamos agregando pessoas interessadas não só no Mestrado e Doutorado. Hoje, temos o pessoal da especialização também, e pessoas que acabaram a pesquisa continuam no grupo e outras pessoas que se interessam também nessa discussão de gênero e educação. (Roney Castro, grifo nosso)

Sendo pioneiro na discussão de Gênero e Sexualidade na UFJF, o Gesed visa garantir debates enriquecedores nesses terrenos ainda pouco explorados. Buscando discutir a diversidade sexual e de gênero, tal educação formativa se propõe a romper com a escola Heteroterrorista elucidada por Bento (2011), a qual gera hierarquias e exclusão.

Impende anotar que as pessoas trans entrevistadas relataram que em seus currículos escolares não houve a presença de nenhuma discussão que lhes auxiliassem a enfrentar às dúvidas e questões inerentes à adolescência. Ao contrário, as escolas frequentadas por todos as pessoas entrevistadas mostraram-se locais conservadores e reprodutoras das normas cis-heteronormativas. Para corroborar essa ausência de acolhimento no ambiente escolar destaca-se a fala do aluno Sidney:

> **Teve momentos na escola que a situação era complicada. Eu pegava um material emprestado com essa amiga minha, tipo, uma borracha, e o professor parava a aula, fazia com que todos olhassem pra gente e falava pra gente parar de pouca vergonha.** Quando fomos levar o que ocorreu para a Coordenação, a coordenadora falava que o *bullying* que sofríamos era culpa nossa, pois a gente não se abria pro restante da sala. **A culpa não era transfobia**, mas a gente. Eu sentia que **rolava perseguições e tomei advertências aleatórias. Tomei uma advertência por uniforme sendo que ninguém usava.** No final, quando precisei pegar o histórico, eles me falaram que eu estava vivendo apenas uma fase (Sidney Vieira, grifo nosso).

Para atravessar por situações de transfobia na escola, Luma de Andrade (2012), destaca a necessidade de criar linhas de fuga e penetrar nas regras do jogo disciplinar e normativo da escola e da sociedade, a fim de sair de uma situação de marginalidade perpétua. Tal situação também foi vivenciada pela aluna Brune, a qual conta que a sua trajetória escolar foi permeada de barganhas:

> Eu tinha que pensar em qual lugar eu poderia estar e eu sempre pensava que, **para conseguir de fato que as pessoas me tolerassem, eu tinha que tirar boas notas, emprestar caderno para os outros, só não colava. Fazia exercícios junto. Essa era uma maneira de poder.** Fazia isso sem pensar. Essa era a forma de me proteger! (Brune Brandão, grifo nosso)

A necessidade de criar espaço para discussão de gênero nas escolas advém da persistência de situações dramáticas, conforme os relatos acima. Levantar tais debates é crucial para suscitar a desconstrução de valores patriarcais e repensar as ações da escola para garantia, promoção e valorização da diversidade (SANTOS, 2017). Assim, o

Gesed empenha-se para realizar a formação em contexto nas escolas, a qual, segundo o Prof. Roney, lhes dá um grande poder de comunicar para pessoas que ainda resistem ao debate:

> A formação em contexto é a formação diretamente na escola. No espaço que a escola sede para que aconteça essa formação dos profissionais. **No caso íamos nos espaços de reunião pedagógica ou outro coletivo de professores. Isso nos dá uma vantagem, pois quando damos cursos apenas as pessoas mais sensibilizadas veem. Mas quando vamos diretamente às escolas, a gente talvez fale para um público que não iria em uma palestra, um curso.** A gente vê as caras das pessoas, as posturas. Mas aquela pessoa está ali ouvindo, pelo menos (Roney Castro, grifo nosso).

Embora permaneçam esforços no sentido de manter a discussão e os trabalhos de formação nas escolas da cidade, o Prof. Roney Polato destacou que eles se encontram bem menos frequentes, o que, aparentemente, decorre do atual contexto político nacional:

> Mas de 2019 para cá, **vimos diminuir o público e entraves para realizar os cursos.** A Secretaria da Educação foi questionada pela Câmara de Vereadores do **porquê haver um curso de gênero e sexualidade. Então eu fui chamado no Gabinete da Secretária de Educação para ela dizer "Cuidado com o que você fala, não exponha, não cole cartazes, não faça coisas que vá chamar a atenção". Aí começamos a pensar que isso não estava bom para os nossos objetivos.** Começamos a investir nas idas às escolas e na formação em contexto a partir de 2018. Em 2018 eu fui a várias escolas, várias, e em 2019 muito menos. Estamos atribuindo isso ao contexto político que estamos vivendo. **Desencorajamento claro e nítido das discussões de gênero nas escolas, somado à insegurança que as escolas já tinham e esse medo do embate com as famílias. Nós supomos que isso tenha desencorajado um pouco e tenha feito que os convites para nós irmos às escolas diminuíssem.** Hoje mantemos um trabalho, mas com bem menos intensidade do que fazíamos antes. Não posso dimensionar, mas foi uma diminuição bem significativa. Eu tentava conjugar os bolsistas de extensão, treinamento profissional, voluntários, orientandos para irmos juntos, e do meio do semestre de 2019 para cá, a gente praticamente não conseguiu fazer uma ação por mês. (Roney Castro, grifo nosso)

Nesse contexto, relevante destacar os impactos das agendas conservadoras e da extrema direita, conforme expõe Huguenin e Soares (2019). Tais agendas vão em conformidade com o que defende o Governo Trump, nos Estados Unidos e Bolsonaro, no Brasil, questionam a autodeterminação do gênero e os direitos sexuais, e indicam que, apesar do acúmulo de conquistas, não é possível fazer uma leitura da história numa perspectiva evolucionista e linear.

Cabe salientar, contudo, que as resistências ocorrem não só nos espaços externos à Universidade. Nesse diapasão, o Prof. Roney salienta a existência de micro resistência dentro da própria Faced:

> **Muitas pessoas acham que o que a gente estuda não é pesquisa e o que a gente faz não é importante, e não tem a ver com a educação.** Que não vai mudar nada e que as pesquisas, não só o tema, mas a perspectiva que a gente usa para lidar com os temas, é uma perspectiva muito menos rígida do que outras que buscam dar solução para os outros problemas. Então, somos acusados de fazer pesquisa que não leva a nada, pesquisa que vale tudo, qualquer coisa serve. São resistências

> internas também nas ações. Não é um debate tranquilo. **Na Faced nunca enfrentamos uma resistência direta, porque bem ou mal a Faced é um pouco mais aberta e temos um diálogo maior, mas a gente sabe e percebe as micro resistências, e isso faz parte do trabalho.** (Roney Castro, grifo nosso)

Tais micro resistências, por vezes, pretendem deslegitimar as pesquisas na área de Gênero e Sexualidade, o que também foi evidenciado na entrevista com a aluna Brune. Para ela, existe uma espécie de transfobia sutil e velada na UFJF que desmerece os estudos na área de Gênero e Sexualidade:

> **Falavam que eu estava me envolvendo demais com o meu objeto. E como eu iria "misturar" o pessoal com a pesquisa eu não iria fazer pesquisa, mas fazer alguma coisa meio militante.** Então eu teria que me enquadrar no olhar que as pessoas pensavam que eu deveria ter. E essa foi a lógica. E se eu me enquadrar nisso eu vou olhar com estranhamento o processo das pessoas trans, o processo de transformação do corpo. **Por mais que uma pessoa cis entenda é um conhecimento diferente. Os dois conhecimentos são válidos, legítimos, mas a gente tem que se questionar o nosso lugar, tanto de um lado quanto do outro. Pediam então para eu fazer alguma coisa mais quantitativa para que eu pudesse ter mais legitimidade.** As pessoas te aceitam, aceitam a pessoa trans, mas você não tem tanta liberdade para falar em alguns espaços. Você pode ser uma pessoa trans, mas não pode parecer ser. É algo mais simbólico. Você pode ser até a página 2. **Sempre eu escuto uma piadinha de que a gente não faz ciência e que é militância. Tem gente que fala que a ciência engajada não é ciência, que a ciência deve ser neutra, isso em 2018.** (Brune Brandão, grifo nosso)

Diante desse impasse, tal contexto gera nos estudantes uma sensação de ambiguidade em relação ao ambiente universitário. Essa relação foi observada pelo Prof. Roney em suas pesquisas, conforme fala transcrita abaixo:

> Então o que os alunos e alunas falavam é que **há um sentimento meio dúbio em relação à Universidade porque essas pessoas se sentem mais acolhidas aqui dentro em relação ao lado de fora da Universidade, sendo que aqui talvez tenham mais abertura na troca de afeto, para se assumirem, para se vestirem, para se afirmarem do jeito que querem se afirmar. Mas, por outro lado, também percebem que a Universidade resiste a isso. Existem os preconceitos velados e escancarados vividos aqui dentro,** específicos aqui dentro. Então falam, por exemplo, andar de mão dada OK, mas tem casos de seguranças que chegam, abordam e mandam parar. Abordam de forma ríspida e grosseira. **Houve manifestação, também, quanto à deslegitimação acadêmica, pois na formação da disciplina não encontram discussão sobre gênero e sexualidade, isso não é objeto de estudo e formação. E ocorre que, quando isso é pautado, os professores e professoras deslegitimam a fala ou deslegitimam um campo do saber, que são os estudos de gênero e sexualidade.** Então é uma coisa meio contraditória. (Roney Castro, grifo nosso)

Nesse mesmo sentido, nos relata Brune, conforme trecho da entrevista transcrita que segue:

> **A relação com a Universidade para mim é meio ambígua. Por mais que seja um lugar que me aceita, eu não me sinto pertencente lá, e as vezes eu me sinto muito desconfortável. Eu não sei se a Universidade é o meu lugar.** É um lugar que é bom, mas é um lugar que me machucou muito porque, eu adoeci muito na Universidade (...) **A Universidade tolera algumas pessoas que conseguem ascender dentro das regras dela,** mas essas pessoas que estão começando, ela

> não inclui de fato. **Ela tolera desde que você saiba jogar as regras do jogo. Tanto que eu sempre tive que tirar boas notas e ter um IRA muito alto, e aí, agora, eu posso falar um pouco mais. Agora eu posso falar coisas que antes eu sequer poderia pensar em dizer.** Por exemplo, coisas que eu queria escrever no meu mestrado e que a própria orientadora cortou, hoje, ela já aceita mais. **Mas eu sinto que eu tenho que trilhar um caminho para poder falar mais.** Antes eu poderia ir até um certo ponto. Se antes eu poderia ir até a página 2, agora eu posso ir até a 15, 20, mas só até aí. (Brune Brandão, grifo nosso).

Outro ponto referente à pesquisa trazido pela aluna, Brune, foi a necessidade de que a Universidade desenvolva novos projetos com outras pessoas, a fim de ampliar o discurso que ainda é monotemático:

> **Precisamos sair da questão monotemática e ampliar os estudos de gênero e sexualidade de acordo com as novas demandas.** Além disso, precisamos pensar em campanhas e capacitação. **Porque tem outras narrativas, outras visões e eu acho isso ótimo**, tanto que eu até tenho evitado falar em notícias porque tem mais tanta gente na Universidade que eu peço para ouvirem as pessoas da graduação, do contrário eu falo sempre e fica muito repetitivo. **Precisamos ter outras visões e ouvir outras pessoas com outras experiências.** (Brune Brandão, grifo nosso)

Salienta-se que a discussão pautada pelos mesmos grupos e mesmas pessoas acaba por gerar então, um discurso mais repetitivo. Isso pode acontecer diante da ausência de um debate unificado promovido pela própria Instituição, como já analisada na subseção em que se discutiu as Ações Afirmativas. Sob esse aspecto registram-se as impressões do Prof. Roney Polato de Castro:

> Quando pensamos em diversidade existe uma gama de coisas. O acolhimento às diversidades que existem é diferenciado. **Uma preocupação maior, um investimento maior oficial da Reitoria é diferente. A própria questão da LGBTfobia e da diversidade sexual e de gênero a gente vê que é muito novo essa proposta vindo das instâncias superiores. Durante muito tempo nós é que encabeçávamos, digo nós Gesed, pois outros grupos nem se movimentavam.** A Semana Rainbow tem apenas 3 edições, então fazíamos as coisas a nosso modo. **Algumas políticas e ações ligadas às deficiências e questões étnico raciais já estão mais adiantadas. É uma fala mais sustentada.** Existem eventos e ações pensadas pelas Pró Reitorias, diferente de gênero e sexualidade que é muito pensada entre os grupos que fazem a militância acadêmica. **Mas e se não tivessem esses grupos, será que essa discussão seria feita? Essa é a grande pergunta que a gente se faz. (...)** A impressão é que as discussões de gênero estão restritas a alguns espaços da Universidade e talvez não seja uma política assumida como instituição, e isso precisa ser aprimorado, através de políticas, através de editais específicos para promover pesquisa e extensão com esse público, essa temática. (Roney Castro, grifo nosso)

Vê-se, assim, que alguns temas relativos à identidade de gênero e sexualidade acabam por não serem discutidos na UFJF. Para o aluno Henrique, a discussão que a UFJF trava nas pesquisas ainda é muito voltada às mulheres trans, não havendo quem discuta a temática do homem trans na Universidade em análise:

> **A mulher trans acaba que consegue esse lugar acadêmico para ser falada por ela estar há mais tempo a vista. (...)** E ainda bem, mas o homem trans não tem espaço. Gosto do campo da pesquisa e vejo a necessidade de falar sobre assuntos no campo acadêmico que ainda não são abordados, como a questão do homem trans, por exemplo, que

> desperta interesse e quero trabalhar com ela. **Para o meu TCC estou encontrando dificuldades para ter um professor bom como orientador. Primeiro porque quem trabalha gênero, trabalha com a questão da mulher no espectro de gênero, não fazendo esse recorte de gênero.** Isso é uma coisa que se enfrenta muito. Não é uma área trabalhada. **Eu passei por esse impasse, como vou trabalhar com um tema que ninguém trabalha aqui, e isso que me levou na verdade a vontade de provavelmente querer ser professor no Ensino Superior.** (Henrique Araújo, grifo nosso)

A ausência de representação trans no corpo docente e técnico da UFJF, bem como a falta de professores que discutam outros recortes de gênero, conforme questionado pelo aluno Henrique, foram objeto da entrevista com o Prof. Roney:

> Acho importante ter representatividade em todos os segmentos, seja na representação discente, docente, TAE. **Essas pessoas devem ocupar todos os espaços que elas queiram ocupar e estar. Ter pessoas engajadas em questões silenciadas provocam alterações naquela micropolítica.** Então, quando você tem uma pessoa trans em um determinado serviço em uma assistência, certamente, ela estará atenta a algumas questões que outras pessoas possivelmente não estariam atentas. Então é importante também pela percepção das coisas. Mas para o imaginário das pessoas, as pessoas trans ficam restritas a serviços relacionados a identidade de gênero, mas isso não é verdade. Você pode ter uma pessoa trans advogada, uma pessoa trans em um setor técnico, enfim, qualquer setor. É importante e falta pessoas trans. **Ainda não temos nenhum docente trans. Dos homens trans eu não acompanho tão de perto porque eu não trabalho essa temática em específico, mas reconheço que as mulheres trans se destacaram mais, até pela questão social e as mulheres trans também têm essa visibilidade porque elas rompe com algo que é muito valorizado, que é o masculino.** Os homens trans carecem de uma maior produção ou representatividade. Vejo relatos em pesquisa e militância da necessidade de mais espaços e pesquisa sobre homem trans. (Roney Castro, grifo nosso)

A necessidade de ocupar todos os espaços é vista também por Souza e Bernardo (2014), as quais questionam que as profissões mais desempenhadas pelas mulheres trans ainda sejam na área da beleza ou do sexo, as quais não carecem de escolaridade. Diante desse cenário, volta-se à necessidade das Universidades garantirem lugar às pessoas trans em seus cursos, de modo que os sujeitos trans possam manifestar as suas potencialidades intelectuais.

Para estimular o ingresso de pessoas trans na UFJF, o Prof. Roney destacou que, em breve, o Consu deliberará a respeito das cotas para cursos de pós graduação na UFJF, o que lhe causa felicidade, mas receio dos possíveis embates:

> Em relação às cotas estamos conversando. No âmbito institucional vai sair uma resolução que ainda passará pelo Consu e aí vai incluir nas cotas as pessoas trans. Quando se pensa em cota, hoje, se fala em cotas raciais e pessoas com deficiência. Fiquei feliz, mas pensei o quanto isso será um dificultador para que essa Resolução seja aprovada porque vai ter muita resistência. (Roney Castro)

Para além da necessidade de garantir formação profissional e acadêmica, uma temática central que necessita ser discutida refere-se à saúde das pessoas trans. O bem estar físico e mental é condição elementar para desenvolver os estudos de forma rentável

e sem descontinuidades. Nesse contexto, passa-se à última subseção deste capítulo, qual seja, a Saúde.

3.4.4 Saúde

Conforme assinalado, o Prof. Dimas Augusto Carvalho de Araújo, Superintendente do Hospital Universitário da UFJF, foi a pessoa responsável por representar a área da Saúde neste trabalho. Contudo, forçoso reconhecer, desde já, que diferentemente do que ocorreu com as demais pessoas entrevistadas, a indisponibilidade de agenda do Prof. Dimas, diante da pandemia do novo Coronavírus, não possibilitou a realização de uma videoconferência ou de uma entrevista propriamente.

Assim, para a análise dessa seção, serão utilizadas as respostas do professor aos questionamentos do roteiro de entrevista estruturada desta pesquisadora, enviadas por mensagem eletrônica, conforme o Apêndice F, bem como recortes das falas do docente que foi possível extrair de uma entrevista concedida ao Jornal Tribuna de Minas[22].

Feitas essas ponderações, importante destacar a relevância da reflexão sobre a saúde quando se diz respeito às pessoas trans. A temática da saúde merece atenção tendo em vista não só o fato das pessoas trans apresentarem altos índices de agravos na saúde mental, bem como dos obstáculos e estigmas que a população enfrenta quando do acesso aos serviços de prevenção e cuidado (MONTEIRO; BRIGEIRO; BARBOSA, 2019).

Conforme já assinalado, o Hospital Universitário da UFJF está em fase de credenciamento para tornar-se um Centro de Referência na atenção à saúde da população trans. Nesse sentido, destacam-se as considerações do Prof. Dimas de Araújo, no sentido de que tal credenciamento facilitará o acesso da população trans em um atendimento centralizado e mais eficaz, além de garantir o atendimento multiprofissional com maior agilidade:

> Não há na região um sistema organizado para atender a essa população. Uma hora, eles procuram o urologista; outra hora, o psicólogo ou o cirurgião, e isso dificulta o processo. Se quiserem uma cirurgia plástica, por exemplo, eles têm que entrar na fila. Com um ambulatório multiprofissional, o atendimento é mais rápido (ARAÚJO, 2019, apud ALMEIDA, 2019, recurso online).

Atualmente o Hospital Universitário da Universidade de Juiz de Fora é um local de referência para o tratamento de saúde pública de qualidade da cidade de Juiz de Fora e região. Assim, o seu credenciamento como hospital que realiza o processo transexualizador pretende centralizar as demandas de atendimento e, dessa forma, garantir uma melhoria, de maneira global, da saúde física e mental das pessoas trans.

Nesse contexto, o Prof. Dimas ponderou sobre a necessidade de aprimoramento do serviço prestado, o que ocorrerá após o credenciamento:

---

[22] Matéria disponível no sítio eletrônico: https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/15-09-2019/hu-inicia-credenciamento-para-fazer-atendimento-trans.html

> **O acesso precisa ser melhorado para garantir um cuidado integral à população trans:** consultas, exames, cirurgias e atendimento multiprofissional. Já protocolamos a solicitação de credenciamento e estamos aguardando a aprovação do Ministério da Saúde para iniciarmos as atividades assistenciais. **Hoje em dia como ainda não estamos credenciados estamos realizando as consultas com a equipe multidisciplinar!** Já temos equipe definida, e habilitada para iniciarmos os atendimentos: consultas, exames e cirurgias (Dimas Araújo, grifo nosso).

A necessidade de oferecer um tratamento especializado à população trans foi reforçada pelo Prof. Dimas de Araújo, tendo em vista que a ausência de atendimento especializado coloca a população trans em risco, especialmente no que diz respeito à automedicação e procedimentos clandestinos. Para o Prof. Dimas, apenas profissionais capacitados podem prescrever um tratamento hormonal adequado tendo em vista as inúmeras complicações e riscos que podem ocorrer (ALMEIDA, 2019).

Tal ausência de capacitação dos profissionais em lidar com a hormonização da população, bem como a dificuldade de acesso à saúde íntima dos homens trans foi vivenciada pelo aluno Cassius quando na busca de terapia hormonal e atendimento na cidade de Juiz de Fora, conforme fala transcrita abaixo:

> Eu ia começar a terapia hormonal pelo particular, convênios do plano do FUSEX (Fundo de Saúde do Exército), mas eles **se recusaram a fazer o acompanhamento quando eu disse que era trans, como se houvesse algum mistério para isso**. Pessoas cis fazem reposição hormonal a todo momento e ninguém fala nada. **Outro problema que vejo em relação à saúde das pessoas trans, especialmente dos meninos trans é que quando eles fazem a retificação do documento perdem o direito de fazer consulta ginecológica, e isso só mostra como é difícil o acesso à saúde para a gente.** Já é um constrangimento estar num ambiente que não é acolher, ter restrição com vocabulário e tal, mas tem alguns lugares que o atendimento é simplesmente negado. Eu não faço questão nenhuma de ser lido como um homem cis, minhas demandas sempre serão diferentes e meu corpo sempre será diferente. A minha saúde sempre será diferente. Eu preciso ser tratado de forma diferente também. (…) **Quantas pessoas não fazem terapia hormonal por conta própria? Existe venda de hormônio clandestino e é complicado** (Cassius Pena, grifo nosso).

Ora, a ausência de um local de referência para auxiliar no adequado tratamento de saúde da população trans na cidade de Juiz de Fora gera inúmeros problemas. Em relação à dificuldade de receber tratamento adequado, bem como dos desafios nos estudos diante do comprometimento da saúde mental, também relatou o aluno Sidney:

> Em relação ao remédio psiquiátrico já aconteceu de eu tentar pegar na Farmácia da UF e não ter, e depois a receita já ter vencido e é aquela coisa, **como eu vou estudar se eu estou "fudido da cabeça?"** (sic). Mas tem a questão do SUS também, então, eu não sei até aonde pode ir a ingerência da UF nesse sentido. Por exemplo, o HU está empenhado nisso e estamos construindo o Ambulatório Trans, mas o HU também depende do Ministério da Saúde e de repassarem verba para eles. (...) **A Prefeitura não colabora também e já cortou atendimento. A própria Prefeitura também não nos trata como pessoas,** nós sermos tratados na Clínica da Criança e do Adolescente pode ser um problema em razão dos pais das crianças. **Hoje em dia eu sei que tem gente que diante dessa situação está se autohormonizando.** Ter essa rede que seria o CRDH, Clínica da Criança e Adolescente e o HU seria muito importante.

> Da última vez que fiquei doente, com infecção urinária, o único local que me atendeu adequadamente foi o CRDH. **Mas eu já fui com crise de enxaqueca no Hospital e me perguntarem se eu estava tratando HIV e eu disse que eu não tinha HIV e a pessoa brigando comigo porque eu não faço o tratamento para HIV.** Então, se você é trans, você obrigatoriamente tem HIV? Não tem hipertensão, diabetes? Colesterol alto? (Sidney Vieira, grifo nosso).

Vê-se, assim, a notória ausência de capacitação de inúmeros profissionais da área da saúde para lidar com a população trans. Nesse sentido, o Prof. Dimas ponderou que junto ao credenciamento, o Hospital Universitário realizará um processo de conscientização dos usuários, servidores e profissionais da saúde, a fim de combater a violência e o preconceito.

> O tratamento hormonal necessita de profissionais capacitados, que conheçam efeitos, benefícios e complicações. E alguns (trans) também procuram silicones artificiais. Ter atendimento capacitado em uma instituição de ensino (hospitais universitários) é a segurança do atendimento, porque fora de um centro de referência é muito risco, com complicações que podem levar até ao óbito. É uma questão de saúde pública e é preciso enfrentar essas necessidades que não são novas. (ARAÚJO, 2019 apud ALMEIDA, 2019, recurso online)

Os processos de exclusão promovidos pela sociedade e o reforço do sistema cis-heteronormativo tende a excluir as pessoas trans, o que prejudica a estima e pode desencadear quadros de depressão, os quais são muito frequentes entre as pessoas trans. Assim, a invisibilidade, discriminação, falta de apoio familiar, estigmas da sociedade, além do difícil acesso ao processo transexualizador seriam gatilhos para contribuir com o ideal suicida (SCHUMANN; MARTINI, 2016).

Nesse sentido, não se pode deixar de novamente registrar que na UFJF houve um caso de suicídio de um aluno trans poucos dias após o estudante registrar na Ouvidoria uma queixa de não respeito ao nome social por parte de um professor, conforme relatado na terceira seção do segundo Capítulo desta dissertação.

Além desse caso, os próprios estudantes entrevistados também informaram que apresentaram um grau de adoecimento no percurso da vida acadêmica que prejudicaram o andamento dos estudos. Os relatos da aluna Brune e do aluno Cassius colacionados abaixo vão nesse sentido:

> **E aí nesse processo eu tive que prorrogar a defesa e entrei com atestado psiquiátrico de depressão com ideias de suicídio**. Eu estava muito mal, não via lugar para mim, não me sentia pertencente a lugar nenhum, tanto que a relação com a Universidade para mim é meio ambígua (Brune Brandão, grifo nosso).

> **Só que com as matérias específicas eu comecei a faltar e ia para a Faculdade apenas para trabalhar e vender doces.** Eu vendia brigadeiro todo dia na Faculdade para custear as passagens. Só que depois eu não passava em nada, não ia as aulas, não acordava de manhã e **tinha pouca estrutura psicológica, fazendo um curso que eu não gostava.(…) Era depressão e ansiedade.** Então eu não queria ver gente.(…) Ficava muito impaciente com as pessoas, arrogante, coisas do sintoma mesmo.(…) **Sempre via a minha imagem muito desvencilhada de mim, como se fosse algo paralelo. Como se minha alma e meu corpo não se encaixassem e não fazia ideia do porquê. Fazia isso desde sempre. Até que veio a minha primeira tentativa de suicídio e comecei a tomar remédios** (Cassius Pena, grifo nosso).

A concepção da saúde da população trans perpassa, então, na necessidade de um apoio multidisciplinar. Isso porque deve haver um suporte não só quanto à terapia hormonal e procedimentos cirúrgicos para a aceitação do próprio corpo, mas também um acompanhamento psicológico e psiquiátrico que auxilie as pessoas trans em seu processo.

Nesse sentido, o Centro de Psicologia Aplicada da UFJF possui um Projeto de Extensão, denominado Ambulatório Trans, voltado como espaço de fala e escuta das pessoas trans. Sendo uma ação da Faculdade de Psicologia, o Ambulatório oferece serviço ao público em situação de vulnerabilidade social, além de promover pesquisa a partir dos acompanhamentos. São realizados atendimentos clínicos pela coordenadora do projeto, Prof.ª Alinne Nogueira, e por bolsistas e voluntários do curso de Psicologia (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2019m).

Paralelamente ao Ambulatório Trans, a Proae (Pró Reitoria de Assistência Estudantil) também conta com o seu quadro próprio de psicólogos, os quais prestam o serviço a todos os estudantes da UFJF que se cadastrarem na modalidade individual ou em grupo. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020).

Contudo, o próprio quadro de psicólogos da UFJF, conforme relatado pela aluna Brune, aparentemente não se mostra capacitado para lidar com as questões de gênero, solicitando o auxílio da própria aluna para fazer a abordagem adequada:

> Uma coisa também muito importante de pensar é a questão do apoio às pessoas LGBTQA+ lá dentro, de saúde mental mesmo. **A Proae não absorve essas demandas, já ligaram para mim perguntando como fazer as coisas no meu celular pessoal. Psicólogas da Proae falando que não sabiam lidar! As pessoas que cometem suicídio na Universidade são pessoas LGBT, não tem como ignorar isso e eu quase já estive nesse lugar.** Isso prova que a Instituição deixa você sobreviver lá, mas não te dá condições para isso, ela não facilita alguns processos para você. A Universidade ainda fica num nicho muito específico. (Brune Brandão, grifo nosso).

Vê-se, assim, que a necessidade de prestar auxílio psicológico aos alunos e alunas trans é essencial para que o alunado possa desenvolver os estudos de uma forma saudável. A carência em não promover a atenção integral à saúde das pessoas trans é uma realidade que decorre da ausência de profissionais capacitados, mas também de políticas públicas.

Diante desse contexto, foi criado o Centro de Referência e Promoção da Cidadania LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+) da UFJF. Agregando visibilidade pública para a cidade de Juiz de Fora, o Centro surgiu da necessidade de acolhimento de demandas do grupo, visando reduzir a violência, além de garantir os direitos fundamentais da comunidade. Sendo considerado um ganho para toda a população LBGTQI+, o Centro conta com atendimento nas frentes social, jurídica, psicológicas e de educação física, sendo estas duas últimas relacionadas à saúde (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2019g).

Atualmente como bolsista no Centro de Referência, o aluno Sidney Vieira, estudante do curso de Serviço Social, relata sua experiência no projeto com muita satisfação:

> (...) O projeto que eu sou bolsista de extensão é do Centro de Referência e é uma puta (sic) experiência. Lá tem **assessoria jurídica, psicológica, assistência social. Temos parcerias, psicólogos parceiros que podemos encaminhar.** É separado do CPA mas existe um diálogo. Tinha projeto no CRDH também que toda sexta-feira à tarde atendia pessoas trans para fazer hormonização lá, e era um projeto muito bom, mas fechou por negligência da prefeitura. **Trabalhar com políticas aos LGBT é o que eu quero fazer pelo resto da vida ou então trabalhar com a área da educação como assistente social** (Sidney Vieira, grifo nosso).

Feitas essas considerações a respeito da frente de saúde da população trans na UFJF, e finalizadas as análises das entrevistas, o objetivo da próxima seção é, de posse de todos os desafios enfrentados pelos estudantes na UFJF, e relatados neste trabalho, propor ações e políticas de enfrentamento para auxiliar os estudantes trans a terem um acesso e permanência mais saudáveis.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: PROPOSIÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA O ACESSO E PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO TRANS NA UFJF

A questão que norteia esta dissertação parte do fato de que, considerando o acesso insuficiente da população trans ao Ensino Superior, como possibilitar que tenham o acesso alargado aos cursos ofertados pela UFJF, não evadam e os concluam em tempo razoável? Como a identificação de demandas e a regulamentação por meio de políticas na área educacional nos ambientes universitários contribuem para a permanência das alunas e dos alunos trans no ambiente acadêmico?

Essa dissertação buscou, assim, examinar as demandas da população trans na UFJF que carecem de regulamentação, bem como a maneira que os grupos hegemônicos da Universidade lidam com os historicamente discriminados, a fim de responder se há insuficiência ou não dos projetos da UFJF para atender essa minoria. Dessa forma, uma vez analisados os programas, ações e políticas de acesso e permanência para discentes trans na UFJF e, ainda, realizadas as entrevistas, o presente capítulo propõe-se a elaborar um Plano de Ação Educacional.

Assim, diante dos problemas relatados e das insuficiências que puderam ser evidenciadas nas entrevistas realizadas, pretende-se construir um Plano de Ação Educacional para servir de instrumento à Administração Superior da UFJF, a fim de auxiliar na tarefa de aparar as arestas verificadas ao longo da pesquisa.

Contudo, antes de apresentarmos o PAE propriamente dito, é forçoso reconhecer algumas considerações de Márcia Machado (2012) a respeito da gestão estratégica e participativa. De acordo com a autora, o processo de mudança de qualquer gestão é demorado e complexo, especialmente quando se tratam de mudanças de paradigmas, culturas e comportamentos. Assim, os resultados de um processo de mudança não surgem de uma só vez e, normalmente, não são de curto prazo. Nesse sentido, importante a reflexão a respeito de transfobia institucional que, aparentemente, subsiste na Universidade Federal de Juiz de Fora, a qual necessita de tempo para um processo de mudança cultural, o qual não se dará de forma precisa e linear.

Ademais, cumpre esclarecer que o planejamento de ações é tarefa crucial para qualquer gestor, sob pena do trabalho se resumir a um eterno e constante “apagar incêndio”. Nesse sentido, destaca Machado (2012) que a rotina assoberbada de trabalho não pode ser justificativa para a falta de planejamento, sendo, em verdade, a sua consequência. Assim, um bom planejamento de tarefas pode garantir que exista tempo suficiente para cumprir outras agendas, tendo em vista que “apagar incêndios” já seria uma tarefa normal na rotina da gestão.

Além disso, o Plano de Ação Educacional que se pretende trazer não pode ser visto, conforme salienta Machado (2012), como uma ferramenta que engesse o trabalho de gestão, sendo naturalmente possível ocorrer ajustes, ao passo em que forem observadas mudanças na realidade prática. Assim, apesar do Plano de Ação Educacional a ser apresentado proporcionar caminhos e estratégias que se considera proeminentes

para tratar diversas das questões que foram palco desta dissertação, não se defende a sua rigidez, mas, ao contrário, acredita-se na necessidade de serem feitas adaptações às novas realidades e questões que, inegavelmente, surgirão.

Dessa forma, o PAE deve ser tido como uma ferramenta que se desdobra em políticas e diretrizes, definindo estratégias, planos, prioridades e divisão de responsabilidades. Cumpre destacar, também, que o gestor não é capaz de, isoladamente, responsabilizar-se pela gestão estratégica e conduzir seu planejamento. Há necessidade de angariar colaboradores que apresentem altos níveis de interesse e engajamento em conduzir as ações a que o Plano irá se propor. Nesse contexto, a descentralização deve ocorrer de modo que as pessoas dividam as responsabilidades, cabendo ao gestor encontrar formas de garantir esse envolvimento (MACHADO, 2012).

Cabe destacar, ainda, que as mudanças de um Plano de Ação Educacional, dificilmente, não encontrarão resistências, sendo elas inerentes ao processo de mudança. Assim, cabe ao gestor identificar àquelas e àqueles docentes, estudantes e demais colaboradores que estejam mais engajados no processo de transformação para serem aliados e multiplicadores da nova cultura (MACHADO, 2012).

Nesse sentido, a necessidade de que a UFJF garanta um percurso acadêmico sem maiores reveses às pessoas trans precisa ocorrer para além das campanhas e *banners,* justificando-se, assim, a elaboração do presente Plano de Ação Educacional. Nesta diretriz:

> É importante também lembrarmos que qualquer estratégia de participação só será eficaz se transformada em ação. No sistema educacional, assim como em qualquer organização, os discursos, por mais bonitos e encorajadores que sejam, não funcionam se não estiverem alinhados com a prática. Discursos que não se transformam em prática levam à descrença e à ineficácia. (MACHADO, 2012, p. 07)

Feitas essas considerações, cabe salientar que dividimos o presente capítulo em três partes, nas quais serão apresentadas sugestões de ações institucionais visando que a UFJF respeite, acolha e valorize as diversidades e, em especial, o público trans. Para tanto, será utilizada como ferramenta de gestão para elaboração do Plano de Ação Educacional o método 5W2H.

De acordo com Lisboa e Godoy (2012), tal método consiste em uma série de questionamentos a respeito do processo produtivo, o qual possibilita conhecer rotinas, problemas e soluções. Assim, os 5 “W” referem-se às seguintes questões em inglês: *What, Why, Where, When* e *Who.* Já os 2 “H” indagam: *How* e *How much.*

Tais indagações, segundo Lisboa e Godoy (2012) visam responder as seguintes questões metodológicas:

What? O que deve ser feito? Qual ação deve ser executada?

Why? Por que deve ser feito? Qual a justificativa para fazê-lo?

Where? Onde serão executados os procedimentos?

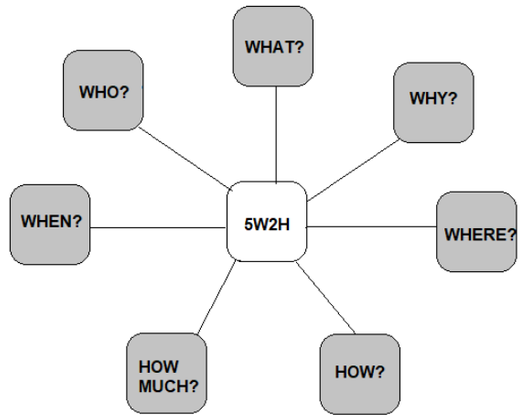
When? Quando devem ser implementados os procedimentos e qual o cronograma a ser cumprido?

Who? Quem é o responsável ou os responsáveis pela execução do planejado?

How? Como devem ser executados os procedimentos para garantir os objetivos pré-estabelecidos?

How much? Quanto custará a implementação? Qual será o custo de cada fase e o custo total?

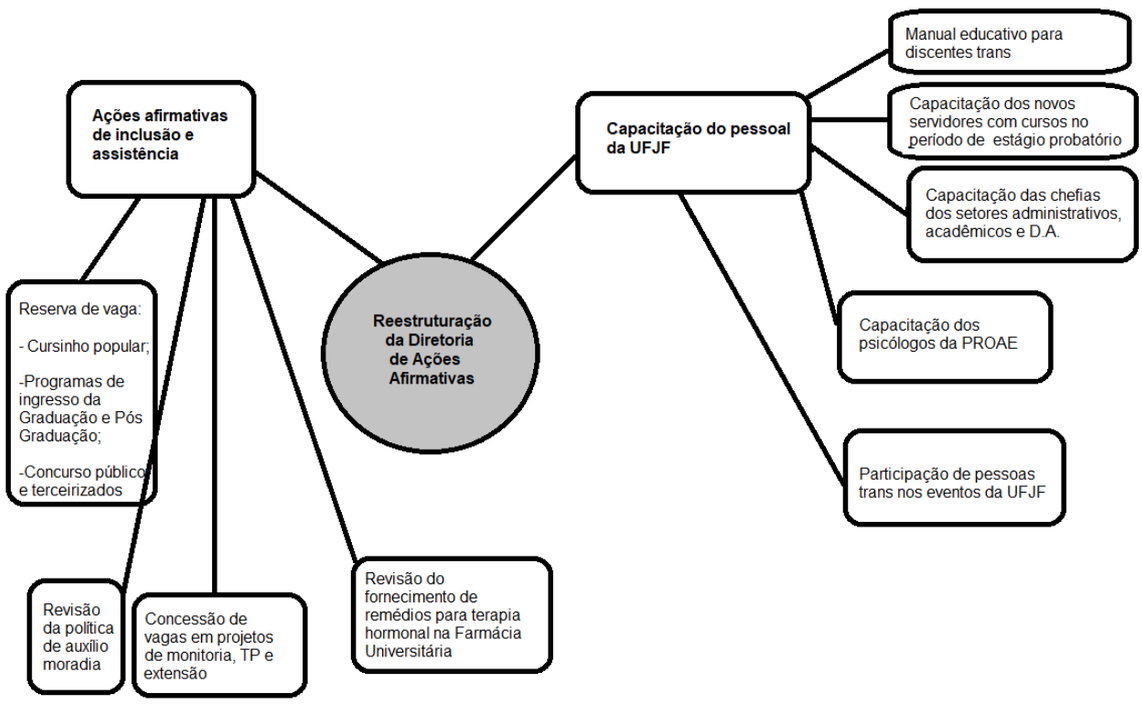
Figura 1 - Ferramenta de Gestão 5W2H



Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Feitas essas observações, antes de exibirmos cada uma das proposições do PAE, segue abaixo uma figura com o resumo com todas ações que serão apresentadas.

Esquema 1 - Esquema das Proposições do PAE



Fonte: Elaboradora pela autora, 2020.

4.1 A REESTRUTURAÇÃO DA DIRETORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Antes de apresentarmos a reestruturação da Diretoria de Ações Afirmativas, propriamente dita, é forçoso anotar que as mudanças e proposições que este capítulo irá apresentar devem ocorrer em etapas. Assim, para garantir que as ações e propostas ocorram observou-se como elementar que, inicialmente, haja a reestruturação da Diaff, considerada condição primordial para o desenvolvimento das demais ações.

Conforme assinalado neste trabalho, cabe à Diretoria de Ações Afirmativas da UFJF cuidar das questões afetas à diversidade social, pessoas com necessidades especiais, correlacionadas à gênero e sexualidade, questões étnico-raciais e que envolvem vulnerabilidade socioeconômica (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020b).

Evidenciou-se ao longo da pesquisa, contudo, a atual impossibilidade de Diaff cumprir todos esses papéis de forma a atender todas as demandas que a UFJF apresenta. No que se refere às questões e problemas específicos da população trans da UFJF, é notória a ausência de organização e estratégia para lidar com as situações que se apresentam no cotidiano.

Nesse sentido, o próprio Diretor da Diaff destacou em sua entrevista a necessidade de se pensar em um espaço capaz de discutir e debater as questões de Gênero e Sexualidade, tal qual já ocorre com as situações que envolvem pessoas com necessidades especiais e questões étnico raciais.

A Tabela 10 contempla a primeira proposta do plano de intervenção, que sugere a reestruturação da Diretoria de Ações Afirmativas da UFJF, retratado nos moldes da ferramenta 5W2H.

Tabela 10 - Proposta de Reestruturação da Diaff nos moldes do 5W2H

O que? *(What)*	Por que? *(Why)*	Onde? *(Where)*	Quando? *(When)*	Quem? *(Who)*	Como? (How)	Quanto custa? *(How much)*
Promover a reestruturação da Diaff, com a criação de uma Comissão para tratar da temática de gênero na UFJF	Inexiste um local de discussão que possa catalisar as políticas de forma institucional e uniforme	No prédio da reitoria, na sala da Diaff, e reuniões da Comissão no Anfiteatro da Reitoria	A partir do primeiro semestre de 2021	Dois bolsistas de TP, TAEs e docentes do quadro da UFJF	Com a promoção de reuniões mensais e, de preferência, mobilização de seleção de bolsistas trans	O valor da bolsa de TP, atualmente, é de R$ 400,00.

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Dessa forma, a reestruturação da Diaff, conforme passa-se a apresentar, pretende que haja um debate institucionalizado na UFJF, voltado às questões afetas ao público trans, com a proposta de criação de uma Comissão envolvida no debate das questões de Gênero e Sexualidade.

Assim, faz-se necessário constituir esse espaço de discussão permanente de gênero na UFJF, a partir do qual serão impulsionadas todas as demais ações em prol do

respeito e valorização da diversidade. Cumpre destacar, portanto, uma sugestão para o perfil de pessoas que poderiam somar à comissão, como seriam realizados os encontros, onde, quando e qual o seu valor de instalação.

Indispensável se faz que quando da instalação da Comissão esta seja constituída, também, por pessoas trans. Contudo, conforme relatado na entrevista com a aluna Brune, uma das questões que ainda ocorrem na UFJF é a necessidade de que os próprios estudantes trans trabalhem de forma gratuita para que as políticas e ações em seu favor sejam implementadas.

Assim, para se romper com tal situação, sugere-se que os estudantes trans que estiverem compondo a Comissão recebam uma bolsa de treinamento profissional. Impende anotar que a bolsa de Treinamento Profissional (TP) atualmente é no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), a qual pretende auxiliar o discente na sua manutenção na UFJF. Ademais, destaca-se a necessidade de que os estudantes selecionados trabalhem no regime de 12 horas semanais, conforme ocorre com as bolsas de TP, priorizando sempre as atividades acadêmicas, escalando o horário do desenvolvimento do Treinamento Profissional de modo que não haja conflito com aulas, estudos e provas.

Indica-se, portanto, que a Comissão seja composta por uma aluna trans e um aluno trans. Tais estudantes podem ser escolhidos através de um processo seletivo, promovido pela Diaff, com auxílio do corpo docente da UFJF que discuta na área de Gênero e Sexualidade. Um encaminhamento futuro para a composição da Comissão refere-se, ainda, à abertura de uma vaga de assistente em administração para uma pessoa trans. Assim, no próximo concurso da UFJF poderia ser lançado Edital com a reserva de uma vaga do cargo de assistente em administração, a ser preenchida por uma pessoa que se autodeclare trans, a qual seria lotada na Diretoria de Ações Afirmativas para ocupar assento da Comissão.

Além de dois estudantes trans, sugere-se que a Comissão seja composta por um funcionário do quadro da Diaff, um psicólogo e um assistente social da Proae, um docente que discuta gênero na UFJF, um membro do CGCO, um membro da Diretoria de Imagem e um técnico do Hospital Universitário. Observou-se a relevância de que haja pessoas lotadas em diferentes setores da UFJF, tendo em vista as questões e problemas enfrentados pelos alunos e alunas trans na UFJF ocorrerem em locais e contextos dos mais distintos.

Dito isso, encaminha-se no sentido de que a Comissão se reúna uma vez a cada mês para realização das conduções pertinentes. Todos os servidores que participariam da Comissão já se encontram nos quadros da UFJF, e poderiam ser dispensados das suas atividades habituais para o desempenho das tarefas afetas à Comissão.

Ademais, além de estarem presentes nos encontros da Comissão, sugere-se que os discentes trans selecionados fiquem disponíveis na Diretoria de Ações Afirmativas para execução de outras atividades que lhes forem delegadas. Auxiliados por um funcionário que já se encontra lotado na Diaff, tais discentes poderão prestar auxílio, também, para a Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas da UFJF. Dessa forma,

tais alunos seriam porta-vozes dos desafios que os alunos e alunas trans ainda enfrentam na UFJF, responsabilizando-se, assim, em protocolar eventuais denúncias e queixas.

Observou-se a necessidade de aprimorar os locais de recebimento de denúncias, considerando que os problemas enfrentados pelos alunos e alunas trans muitas das vezes não são reportados para a instituição, havendo uma demanda reprimida que ainda não busca os canais próprios da UFJF para relatar os persistentes casos de transfobia. Acredita-se, assim, que uma vez sendo os próprios colegas trans as pessoas que receberão essas denúncias, os alunos e alunas sentir-se-ão mais confortáveis em relatar as situações, podendo a Diaff tomar conhecimento dos locais que necessitam de intervenção educativa ou, ainda, punitiva.

Recomenda-se, ainda, que os bolsistas selecionados atuem ativamente na propositura de pautas e na discussão dos interesses da população trans da UFJF. Assim, caberia aos demais discentes trans levarem até seus colegas, bolsistas da Diaff, as propostas de eventos, campanhas, capacitações e tudo o mais que entenderem pertinentes. Assim, as reuniões mensais seriam pautadas também pelas sugestões de todos os discentes trans da UFJF.

Nesse diapasão, atuando como uma verdadeira catalisadora das políticas, coordenando, impulsionando, e acompanhando todas as demais ações, a Comissão promoveria um diálogo franco e aberto com os setores da UFJF que necessitassem de intervenção. Defende-se ser tal reestruturação elementar para organizar as diversas ações que já ocorrem na UFJF de forma isolada, e também para articular outras que se mostraram necessárias.

Uma vez reestruturada a Diretoria de Ações Afirmativas e criada a Comissão, seria possível, então, desenvolver e aprimorar as políticas para verdadeiramente fomentar o acesso e permanência da população trans na UFJF, pelo que se passa, abaixo, a tecê-las.

4.2 A CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DA UFJF

Uma das ações de maior importância para a permanência das pessoas trans na UFJF certamente refere-se à capacitação. Ao longo das entrevistas realizadas, e nos momentos de ida ao campo para participar de reuniões promovidas pela Diaff, foi possível perceber que se faz necessária a capacitação dos próprios alunos e alunas trans da UFJF, além dos docentes, técnicos, funcionários terceirizados e, também, discentes de maneira geral.

Apesar de ser local de pluralidades e diversidades, fato é que foi possível observar que inúmeras pessoas, no interior da Universidade Federal de Juiz de Fora, permanecem disseminando conceitos e padrões cis-heteronormativos pré-estabelecidos pela sociedade. Por esta razão, capacitar e levar conceitos e teorias sobre gênero, apresentando as múltiplas possibilidades de ser e existir é fundamental para a conscientização de toda a Universidade, visando, assim, diminuir preconceitos que resultam na evasão por parte de discentes.

A Tabela 11, que segue abaixo, apresenta a segunda proposta do plano de intervenção, compilando os encaminhamentos para a capacitação da UFJF, retratada nos moldes da ferramenta 5W2H.

Tabela 11 - Proposta de capacitação da UFJF nos moldes do 5W2H

(continua)

O que? *(What)*	Por que? *(Why)*	Onde? *(Where)*	Quando? *(When)*	Quem? *(Who)*	Como? (How)	Quanto custa? *(How much)*
Capacitação dos alunos e alunas trans	Não sabem os seus direitos na UFJF	Manual virtual encaminhado eletronicamente	A partir do primeiro semestre de 2021 e, após, nas entradas dos calouros	Conteúdo desenvolvido pela Comissão, com auxílio da Diretoria de Imagem e professores que discutem Gênero	Catalogando os direitos que os estudantes trans da UFJF possuem e listando os locais de orientações	Custos de criação de manual virtual
Capacitação das Chefias dos setores administrativos, Unidades Acadêmicas e representantes de Diretório Acadêmico	Para ampliar o conhecimento do quadro da UFJF sobre questões de gênero	Presencialmente no anfiteatro da reitoria para a capacitação inicial e, em seguida, em cada Unidade que se fizer necessária	A partir do primeiro semestre de 2021	Chefias das unidades administrativas, acadêmicas, D.A. e Unidades que forem reportadas com problemas	Encontros promovidos pelos professores da UFJF que discutem gênero, amparados por pesquisadores bolsistas e discentes trans	Custos do Edital ofertado aos professores e bolsa de discente trans
Capacitação dos novos servidores que entrarem na UFJF	Para ampliar o conhecimento do novo pessoal da UFJF sobre questões de gênero	Através da Plataforma *Moodle*	A partir do primeiro semestre de 2021	Novos TAEs e docentes que ingressarem na UFJF	Oferta de curso online obrigatório como parte de atividade do estágio probatório	Custo da criação do curso na Plataforma *Moodle*
Capacitação dos Psicólogos da Proae	Para capacitá-los a auxiliar os estudantes que levarem questões de gênero para terapia	Na Proae	A partir do primeiro semestre de 2021	Psicólogos da Proae, professores pesquisadores e bolsistas da Psicologia	Traçando um plano de formação com o objetivo de auxiliar as pessoas trans no processo de autoconhecimento e fortalecimento.	Custos do Edital ofertado aos professores e bolsa de discente trans

(conclusão)

O que? *(What)*	Por que? *(Why)*	Onde? *(Where)*	Quando? *(When)*	Quem? *(Who)*	Como? (How)	Quanto custa? *(How much)*
Participação de pessoas trans em eventos festivos da UFJF	Para auxiliar a comunidade no processo de conhecer e valorizar a produção das pessoas trans	Nas unidades acadêmicas, na praça cívica e em outros locais de eventos	A partir do segundo semestre de 2020	Artistas trans de Juiz de Fora e região	Apresentando em encontros, eventos culturais e shows promovidos pela UFJF	Custos ordinários de um evento

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Em relação à capacitação do público trans, é importante anotar que se observou na ida ao campo um desconhecimento das próprias pessoas trans da UFJF quanto aos seus direitos. Em sendo assim, faz-se relevante que nas atividades de boas vindas dos calouros seja distribuído um manual, no qual estejam descritos todos os direitos que o alunado trans possui na UFJF. Sugere-se, assim, que nele seja evidenciada a possibilidade de utilização do nome social, bem como o direito de utilização dos espaços segregados de acordo com a identidade de gênero. Ademais, indica-se que conste o canal para solicitação de utilização do nome social, bem como os locais de realização de denúncias e busca de orientações diversas.

Além disso, também se sugere que o manual indique os locais e serviços prestados pela UFJF em prol do público trans, como o Ambulatório Trans, o Centro de Referência LGBTI+, os Grupos de Pesquisa sobre Gênero e Sexualidade e a existência da própria Comissão da Diaff. Tal manual pode ser encaminhado, de forma virtual, para o endereço eletrônico de todos os alunos e alunas da UFJF e, também, aos calouros e calouras a cada novo ingresso. A distribuição do manual a todos os alunos e alunas é uma estratégia que possibilitaria aos discentes trans tomarem conhecimento, diretamente, de seus direitos, e aos discentes cis, reconhecerem a UFJF como local que promove ativamente ações de proteção, respeito e valorização das pessoas trans, o que se considera relevante para compelir atitudes transfóbicas.

Ademais, o manual poderá ser produzido pela própria Comissão atuante na Diaff, com a colaboração da equipe de Diretoria de Imagem Institucional. Nos encontros da Comissão, é possível que seja discutido o melhor formato e disposição das informações.

No que se refere à capacitação do quadro de profissionais da UFJF, forçoso reconhecer que esta deve se dar gradativamente. Assim, inicialmente, recomenda-se que capacitação seja ofertada para as chefias das Pró Reitorias, Departamento, Unidade, Coordenações de Curso e representantes dos Diretórios Acadêmicos.

Através de um Edital, a Diaff pode selecionar docentes que possuam trânsito na área de Gênero para promover a capacitação do quadro da UFJF. Os docentes selecionados poderão realizar os encontros de acordo com o mapa de prioridades a ser

apresentado pela Comissão da Diaff. Também poderá ser aberto Edital para discentes trans neste projeto, os quais auxiliariam na capacitação.

Dessa forma, pretende-se garantir que em todas as Unidades Acadêmicas e Administrativas haja, a princípio, ao menos uma pessoa capacitada para discutir minimamente o tema de gênero. Debatendo questões básicas, a compulsoriedade do curso às chefias e representantes dos Diretórios Acadêmicos visa dar subsídios para que tais pessoas estejam aptas a orientar e dar encaminhamentos de questões, que possam ocorrer em seus locais de atuação. Os bolsistas trans a serem selecionados para atuar na capacitação prestariam auxílio aos docentes e levantariam questões enfrentadas na UFJF para acrescentar na capacitação. Acredita-se, assim, que estreitar o diálogo e capacitar o quadro, possa auxiliar no processo de rompimento de estigmas, vindo a constituir aliados e aliadas para atuarem na luta contra o desrespeito, diminuindo a transfobia no ambiente acadêmico.

Feita essa capacitação inicial, o termômetro para que haja a capacitação de setores específicos partiria das queixas e denúncias feitas pelos alunos e alunas trans junto à Diaff. Assim, uma vez observados relatos de transfobia, deveria ser ofertada a capacitação nas Unidades que tenham pessoas com padrões de comportamento considerados inadequados pela UFJF.

Pautando-se no fato de que levar conhecimento possa auxiliar no processo de descortinar estigmas, que ainda possam existir, a capacitação ocorreria à medida que a mesma se demonstrasse necessária, tendo em vista a impossibilidade de, em um primeiro momento, ofertar o curso a todos os docentes, funcionários terceirizados, técnicos e discentes.

Outra iniciativa que se entende relevante, refere-se à capacitação dos novos servidores da UFJF. Sabe-se que ao longo dos três primeiros anos de exercício das pessoas em um órgão público federal, há avaliação por meio de estágio probatório. Na UFJF há indicação de alguns cursos, e obrigatoriedade de outros, como requisito parcial para a aprovação no estágio probatório.

Nesse sentido, a indicação é de que seja obrigatório aos novos servidores se submeterem a um curso *online*, a ser ofertado através da plataforma *Moodle*, pelo corpo docente da UFJF, através do qual seria feita uma discussão inicial de Gênero e Sexualidade. A realização e a aprovação do curso seriam necessárias para o cumprimento do estágio probatório, podendo o conteúdo ser disponibilizado para capacitação dos demais discentes, docentes e técnicos administrativos, de forma facultativa.

Outra capacitação que merece atenção refere-se a dos psicólogos que atuam na Proae. Tendo em vista o relato da aluna Brune, da atual incapacidade do quadro de psicólogos em lidar com as questões e desafios que enfrentam uma pessoa trans, faz-se relevante garantir uma capacitação específica e atenta a esses profissionais. Defende-se a necessidade da capacitação, diante da urgência de garantir ferramentas ao quadro de psicólogos, para auxiliar os discentes trans no processo transexualizador, o qual envolve autodescobrimento, autoconhecimento e fortalecimento.

É importante registrar, ainda, que o apoio psicológico adequado às pessoas trans na UFJF poderá conduzir, não só, para que esses alunos e alunas tenham um bom rendimento acadêmico, como, também, para socorrê-los e auxiliá-los nos seus conflitos e questões particulares. Ademais, tais quadros conflituosos podem desencadear a depressão, a ansiedade e, em seus piores graus, até mesmo o suicídio. Por tais razões, o auxílio psicológico adequado aos discentes trans faz-se elementar, considerando, ainda, que a própria UFJF se mostrou, ao longo das entrevistas, um local de adoecimento.

Para desenvolver essa ação, poderá ser aberto Edital pela Diaff, a fim de selecionar a melhor proposta de capacitação desses profissionais. Além disso, também poderá ser aberto Edital para seleção de discente trans, com o objetivo de contribuir na capacitação dos Psicólogos.

Por fim, iniciativa que também merece constar a título de capacitação é a promoção de eventos e continuidade das campanhas com pautas que agreguem, mas não sejam exclusivas, da população trans. Ora, é imprescindível que a Diaff propicie ambientes de valorização da diversidade, tornando as pautas das pessoas trans visíveis. Contudo, uma alternativa para que haja o debate de forma mais ampla é que sejam trazidas pessoas trans para debates e eventos não exclusivos. Assim, quando da realização de eventos ordinários já promovidos pela UFJF, como festividade de acolhimento de calouros, recomenda-se que sejam convidados artistas trans para se apresentarem.

Tal estratégia visa atingir àqueles que não estariam presentes caso o evento fosse somente voltado às pessoas do movimento LGBT, possibilitando que a arte das pessoas trans seja valorizada, também, pelas pessoas que não são pertencentes ou simpatizantes do movimento. Assim, caberia à Comissão da Diaff realizar convites a artistas trans que seriam representação e ocupariam esses espaços nos eventos.

Assinala-se, ainda, que todas as ações de capacitação descritas até aqui tratam-se de propostas viáveis e com enormes chances de exequibilidade. Ademais, não se pode deixar de registrar que a UFJF já realiza ações de capacitação elogiáveis, as quais podem ser aperfeiçoadas ou simplesmente mantidas.

Dentre elas, destacam-se as ações desempenhadas pelo Grupo Gesed, junto às escolas da cidade de Juiz de Fora e região, levando as discussões de Gênero e Sexualidade para dentro das escolas, auxiliando o corpo docente e discente do Ensino Básico nesta temática; bem como as campanhas promovidas pela Diretoria de Imagem da UFJF que, de maneira assertiva, levam a comunidade da Universidade, e demais pessoas que circulam no Campus, a refletir sobre os ideais de diversidade e inclusão.

Feitas essas considerações, e descritas as capacitações da UFJF que se entendem necessárias, passa-se a discorrer, abaixo, sobre as políticas de inclusão e assistência às pessoas trans.

4.3 AS AÇÕES DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA

Conforme relatado no primeiro capítulo desta dissertação, imperioso recordar que, de acordo com pesquisa conduzida pela Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), estima-se que o grau de evasão dos discentes trans do Ensino Fundamental e Médio seja de 82%, o que revela a dificuldade das pessoas trans finalizarem a etapa da Educação Básica e, assim, poderem adentrar no Ensino Superior.

Nesse sentido, interessante anotar que na UFJF, desde a Resolução de nº 06/2015 do Conselho Superior- Consu, a qual possibilitou a utilização do nome social nos documentos da vida acadêmica, foram realizados 38 (trinta e oito) pedidos, partindo de 29 (vinte e nove) pessoas. No que se refere ao total de alunos cursando a Graduação da UFJF, contudo, de acordo com o Censo de Educação Superior, em 2018 a UFJF contava com o total de 20.758 estudantes, sendo 18.884 matriculados em cursos presenciais, e 1.874, nos cursos a distância (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2018).

Contrastando os números apresentados, salienta-se que o percentual de pessoas que solicitaram a utilização do nome social, em relação ao número total de estudantes da UFJF é de apenas 0,0013%. Contudo, cabe assinalar que, conforme exposto no primeiro capítulo desta dissertação, não existem pesquisas que comprovem o real número de pessoas trans, apesar de se estimar que 0,5% das pessoas no mundo se identifiquem com alguma categoria trans. Esse desconhecimento, muitas das vezes intencional, da real população demográfica e do seu perfil socioeconômico, dificultada a criação de políticas voltadas ao público trans (COACCI, 2018).

Dado com percentual bastante diverso foi apresentado na V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais. Promovida pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace) da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) no primeiro semestre de 2018, a pesquisa apontou que 7,7% do alunado da UFJF não se declarou cisgênero, do que se constata que a cisnormatividade tem sido questionada pela população acadêmica.

Diante desse cenário, forçoso reconhecer que o número de estudantes trans na UFJF ainda é muito pequeno se comparado às estimativas da população trans mundial, o que ocorre, possivelmente, em razão das dificuldades em finalizarem o Ensino Fundamental e Médio e, em seguida, serem aprovados nas seleções de ingresso. No que se refere ao quadro de técnicos administrativos educacionais, docentes e funcionários terceirizados, a situação é de completa ausência de pessoas trans ocupando esses espaços, não havendo nenhuma representação.

Feitas essas considerações, a presente seção irá apresentar sugestões de políticas e ações visando estimular o ingresso e a permanência do público trans na UFJF, seja para ocupar vagas nos cursos de graduação e pós graduação, seja para atuarem como funcionários da Universidade Federal de Juiz de Fora, seja para permanecerem na Instituição.

A Tabela 12 apresenta a terceira proposta do plano de intervenção, retratada nos moldes da ferramenta 5W2H.

Tabela 12 - Propostas de ações de inclusão e assistência nos moldes do 5W2H

O que? *(What)*	Por que? *(Why)*	Onde? *(Where)*	Quando? *(When)*	Quem? *(Who)*	Como? (How)	Quanto custa? *(How much)*
Reserva de vagas para as pessoas trans	Representação insuficiente nos espaços em comparação à estimativa da população	Cursinho popular (GARRA), Graduação, Pós - Graduação, seleção do quadro efetivo e temporário	A partir do segundo semestre de 2020	Proex, Prograd, Propp, Progepe e Proinfra	Assegurando nos Editais que 0,5% das vagas sejam destinadas às pessoas trans	Sem gastos adicionais
Concessão de bolsas permanência	Auxiliar a permanência da população trans	Nos cursos de Graduação da UFJF	A partir do segundo semestre de 2020	Prograd e Proae	Criação de vagas em projetos de monitoria, TP e bolsa permanência para trans	As bolsas são no valor de R$ 400,00
Revisão da política de auxílio moradia	Discentes trans com família em Juiz de Fora, mas com conflitos	Na moradia estudantil ou com auxílio moradia financeiro	A partir do segundo semestre de 2020	Proae	Revisando a política e analisando a possibilidade concreta do discente conviver com a família	Sem gastos adicionais
Revisão do fornecimento de remédio para terapia hormonal	Auxiliar na saúde dos estudantes trans	Nos cursos de Graduação da UFJF	A partir do segundo semestre de 2020	Farmácia Universitária da UFJF	Fornecendo mensalmente o remédio aos discentes trans sem renda	Custos do remédio a ser ofertado

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Assim como nas políticas de capacitação, recomenda-se que as ações de assistência e inclusão sejam coordenadas pela Diaff, perante a sua Comissão, devendo ser objeto de constante análise a necessidade de alteração e expansão das políticas. Em relação às propostas desta seção, as primeiras políticas que merecem ser consideras dizem respeito às ações afirmativas que visam a reserva de vagas às pessoas trans nos programas de ingresso da UFJF.

Nesse contexto, e para melhor compreensão das políticas a serem propostas nesta seção, faz-se necessária a definição de ações afirmativas. De acordo com Flávia Piovesan (2008), as ações afirmativas são medidas que visam compensar uma situação de desigualdade inerente a grupos sociais, possibilitando que grupos socialmente vulneráveis possam concorrer em iguais condições com os demais. Assim, tais medidas podem resultar no sistema de cotas, que existem para o acesso ao Ensino Superior e aos concursos públicos.

Dessa forma, as cotas visam garantir uma equidade nas condições de acesso dos grupos historicamente discriminados, possibilitando que haja propensão semelhante para obter bens e direitos (FERRAZ, 2012). Assim, para que isso ocorra, é necessário tratar

aqueles que se encontrem em situação desigual de forma diferente, alcançando a igualdade material, a qual corresponde ao ideal de justiça social e distributiva (PIOVESAN, 2008).

As ações afirmativas que ora passa-se a defender em favor das pessoas trans, são formas de discriminação positiva, que visam guardar lugar para pessoas que estejam em situação de hipossuficiência, reparando os reflexos excludentes a que são submetidas (BRITO FILHO, 2016).

Nesse sentido, propõe-se garantir aos alunos trans de Juiz de Fora e região, a princípio, a reserva de uma vaga no Cursinho Popular da UFJF. A finalidade do curso preparatório é democratizar o acesso ao Ensino Superior (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2019n). Com aulas e materiais gratuitos, o cursinho é uma iniciativa de Projeto de Extensão da UFJF e pode auxiliar a população trans no processo de preparação para a prova do Enem. O cursinho conta com a oferta de 70 vagas anuais, pelo que uma delas pode ser reservada para um aluno ou aluna trans. [23]

Além de reservar vaga no curso preparatório, a Comissão poderá propor à Administração Superior UFJF que se assegure, 0,5% das suas vagas para pessoas trans nas suas duas modalidades de ingressos nos cursos de Graduação, quais sejam, Pism e Sisu. O mesmo percentual também merece ser assegurado para os seus cursos de Pós Graduação *lato sensu* e *strictu sensu*.

A reserva de vagas para a inclusão de discentes trans nas cotas sociais ainda é pontual dentre as Instituições de Ensino Federal do país. Embora não haja amparo legal sobre o tema, fato é que, conforme dispõe o art. 207 da Constituição Federal, as Universidades possuem autonomia administrativa (BRASIL, 1988). Assim, cabem a elas estabelecerem políticas de ações afirmativas, sendo as cotas um valor de proteção para o aprendizado de pessoas que foram historicamente marginalizadas. Contudo, o percentual das vagas a ser reservado deve ser justificado com embasamentos técnicos, sob pena da seleção ser considerada ilegal por favorecimento político ideológico, especialmente diante do contexto de polarização que o Brasil se encontra.

Ademais, assinala-se que a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), a qual dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de Ensino técnico de nível médio, garante a reserva de 50% das vagas aos discentes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, realizando, ainda, uma discriminação positiva àqueles autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação. Assim, em que pese inexista previsão legal a respeito das pessoas trans, juristas e doutrinadores salientam a possibilidade de realizar uma interpretação que contemple essas pessoas no rol das cotas sociais, considerando que elas existem para garantir oportunidades aos sujeitos excluídos socialmente, o que, inegavelmente, abarca as pessoas trans (SILVA FILHO, 2016).

---

[23] Propõem-se a reserva de 0,5% das vagas para as pessoas trans, tendo em vista estimar-se que seja esse o percentual de pessoas trans na população atual. Previsto o percentual reservado ao candidato cotista, em caso de número de vaga fracionado, deverá ser feito o arredondamento para o primeiro número inteiro subsequente, de modo a garantir a efetividade da ação afirmativa.

Ademais, defende-se o mesmo, ainda, para a inserção das pessoas trans no mercado de trabalho. A reserva de vaga também nos concursos e nas seleções das empresas que prestam serviço à UFJF visam constituir um mecanismo que garantam a cidadania das pessoas trans. Nesse diapasão, a jurista Maria Berenice Dias, Presidente da Comissão da Diversidade Sexual da OAB, defende que, em respeito ao princípio da proporcionalidade, e visando assegurar igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, deve ser adotado o sistema de cota a travestis, transexuais e transgêneros para ingresso no serviço público, devendo ser promovidos incentivos para que empresas e organizações privadas adotem medidas similares (DIAS, 2018).

Dessa forma, a Comissão da Diaff deve propor à Administração Superior, além da reserva de vaga nos ingressos dos cursos da UFJF, reserva de vagas nos quadros de servidores da instituição, na condição de técnico administrativos e docentes, estabelecendo, ainda, a necessidade de que as empresas que prestam serviço para a Universidade Federal de Juiz de Fora também possuam em seu quadro de pessoal pessoas trans.

Tal ação se faz necessária, pois a exclusão das pessoas trans do mercado de trabalho acarreta a privação de direitos fundamentais essenciais à dignidade da pessoa humana. Dessa maneira, fazer uso das ações afirmativas para incluir as pessoas no mercado de trabalho formal trará oportunidades para que essas pessoas se tornem ocupantes de cargos públicos e postos de trabalho, recebendo visibilidade social.

Assinala-se, ainda, que uma vez que a população trans esteja ocupando vagas nos cursos da UFJF, também é relevante que se destinem vagas em seleção de monitoria, treinamento profissional e demais projetos da UFJF, exclusivamente para pessoas trans. Assim, conforme destacado na seção anterior, algumas vagas de Treinamento Profissional devem ser destinadas apenas a pessoas trans, sendo elas para a composição da Comissão e, também, para auxiliar o corpo docente que fará o projeto de capacitação da UFJF.

Além disso, a depender da disponibilidade de recursos repassados pelo Governo Federal, propõe-se a existência de uma bolsa permanência para os discentes trans carentes. A bolsa permanência atualmente é no valor de R$ 400,00 para as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e R$ 900,00 para estudantes indígenas e quilombolas.

A necessidade da bolsa foi observada quando da realização das entrevistas, oportunidade em que ficou evidente que a inexistência de um auxílio impossibilitaria, por completo, a permanência de alguns discentes trans na UFJF. Fora do mercado de trabalho e sem auxílio familiar, defende-se imprescindível uma bolsa permanência para possibilitar que as pessoas trans tenham condições financeiras de permanecerem e concluírem seus cursos.

Além da reserva de vagas, outra política afirmativa em prol das pessoas trans que merece ser revisada refere-se ao auxílio moradia. Atualmente, a UFJF oferta o auxílio moradia àqueles que residam ou venham residir na cidade sede do Campus que estão matriculados, e o grupo familiar seja residente em cidade distinta. O auxílio pode ocorrer

com a concessão de vaga na Moradia Estudantil da UFJF ou incentivo financeiro mensal (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020c).

Ocorre que, durante as entrevistas foi possível observar a presença de conflitos familiares que impedem a convivência do estudante com o grupo familiar. Por tal razão, propõe-se a revisão de tal normativa, a fim de que seja avaliada a situação individual do solicitante do auxílio moradia, uma vez que a existência da família na cidade não se constitui sinônimo de existência de um lar.

Assim, uma das proposições que se defende o encaminhamento pela Comissão da Diaff, é no sentido de serem revistos os requisitos para a concessão da Moradia Estudantil, devendo ser orientado à Pró Reitoria de Assistência Estudantil reservar 0,5% das vagas referentes ao auxílio moradia para as pessoas trans que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

Por fim, a última ação que se propõe para que a população trans da UFJF tenha condições de permanecer nos cursos de forma saudável, refere-se a concessão de remédios pela Farmácia Universitária da UFJF. Conforme narrado no capítulo 3, o Hospital Universitário da UFJF encontra-se em fase de cadastramento para tornar-se um hospital que realiza o processo transexualizador. A equipe contará com diversas especialidades e, em breve, o público trans de Juiz de Fora e região terá o Hospital Universitário da UFJF como referência para realizar a terapia hormonal.

Ocorre que, para alguns estudantes, o valor dos remédios que necessitam tomar é vultoso, o que compromete parte significativa da renda ou, em quadros mais severos, impossibilita que a terapia seja realizada. Assim, visando resguardar a saúde de estudantes trans, e propiciar que realizem a terapia hormonal sem descontinuidades, propõe-se que a Comissão da Diaff encaminhe um cadastro dos discentes trans em situação de vulnerabilidade social, juntamente com a Farmácia Universitária, a fim de que sejam resguardados os remédios de que necessitam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil lidera o *ranking* dos países com o maior registro de homicídio das pessoas trans do mundo. Com a expectativa de vida de apenas 35 anos de idade, é um verdadeiro desafio para as pessoas trans sobreviverem, concluírem o Ensino Básico, entrarem em uma Universidade e encontrarem espaço no mercado de trabalho. Vítimas da marginalização e da violência, a população trans vive em um círculo de exclusão, sendo a prostituição e o trabalho informal, muitas das vezes, a única estratégia de vida. Diante deste cenário, o acesso à Educação Formal Superior de qualidade revela-se como primordial, sendo um caminho para a inclusão e o rompimento da estratificação atual da sociedade.

Dessa forma, este estudo teve como objetivo geral analisar os programas, ações e políticas de acesso e permanência para discentes trans na UFJF e propor um Plano de Ação Educacional. Os objetivos específicos foram descrever os programas existentes e os problemas enfrentados pelas pessoas trans, bem como analisar a insuficiência ou não das políticas sob o prisma dos direitos humanos e da inclusão. Assim, assumimos como hipóteses que a identificação de demandas e a regulamentação por meio de políticas na área educacional nos ambientes universitários, contribuem para a permanência das alunas e dos alunos trans no ambiente acadêmico.

Dessa forma, no desenvolvimento desta dissertação, após a Introdução, no Capítulo 2 deste trabalho, intitulado “A população trans na Universidade Federal de Juiz de Fora”, buscou-se (in)formar, a quem lê, os conceitos essenciais das discussões de gênero. Apresentado o universo trans com seus estigmas e violências, relataram-se as questões sociais, abordando sobre as dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Na sequência, afunilou-se a temática para o contexto educacional, apresentando os problemas enfrentados pela população trans na Educação Básica até adentrar na Educação Superior, sendo, ao final, exibido o campo de pesquisa, qual seja, a Universidade Federal de Juiz de Fora, e os dados iniciais colhidos da população trans.

No trabalho desenvolvido, pode-se confirmar que as pessoas trans apresentam dificuldades em permanecerem no ambiente escolar, o qual reproduz a transfobia e não acolhe os indivíduos que escapam da cis-heteronormatividade. Àqueles que conseguem ingressar nos cursos superiores lhes são também impostos desafios, uma vez que a Universidade, embora apresente-se como diversa e heterogênea, por vezes, acaba por também reproduzir padrões da sociedade patriarcal.

No Capítulo 3, “ As Políticas e ações promovidas em prol da População Trans”, foram analisadas as políticas em vigor em prol das pessoas trans da UFJF. Além disso, foi realizada uma análise bibliográfica a respeito da abertura do Ensino Superior e a democratização do acesso, apontando a necessidade de promoção de políticas de combate à discriminação para garantir a permanência de estudantes trans nas Universidades.

Ademais, comparou-se as ações e políticas promovidas pela UFJF em favor da população trans com as de outras cinco Universidades Federais Brasileiras, discorrendo

sobre as campanhas, portarias, resoluções e eventos que desenvolvem. Nesse contexto, importante anotar que a UFJF se apresentou avançada em diversas políticas de inclusão, havendo Resoluções aprovadas acerca do uso do nome social e utilização de espaços segregados de acordo com a identidade de gênero.

Evidenciou-se, ainda, que a liberdade que as pessoas trans possuem na UFJF, muitas das vezes, já foi cerceada em seus próprios lares, e ainda lhes falta na sociedade de maneira geral. A despeito disso, a Universidade mostra-se como um local de ambiguidades, uma vez que embora propicie muitas experiências libertadoras e o desenvolvimento educacional, também gera adoecimento.

As entrevistas de discentes e dos representantes da Base de Dados, Tratamento Legal, Ações formativas e de Pesquisa, e Saúde, mostraram a possibilidade da UFJF fazer mais e, melhor, para o público trans. Dificuldades com utilização do banheiro, problemas com a utilização do nome social, em debater em contextos de pesquisa, olhares de colegas e seguranças, transfobia perpetrada por docentes de nível superior, colegas que dizem precisar se acostumar com uma pessoa trans em sala, esses foram alguns dos relatos evidenciados pelos discentes trans. Tais situações constrangedoras não foram suficientes, contudo, para interromper a educação formal dos entrevistados, os quais, observam na educação, o meio para romper com o cenário de marginalização.

Através dos relatos pode-se perceber que estudantes trans elogiam as iniciativas promovidas pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Contudo, restou clara a ausência de organização e institucionalização das ações relacionadas ao gênero, as quais ocorrem de forma esparsa a depender da manifestação dos próprios discentes trans.

Ao final, no último Capítulo, apresentou-se o Plano de Ação Educacional, com vistas a auxiliar no quadro de acessibilidade insuficiente e garantir a permanência da população trans no Ensino Superior. Nesse contexto, a reestruturação da Diretoria de Ações Afirmativas para que ocorra a institucionalização das políticas relacionadas ao gênero foi vista como elementar. Defendeu-se, assim, que capacitar as pessoas da Universidade, além de garantir políticas de assistência, é o primeiro passo para que a UFJF caminhe no sentido de garantir um espaço realmente acolhedor da população trans.

Não basta que sejam despendidos esforços no sentido de propiciar que a população trans adentre na UFJF. É necessário garantir que lá permaneçam, que possam desenvolver os estudos de forma saudável, e com o mínimo de respaldo da instituição, especialmente se a família lhes falta. Assim, identificar as demandas que carecem de regulamentação, e promover políticas adequadas, auxilia para que os estudantes trans permaneçam na Universidade, logrem êxito e caminhem rumo à sua emancipação.

Os desafios para desenvolver essa dissertação também merecem registro. Tema inédito no Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, foi-me desacreditada a possibilidade de desenvolver esta pesquisa, entendida como não relevante para o contexto atual da UFJF. Os desafios da caminhada me fizeram perceber o contrário. Não só relevante, se faz urgente escutar o público trans da UFJF e

desenvolver ações e políticas visando minimizar os problemas que tais estudantes enfrentam, mirando no sentido de que a população trans se sinta mais incluída e representada.

Além disso, é necessário que outros trabalhos possam desenvolver as pesquisas iniciadas nesta dissertação, estudando a aplicabilidade das propostas que foram sugeridas, as possíveis resistências de implementação, além de ouvir mais alunas e alunos trans que certamente entrarão na UFJF, com outras demandas e questões.

Dessa forma, a Universidade Federal de Juiz de Fora poderá otimizar suas práticas, fortalecer as já existentes e, se tornar um referencial para que outras instituições de Ensino Superior adotem-na como modelo a ser seguido no que concerne ao acesso e permanência da população trans.

Por fim, reconhece-se que as medidas não terão efeito imediato e que este estudo não basta em si mesmo. Primeiro, há que se retornar essa dissertação aos seus colaboradores, estudantes que me permitiram conhecer suas histórias, e um pequeno pedaço de suas vidas. Segundo, à Universidade Federal de Juiz de Fora, instituição de educação que possibilitou o desenvolvimento deste trabalho e poderá se valer desta pesquisa para lhe auxiliar no enfrentamento dos problemas constatados. Por fim, aos demais pesquisadores da área de Gênero e Sexualidade, para que esta dissertação seja uma semente que possa espalhar e impulsionar que mais pesquisas se desenvolvam. Que se desenvolvam por aqui, por aí, por onde quiserem, para que eu, você, todos e todas possamos ser, e apenas ser, o que quisermos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. HU inicia credenciamento para fazer atendimento trans. **Tribuna de Minas**. Juiz de Fora, 15 de setembro de 2019. Disponível em: https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/15-09-2019/hu-inicia-credenciamento-para-fazer-atendimento-trans.html. Acesso em: 15 set. 2019.

ALVES, C. E. R.; MOREIRA, M. I. C. Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans)subjetividades em escolas brasileiras; **Quaderns de Psicologia,** [s. l.], v. 17, n. 3, p. 59-69, 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1275. Acesso em: 15 mai. 2019.

ANDRADE, L. N. de. **Travestis na Escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ARAÚJO, D. C., Heteronormatividade jurídica e as identidades LGBTI sob suspeita, **Rev. Direito Práx**., Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 640-662, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Manual de Comunicação LGBT.** Curitiba: ABGLT, 2010.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Mapa dos assassinatos dos travestis e transexuais no Brasil em 2017.** [s. l.], 2018. Disponível em: https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.

BARDAGI, M. P.; HUTZ, C. S. Rotina acadêmica e relação com colegas e professores: impacto na evasão universitária. **Psico**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 174-184, abr./jun. 2012.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol.19, n.2, p. 549-559, mai./ago. 2011.

BENTO, B. **O que é transexualidade.** São Paulo, Brasiliense, 2008.

BERNARDO, M. H.; NOGUEIRA, F. R. C.; BULL, S. Trabalho e saúde mental: repercussões das formas de precariedade objetiva e subjetiva. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 63, p. 83-93, 2011.

BRANCALEONE, C. Comunidade, Sociedade e Sociabilidade: Revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais,** [s. l.], v. 39, n. 1, 2008.

BRANDÃO, Z. Entre questionários e entrevistas. *In*: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N (orgs). **Família & Escola**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Congresso Nacional, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 mai. 2020.

BRASIL, **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, [2012]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 16 mai. 2020.

BRITO FILHO, J. C. M. de. **Ações afirmativas.** 4. ed. São Paulo: LTr 80 Editora Ltda., 2016.

BUTLER, J. P., **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade; tradução, Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANTELLI, A. L. **Travestilidade e transexualidade no Ensino Superior**: Dossiê a carne mais barata do mercado. Uberlândia: Observatório Trans, 2018.

CARVALHO, M.; CARRARA, S. Em direção a um futuro trans. Contribuição para a história de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latinoamericana,** [s. l.], v. 2, n. 14, p. 319-351, ago. 2013.

CHAVES, L. G. M. Minorias e seu estudo no Brasil. **Revista de Ciências Sociais,** Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 149-168, 1970.

COACCI, T. **Conhecimento precário e conhecimento Contra- público**: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

DIAS, M. B. **Estatuto da Diversidade Sexual:** uma lei por iniciativa popular. *[s. l.]*, 2012. Disponível em: http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_610)estatuto_da_diversidade_sexual__uma_lei_por__iniciativa_popular.pdf. Acesso em: 16 mai. 2020.

DURKHEIM, E. **O suicídio:** estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes**,** 2000.

EZCURRA, A. M. Masificación y enseñanza superior: una inclusión excluyente. Algunas hipótesis y conceptos clave. In: FERNÁNDEZ LAMARRA, Norberto; PAULA, Maria de Fátima Costa de (Orgs.). **La democratización de la educación superior en América Latina. Límites y posibilidades**. Saenz Peña: Eduntref, p. 60-72, 2011.

FACCHINI, R. **Histórico da luta LGBT no Brasil**. Caderno Temáticos. Disponível em: http://www.athosgls.com.br/comportamento_visualiza.php?contcod=40492. Acesso em: 12 mar. 2020.

FERRAZ, M. P. de T. Ações afirmativas na Unifesp. In: SANTOS, Jocélio Teles dos (Org.). **Cotas nas universidades:** análises dos processos de decisão. Salvador: CEAO, p. 137-147, 2012.

FERREIRA, S. R. da S. **O Direito ao manejo dos próprios dados, à Autodeterminação e à Passabilidade trans:** Diálogos a partir de um relato. Salvador: Realize, 2017.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia da Tolerância**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HUGUENIN, F. P.; SOARES, M. H. S. “Que nossas universidades sejam arco-íris.”: Entrevista com Berenice Bento. **Em construção.** Rio de Janeiro, n. 5, p. 194-200, 2019.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre a população transgênero:** conceitos e termos. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 10 set. 2019.

LANZ, L. **O corpo da roupa**: A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LISBÔA, M. G.P; GODOY, L. P. Aplicação do Método 5W2H no Processo Produtivo do Produto: a joia. **Revista Iberoamericana de Engenharia Industrial.** Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 32-47, 2012. Disponível em: http://stat.ijie.incubadora.ufsc.br/index.php/IJIE/article/viewFile/1585/pdf. Acesso em: 08 mai. 2020.

LOURO, G. L. Corpo, **Escola e Identidade**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 2000.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, M. **Gestão estratégica e participativa:** considerações acerca do planejamento e do controle em três níveis. Juiz de Fora, 2012. Disponível em: http://ppgp4.caedufjf.net/mod/resource/view.php?id=3951. Acesso em: 10 mai. 2020.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Educ. Soc.,** Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf. Acesso em: 16 abr. 2020.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças; 2. ed. rev. e ampl., 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M.; BARBOSA, R. M. Saúde e direitos da população trans. **Cad. Saúde Pública.** Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000400201&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 abr.2020.

NOGUEIRA, S. N. B.; CABRAL, E. A. **Dossiê**: a carne mais barata do mercado. Uberlândia: Observatório Trans, 2018.

OLIVEIRA, D. A. G. de. **O suicídio na comunidade LGBT no Brasil**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Humanas) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

OLIVEIRA, Z. M. F. de. Currículo: um instrumento educacional, social e cultural. **Revista Diálogo Educacional.** Curitiba, v. 8, n. 24, p. 535-548, 2008.

PATRIOTA, C. M. M. **A face da violência transfóbica**: um estudo sobre a violação dos direitos humanos e fundamentais das pessoas trans no Brasil. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

PAULA, M. F.C. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação**, Sorocaba, v. 22, n. 2, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772017000200002. Acesso em: 17 ago. 2019.

PEREIRA, G. R.; BAHIA, A. G. M. F. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p. 51-71, 2011.

PETRY, A. R; MEYER, D. E. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193-198, 2011. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7375/6434. Acesso em: 10 set. 2019.

PIOVENSAN, F. Ações Afirmativas no Brasil: Desafios e Perspectivas. **Estudos Feministas,** Florianópolis, v.16, n.3, p. 424, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/10.pdf. Acesso em: 16 mai. 2020.

PRECIADO, B. **Manifesto contrassexual:** práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: N 1 Edições, 2014.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA: **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero,** [s. l.], 2006. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em 02 abr. 2020

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAYARA, M. Por que você não me abraça? Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, [s. l.], v.15, n. 28, p.167-179, 2018.

REIDEL, M. **A Pedagogia do salto alto:** História de professoras transexuais e travestis na Educação Brasileira. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

REIS, N.; PINHO, R. Gêneros não-binários: Identidades, Expressões e Educação; **Revista Reflexão e Ação,** Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, 2016.

SANTOS, A. C. Orientação sexual em Portugal: para uma emancipação. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Orgs.), Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. **Civilizações Brasileiras.** Rio de Janeiro, p. 335-379, 2003.

SANTOS, A. L. **Formação das pessoas Transexuais na Universidade Federal de Sergipe**: Enfrentamento e resistência das normas de gênero no Espaço Acadêmico. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade,** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCHUMANN, B; MARTINI, S.R. A tendência suicida entre os transexuais. **Diritto Pubblico Europeo Rassegna online.** [s. l.], n. 2, 2016. Disponível em: https://www.edizioniesi.it/dperonline/data/uploads/articoli/berta-schumann-e-sandra-regina-martini-formatt.pdf. Acesso em: 13 mar. 2020.

SILVA, D. Mais uma vítima da transfobia, Nicholas, militante do PCB, presente! **Esquerda Diário**. Juiz de Fora, 06 de julho de 2017. Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/Mais-uma-vitima-da-transfobia-Nicholas-militante-do-PCB-presente. Acesso em: 05 set. 2019.

SILVA FILHO, P. **Políticas de ação afirmativa na educação brasileira**: estudo de caso do programa de reserva de vagas para ingresso na Universidade Federal da Bahia. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SOUZA, H. A.; BERNARDO, M. H. Transexualidade: As consequências do preconceito escolar para a vida profissional. **Bagoas**. [s. l.], n. 11, p. 157-175, 2014.

SOUZA, R. C. M, et al. Homens Transexuais: Invisibilidade Social e Saúde Mental Transgender, Social Invisibility And Mental Health. **Temas em saúde**, João Pessoa, v. 18, n. 1, 2018. Disponível em: http://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2018/04/18122.pdf. Acesso em: 06 abr. 2019.

SZYMANSKI H. (Org), ALMEIDA, L. R. de; PRANDINI, R. C. A. R. **A Entrevista na Pesquisa em Educação**: A prática reflexiva. 5. ed. Brasília: Liber Livro, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Acesso à informação- Servidores**- Juiz de Fora, 2019a. Website oficial da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://www2.ufjf.br/ufjf/acesso-a-informacao/servidores/. Acesso em: 17 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Ações Afirmativas,** Juiz de Fora, 2020b. Website oficial da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://www.ufjf.br/diaaf/. Acesso em: 12 mai. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Apoio estudantil**, Juiz de Fora, 2020c. Website oficial da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://www2.ufjf.br/ufjf/ensino/apoio-estudantil/. Acesso em: 16 mai. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Centro de Psicologia Aplicada. **Ambulatório Trans.** Juiz de Fora, 2019l. Website oficial da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://www2.ufjf.br/cpapsicologia/servicos-oferecidos/grupos/ambulatorio-trans/. Acesso em: 21 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Superior. **Resolução 06 de 2015.** Aprova e dispõe sobre o uso de nome social no âmbito da UFJF e dá outras providências. Juiz de Fora: Conselho Superior, 2015. Disponível em: https://www2.ufjf.br/Consu/wp-content/uploads/sites/33/2016/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-06.2015.pdf. Acesso em: 18 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Superior. **Resolução 04 de 2017.** Altera a Resolução n° 06/2015 do Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Conselho Superior, 2017. Disponível em: https://www2.ufjf.br/Consu/wp-content/uploads/sites/33/2017/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o_04.2017_CONSU_Altera Resolu%C3%A7%C3%A3o-06.2015.pdf. Acesso em: 18 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Superior. **Resolução 11 de 2019**. Regimento Interno da Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas. Juiz de Fora: Conselho Superior, 2019c. Disponível em: https://www2.ufjf.br/Consu/wp-content/uploads/sites/33/2019/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-11.2019_ANEXO_REGIMENTO-INTERNO-OUVIDORIA-ESPECIALIZADA.pdf. Acesso em: 17 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Superior. **Resolução 24 de 2019.** Aprova e dispõe sobre o uso de nome social e a utilização dos espaços segregados por gênero no âmbito da UFJF e dá outras providências. Juiz de Fora: Conselho Superior, 2019a1. Disponível em: https://www2.ufjf.br/Consu/wp-content/uploads/sites/33/2019/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-24.2019_CONSU_Nome-social_minuta.pdf. Acesso em: 18 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Flores Raras**. Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Comunicação e Feminismos.** Juiz de Fora, 2019i. Website oficial da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://www.ufjf.br/educacomunicafeminismos/. Acesso em: 22 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **Nova Gestão.** Juiz de Fora, 2016. Website oficial da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://www2.ufjf.br/noticias/wp-content/uploads/sites/2/2016/04/nova-gestao-2.pdf. Acesso em: 17 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **Fórum de diversidades elege novos representantes no dia 18.** Juiz de Fora, 2019d. Website oficial da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://www2.ufjf.br/noticias/2019/10/16/forum-de-diversidade-elege-novos-representantes-no-dia-18/. Acesso em: 17 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **História aprova política de cotas na Pós-Graduação.** Juiz de Fora, 2019e. Website oficial da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://www2.ufjf.br/noticias/2019/08/02/historia-aprova-politica-de-cotas-na-pos-graduacao/. Acesso em: 21 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **Diretoria de ações afirmativas consolida atuação participativa e democrática.** Juiz de Fora, 2019f. Website oficial da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://www2.ufjf.br/noticias/2019/01/08/diretoria-de-acoes-afirmativas-consolida-atuacao-participativa-e-democratica/. Acesso em: 17 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **UFJF inaugura Centro de Referência LGBTQI.** Juiz de Fora, 2019g. Website oficial da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://www2.ufjf.br/noticias/2019/08/06/ufjf-inaugura-centro-de-referencia-lgbtqi/. Acesso em: 21 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **Semana Rainbow da UFJF será realizada entre 7 e 18 de agosto.** Juiz de Fora, 2019j. Website oficial da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://www2.ufjf.br/noticias/2019/06/27/semana-rainbow-da-ufjf-sera-realizada-entre-7-e-18-de-agosto/. Acesso em: 22 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **Sala de Imprensa.** Juiz de Fora, 2019k. Website oficial da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://www2.ufjf.br/noticias/imprensa/. Acesso em: 17 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **Ambulatório Trans abre inscrições para atendimento psicológico.** Juiz de Fora, 2019m. Website oficial da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://www2.ufjf.br/noticias/2019/03/26/ambulatorio-trans-abre-inscricoes-para-atendimento-psicologico/. Acesso em: 28 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **Projeto de extensão da UFJF disponibiliza 70 vagas em cursinho popular Garra.** Juiz de Fora, 2019n. Website oficial da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://www2.ufjf.br/noticias/2019/01/09/projeto-de-extensao-da-ufjf-disponibiliza-70-vagas-em-cursinho-popular_garra/. Acesso em: 15 mai. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **Universidade terá a primeira aluna travesti preta em curso de Mestrado.** Juiz de Fora, 2019o. Website oficial da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://www2.ufjf.br/noticias/2019/12/11/universidade-tera-1a-aluna-travesti-preta-em-curso-de-mestrado/. Acesso em: 17 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Página Inicial**. Acesso à informação alunos**. Juiz de Fora, 2018. Website oficial da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://www2.ufjf.br/ufjf/acesso-a-informacao/alunos/. Acesso em: 15 mai. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Página Inicial. **Apresentação**. Juiz de Fora, 2019b. Website oficial da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://www2.ufjf.br/ufjf/sobre/apresentacao/. Acesso em: 17 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Pró Reitoria de Assistência Estudantil. Atendimento Psicológico.** Juiz de Fora, 2020a. Website oficial da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://www2.ufjf.br/proae/psicologiaepedagogia/atendimento-psicologico/ Acesso em: 28 abri. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Relações de gênero e sexualidades**: perspectivas interdisciplinares**.** Juiz de Fora, 2019h. Website oficial da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: http://www.ufjf.br/generoesexualidade/inicial/proposta-e-objetivos-do-curso/. Acesso em: 22 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Programa de Pós-Graduação em Educação. **Edital 03/2018.** Processo Seletivo para Admissão ano letivo 2019. Recife: Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/38962/1124892/bo49.pdf. Acesso em: 21 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Conselho Superior. **Portaria normativa nº 03, de 23 de março de 2015.** Regulamenta a política de utilização do nome social. Recife: Conselho Superior, 2015. Disponível em: https://www3.ufpe.br/progepe/images/BO_novo/bo2015/Bo31.pdf. Acesso em: 21 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Espaço Trans do HC é referência no Estado.** Recife, 2019b. Website oficial da Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: https://www3.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=52637:espaco-trans-do-hc-e-referencia-no-estado&catid=5:incampus&Itemid=78. Acesso em: 21 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Universidade Federal de Pernambuco lança Política LGBT.** Recife, 2019a. Website oficial da Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: https://www3.ufpe.br/sib/index.php?option=com_content&view=article&id=459:universidade-federal-de-pernambuco-lanca-politica-lgbt&catid=6&Itemid=122. Acesso em: 21 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Conselho Universitário. **Carta de princípios relacionada à diversidade sexual e de gênero da Unifesp**. São Paulo: Conselho Universitário, 2019a. Disponível em: http://www.unifesp.br/images/DCI/Carta_De_Principios. Acesso em: 09 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Núcleo Trans.** São Paulo, 2019b. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/proex/nucleos-associados/nucleo-trans. Acesso em: 09 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Conselho Universitário. **Resolução nº 73, de 09 de maio 2012**. Dispõe sobre a utilização do nome social na UNIFESP. São Paulo: Conselho Universitário, 2012. Disponível em: https://www.unifesp.br/images/docs/Consu/resolucoes/resolucao73.pdf. Acesso em: 09 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. Notícias. **HUMAP UFMS realiza a primeira mastectomia em paciente trans.** Campo Grande, 2019a. Website oficial da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Disponível em: https://www.ufms.br/humap-ufms-realiza-a-1a-mastectomia-em-paciente-trans/. Acesso em: 09 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. **O Impróprias**. Campo Grande, 2019b. Website oficial da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Disponível em: https://improprias.ufms.br/o-improprias/. Acesso em: 09 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Universitário. **Resolução n. 731, de 17 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre o uso do Nome Social na Universidade Federal do Pará. Belém: Conselho Universitário, 2014. Disponível em: http://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/Consun/2014/731%20Aprova%20Inclus%C3%A3o%20Nome%20Social.pdf. Acesso em: 09 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Universitário. **Decisão n.º 506/2014**. Aprova a Política de Uso de Nome Social para Pessoas Travestis e Transexuais na UFRGS. Porto Alegre: Conselho Universitário, 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/documentos/decisao-no-506-2014-consolidada. Acesso em: 09 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Trans. Serviços Úteis**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: https://www.ufrgs.br/jordi/172-trans/2018/01/04/servicos-uteis/. Acesso em: 09 out. 2019.

VIDALE, G. Meu filho é trans. **Veja**. São Paulo, 12 de outubro de 2017. Disponível em: https://veja.abril.com.br/saude/meu-filho-e-trans/. Acesso em: 10 set. 2019.

WITTIG, M. **La pensée straight.** Paris: ed. Amsterdam, 2007.

APÊNDICE A - Quadro das ações e abordagens por setor da UFJF para pesquisa inicial

(continua)

Tipo de abordagem/ Setor	Conversa informal	E-mail e ofício	E-mail e telefone	Abertura de chamado de serviço	Reunião	Palestra
Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas			Demanda 2017: Docente não respeita a atualização do nome social. Demanda 2018: Problemas com a utilização do nome social na lista de chamada e no Sistema Online do Restaurante Universitário (TV RU). Política do banheiro de acordo com a identidade de gênero sem andamento. Assédio moral por professores quanto ao gênero e segurança no Campus “muito problemática”, com abordagens homofóbicas e machistas de seguranças.			
NAI	Profª.Mylene Santiago informou que 90% dos casos de suicídio na UFJF estão relacionados a questão de gênero.					

(continuação)

Tipo de abordagem/ Setor	Conversa informal	Email e ofício	E-mail e telefone	Abertura de chamado de serviço	Reunião	Palestra
Proae		Solicitei informações de registros de pessoas trans que abandonaram a vida acadêmica; informações de suicídios correlacionados a questões de gênero; e se a Proae promove ações para dar suporte à população trans na UFJF. Não obtive resposta.				
Diaff	Em conversa informal com o Diretor da Diaff relatou que episódio no IAD em que um segurança. impediu a entrada de uma aluna no banheiro feminino, utilizando força, por acreditar que ela era mulher trans.				Reuniões com a comunidade para elaboração de minuta para atender às novas solicitações de utilização do nome social. Também foi discutida a inserção de um artigo assegurando a utilização do banheiro e locais segregados por gênero.	

(continuação)

Tipo de abordagem/ Setor	Conversa informal	E-mail e ofício	E-mail e telefone	Abertura de chamado de serviço	Reunião	Palestra
CAT		O Coordenador da CAT informou que no ano de 2019 houve 04 (quatro) solicitações envolvendo o uso do nome social.				
CPA	Prof. ª Aline Nogueira (Dep. de Psicologia). Informou que 90% dos casos de suicídio na UFJF estão ligadas com as questões de gênero.					
Diretoria de Imagem	Em conversa informal com a jornalista da UFJF, Aline Avellar ela informou que nas campanhas recebem telefonemas e emails questionando as posições ativas e progressistas da UFJF com falas homofóbicas e transfóbicas.				Em 26/04/19, 03/05/19 foi construída, coletivamente em Reunião a campanha da UFJF a ser vinculada no mês de maio, que abordará o combate à LGBTTIfobia Houve debate participativo de discentes e docentes.	

(continuação)

Tipo de abordagem/ Setor	Conversa informal	E-mail e ofício	E-mail e telefone	Abertura de chamado de serviço	Reunião	Palestra
ICH Prof.ª Marta Mendes e Rogéria Dutra		A Prof.ª Marta Mendes informou que houve um movimento no ICH para a tentativa de construção de um debate coletivo sobre a utilização do banheiro de acordo com a identidade de gênero, mas sem deliberação. A pretensão era de que fosse realizada uma *survey* com a comunidade, o que iria ocorrer após algumas intervenções para provocar a reflexão e debate.				
Gesed						O grupo convidou o Prof. Renan Quinalha e a doutoranda, Lia Manso, para tratarem do tema "Criminalização da LGBTTIfobia". III Seminário de Gênero e Sexualidade.

(conclusão)

Tipo de abordagem/ Setor	Conversa informal	E-mail e ofício	E-mail e telefone	Abertura de chamado de serviço	Reunião	Palestra
CGCO				Solicitação do número de pedidos de utilização do nome social, os cursos de ingresso de estudantes trans e o status atual.		
Inep Copese		Foi solicitada e respondida a disponibilização do quantitativo de pessoas que fizeram o pedido de utilização do nome social nos processos seletivos seriado de ingresso na UFJF, Pism nos três últimos anos, além do percentual de aprovação.		Solicitado o quantitativo de utilização do nome social por Estados da Federação para a realização do Enem, e o de estudantes aprovados e reprovados na seleção do Sisu.		

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Semi Estruturada realizada com estudantes trans da UFJF

Prezado(a) discente, meu nome é Luana Fonseca Pereira Ribeiro e sou aluna do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Minha dissertação aborda os desafios enfrentados para o ingresso e permanência de estudantes trans na UFJF. Solicito a sua valiosa contribuição no sentido de participar desta entrevista, instrumento imprescindível para a realização desse trabalho, e ressalto que, como último capítulo da dissertação, pretendo propor um Plano de Ação Educacional (PAE) com vistas a intervir nas lacunas observadas e contribuir para aprimoramento das políticas relacionadas a este quadro. Assumo o compromisso de manter em sigilo as informações, sem identificação da autoria, apurando apenas os resultados que servirão aos propósitos da presente pesquisa. Agradeço, desde já, a sua atenção e o seu apoio.

a) Dados pessoais: nome que gostaria de ser chamado(a), idade, orientação sexual, classe social e prática religiosa.
b) Momento da descoberta da transexualidade e apoio familiar/escolar.
c) Trajetória escolar. Contato com questões de gênero e sexualidade. Percepção do corpo docente/direção/colegas na escola.
d) Vida na Universidade: Modalidade de ingresso. Curso escolhido. Acolhimento na UFJF.
e) Tratamento de colegas, docentes, corpo técnico e terceirizado. Problemas com a utilização do nome social/banheiro/transfobia. Sugestões para o aprimoramento das políticas na UFJF.

APÊNDICE C– Roteiro de Entrevista Semi Estruturada realizada com Técnico de Sistemas do CGCO

a) Registros no sistema da UFJF do nome social.

b) Acompanhamento do número de solicitações.

c) Tratamento do banco de dados.

d) Acompanhamento da vida acadêmica.

e) Sugestão de aprimoramento das funções no sistema e dificuldades em implementá-las.

APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista Semi Estruturada realizada com o representante do Gesed

a) Objetivos do Gesed e iniciativas promovidas nas escolas do Município.

b) Atividades desenvolvidas pelo grupo relacionados ao ensino, pesquisa e extensão em prol da diversidade de gênero e população trans, especificamente.

c) Barreiras para a implementação das iniciativas nas escolas e na Universidades.

d) Ampliação das atividades para além da UFJF e impactos gerados.

APÊNDICE E- Roteiro de Entrevista Semi Estruturada realizada com o Diretor da Diretoria de Ações Afirmativas da UFJF

a) Iniciativas da Diretoria de Ações Afirmativas em prol da população trans.

b) Percepção dos registros dos problemas enfrentados pela população na UFJF e demandas reprimidas.

c) Participação e acolhimento de estudantes trans nas Reuniões e atividades desenvolvidas pela Diaff.

d) Acompanhamento da jornada acadêmica de estudantes pela Diaff.

e) Episódios de transfobia e ações da Diretoria para combatê-los.

f) Sugestões para aprimoramento das políticas e as razões de dificuldade de implementação.

APÊNDICE F – Roteiro de Entrevista Estruturada realizada com o Superintendente do Hospital Universitário da UFJF

a) Sabe-se que, ainda hoje, existe uma enorme dificuldade que travestis e transexuais tenham a identidade de gênero e o nome social respeitados, o que impacta no acesso à saúde dessa população. Como você observa a questão do acesso à saúde da população trans no Município de Juiz de Fora?

b) De acordo com a reportagem publicada pelo Tribuna de Minas em setembro de 2019, o Hospital Universitário da UFJF pretende credenciar-se como um Hospital que realiza o processo transexualizador. Como está o andamento desse credenciamento e qual a previsão para a sua real implementação? Quais as ações que o Hospital Universitário já garante à população trans e quais os desafios para a ampliação e aprimoramento dos serviços prestados à população trans? O atendimento atual é integrado? Quais profissionais estão engajados neste projeto?

c) Em entrevista com alguns alunos trans da Universidade, um deles nos relatou que havia iniciado o seu processo de hormonização e, em breve, faria a sua cirurgia de mastectomia. Contudo, em razão do não repasse de verbas do SUS para o Hospital Universitário sua cirurgia foi cancelada, assim como a de outros homens trans. Você poderia explicar melhor essa questão do repasse de verbas? Como está atualmente essa situação?

d) Sabe-se que o governo atual possui certa resistência no reconhecimento de direitos de certos grupos minoritários. No que se refere ao cenário de cortes financeiros para as cirurgias, você observa que os cortes foram para diversos procedimentos ou ele atingiu parcelas específicas da população?

e) Você conhece a experiência de outros Hospitais Universitários que já estão realizando o processo transexualizador?

APÊNDICE G- Termo de Cessão de direitos sobre depoimento oral

Pelo presente documento, eu,_____, nacionalidade:_____, estado civil:_____, profissão:_____, portador(a) do documento de Identidade nº: _____, domiciliado(a) e residente na cidade_____, endereço:_____, nº:_____, Bairro:_____, declaro ceder à pesquisadora Luana Fonseca Pereira Ribeiro, discente do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública- PPGP- CAEd-UFJF, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, de maneira total e definitiva os direitos autorais do depoimento (áudio) e da transcrição do mesmo, que prestei à referida pesquisadora em _____ de _____de 20_____, num total de _____horas gravadas.

Juiz de Fora, ____ de _____ de 20_____.

_____

Assinatura do(a) Entrevistado(a)

_____

Assinatura da Pesquisadora

APÊNDICE H - Diário de campo do dia 11 de abril de 2019

No dia 11 de abril de 2019, às 09h da manhã, no Centro de Ciências da UFJF, foi convocada uma Reunião com a população trans da UFJF, ocasião em que foi discutida a Resolução da UFJF que garante a utilização do nome social. A Reunião foi presidida e convocada pelo Prof. Julvan, Diretor da Diaff (Diretoria de Ações afirmativas) e contou com a presença de alunos e alunas trans, uma servidora do H.U., uma militante trans de Juiz de Fora, além de uma jornalista da UFJF e o Coordenador da Central de Atendimento. O Prof. Julvan iniciou a conversa informando que a Resolução mais atual data de 2017 e, visa atender ao Decreto Federal de nº 8.727, do governo Dilma, o qual possibilitou que o nome social fosse adotado em documentos externos à Universidade, ou seja, também em diplomas, históricos e certificados. O Coordenador da Central de Atendimento informou que chegaram demandas de utilização do nome social que a Resolução não contempla e, por isso, comunicou o fato ao Prof. Julvan. O Prof. Julvan informou que Resolução de 2017 estabelece que é a Diaff quem é a responsável pelas tratativas de situações que não estejam previstas no texto da Resolução, sendo o diálogo importante para colher os relatos e pensar em uma nova minuta que contemple a solicitação. O Prof. Julvan procedeu a leitura da Resolução 06/2015 e da Resolução 04/2017, a fim de que todos ficassem cientes do texto na íntegra. Em seguida, uma aluna trans do curso de Comunicação, ponderou a necessidade de que a nova Resolução adote a nomenclatura transgênero, a qual é mais genérica e abarca também os travestis e transexuais. Além disso, pontuou que travestis e transexual são termos estigmatizados e que não são suficientes para abarcar os diversos gêneros existentes. Em seguida, a aluna informou que é recém ingressa no curso de Jornalismo e que no primeiro dia de aula apresentou-se aos colegas e professores informando ser uma pessoa trans e, também, deixando todos cientes do nome que pretende ser chamada. Pontuou que apesar de ter feito tal solicitação, no terceiro dia de aula um professor teve um “delay” e na hora da chamada utilizou o seu “nome morto”. Ela relatou a todos que tal situação a deixou muito abalada e que saiu da sala atordoada e aos prantos. Ponderou que acredita ter sido uma falta de atenção do professor e não uma situação de transfobia pois logo o professor corrigiu o erro e demonstrou-se envergonhado. Ponderou, ainda, o nome social conforme garantido na Resolução não atende a sua demanda, uma vez que se a família tiver conhecimento da utilização do nome social e da sua real personalidade não terá mais condições de continuar sua vida universitária. A aluna informou que assim como ela também possui um colega que vivencia a mesma situação e não pode evidenciar para a família a sua real identidade. Pontuou que a sua família é muito conservadora e não apoiaria a sua decisão. A servidora do H.U. relatou que é um grande problema a questão da violência com a população trans, a qual inicia em casa. Ponderou que hoje não é difícil solicitar ao CGCO que sejam implementadas alterações no sistema para que cada pessoa possa esclarecer em qual documento pretende que seja feita a alteração, considerando que cada pessoa trans se encontra em um momento do seu processo e, por isso, a resolução deve respeitar e atender as particularidades e o tempo de cada um.

A aluna da Facom reforçou a impossibilidade de ter todos os seus documentos alterados em razão dos pais poderem ter acesso e, assim, encerrar a sua trajetória acadêmica recém iniciada. Destacou, assim, que pretende que apenas sua carteirinha e as listas de chamada tenham o nome social, tendo os demais documentos o seu nome de registro. Isto permitiria ser o nome social implementado na sua vida acadêmica sem que sua família tenha conhecimento. Um aluno trans trouxe um outro problema enfrentado com o nome social. Informou, assim, que apesar de ter solicitado o seu nome social desde a entrada na UFJF, na matrícula, informando que já havia utilizado o nome social para exame do Pism 3, passou por situação constrangedora no R.U. Isto porque no R.U. existe uma TV na qual aparece o nome e a foto da pessoa que está sendo identificada na roleta, o que fica visível para todos. Ponderou que apesar da carteirinha estar adaptada o sistema de TV R.U. é bem atrasado e demorou nesta atualização. Assim, estudantes trans pedem para que os colegas caminhem na frente durante a roleta para que não observem que ainda consta o nome de registro na T.V. do R.U. A aluna da Facom trouxe uma outra problemática no que se refere à utilização do nome social. Informou que fez o pedido na Central de Atendimento e que o prazo para a alteração que lhe foi informado é de 3 meses, o qual é muito demorado. Pontuou também que aparentemente terá o nome que solicitou negado, já que fez um pedido de mudança de prenome e também de um sobrenome, pegando um outro sobrenome materno que não consta no seu nome de registro para agregar ao seu nome social. Outro aluno trans defendeu que sejam geradas duas documentações, uma tendo o nome social e outra documentação contendo o nome civil. Defendeu que, assim, poderiam transitar nos mais diversos ambientes sendo chamados pelo nome que assim entenderem melhor para cada situação. A servidora do H.U., contudo, questionou a situação legal. Ponderou que desconhece a possibilidade de mudar o sobrenome como feito pela aluna da Facom e também da duplicidade de documentos como defendido por outro aluno. A servidora destacou, contudo, que pode ser realizada uma carteira social para uso interno na Universidade, na qual iria constar apenas o número de matrícula e uma outra carteira, a qual estaria o nome de registro e teria também os outros documentos de identificação como RG e CPF. Destacou a necessidade de que também possa haver no sistema a possibilidade da pessoa trans identificar se pretende que os documentos extraídos do Siga tenham o nome de registro ou social, através de uma caixa de seleção, o que poderia ser realizado na hora de extrair o documento. A aluna da Facom defendeu, assim, que a nova Resolução venha com essa possibilidade de semi alteração do nome, ou seja, trazendo uma hipótese de adotar o nome social em apenas alguns documentos. A servidora do H.U. destacou que essa escolha possa ser feita através de um formulário, no qual a pessoa poderia destacar as opções em que pretende seja contemplada a utilização do nome social. Outra questão que também foi levantada foi a situação da taxa para emissão de documentos no Cdara. A servidora do H.U. defendeu que a Resolução deve contemplar a gratuidade de mudança no diploma. O coordenador da C.A. informou, ainda, que atualmente caso uma pessoa necessite emitir de mais de um histórico por semestre no Cdara que o segundo possui um valor de R$ 72,00. A servidora do H.U. destacou que seja esclarecido na

Resolução que estudantes trans deveriam ser isentos desta taxa, especialmente se a mudança de nome ocorrer durante o semestre. A jornalista da UFJF solicitou que as alunas e os alunos tragam exemplos de instituições que discutiram algo semelhante a fim de subsidiar a Diaff no trabalho. Problema que também foi apontado refere-se ao fato de que a Resolução do nome social não contempla os servidores terceirizados, fazendo menção apenas aos colaboradores voluntários. Em seguida, o Prof. Julvan trouxe uma situação que aconteceu recentemente no IAD e que espantou a comunidade acadêmica, reforçando a necessidade de preparação dos seguranças. Na ocasião, um segurança “agarrou” uma aluna na porta do banheiro feminino pois acreditava tratar de uma mulher trans e, para o seu entendimento, ela não poderia frequentar aquele banheiro. A situação traz inúmeros problemas pois os seguranças da UFJF são contratados apenas para zelarem do patrimônio da Universidade. Isto trouxe a urgência de que sejam discutidas questões mas que, também, a comunidade como um todo faça cursos e possam se sensibilizar com as demandas da população trans. A servidora do H.U. ponderou que de nada adianta no papel termos a melhor resolução se não forem capacitados os funcionários e as funcionárias da UFJF, do quadro próprio e terceirizado. Outra questão que também foi levantada é a abordagem de docentes na UFJF que são muito conservadores, sendo que alguns sequer acreditam que exista racismo na sociedade e outros são contra a cota. Outra problemática é a situação de uma aluna da engenharia que foi abordada por uma aluna dentro do banheiro feminino e questionada que aquele não seria o seu lugar. Observou-se que a questão do banheiro é um aspecto que a população trans sente uma necessidade de tratar e discutir. Ponderam que apesar de utilizarem o banheiro de acordo com a identidade de gênero um documento da Universidade respaldando esse direito iria garantir mais força e finalmente institucionalizar a questão. A servidora do H.U. ponderou que na mudança da resolução não seja trocados os nomes travestis e transexuais para transgêneros, mas na verdade seja incluído o termo. Esclareceu que há, na realidade, uma certa “hierarquia” entre as terminologias pois uma pessoa seria mais trans que a outra sendo que, na realidade, os gêneros são múltiplos. Além disso, a militante da sociedade civil presente destacou a necessidade de fazer menção a todas as nomenclaturas de modo a ter mais visibilidade e trazer a questão de militância para o próprio texto da resolução. Outra questão também levantada foi quanto ao banheiro da reitoria. Este banheiro que foi garantida a utilização de acordo com a identidade de gênero e teve a repercussão da campanha “Libera meu xixi” atualmente encontra-se sem a sua plaquinha de identificação. A jornalista da UFJF ponderou que na época da Campanha a Diretoria de Imagem recebeu centenas de mensagens eletrônicas criticando a posição da UFJF, com mensagens de cunho preconceituoso. O Coordenador da Central de Atendimento também informou que foi acionado com mensagens da mesma espécie através de ligações telefônicas. A servidora do H.U. destacou a necessidade de que haja uma resolução neste sentido e que se fosse possível acrescentassem um parágrafo à Resolução do nome social garantindo este direito dos banheiros. Percepções da pesquisadora pós Reunião: Apesar da UFJF propiciar uma discussão com a população trans e ouvir suas questões, tais demandas

não estão, aparentemente, registradas em atas e livros próprios. Dessa forma, as ações, a princípio, parecem ser descontinuadas e sem a possibilidade de resgate do que é feito. A mídia seria, assim, o veículo em que seria feito o registro dos trabalhos, veiculando notícias no site da UFJF com as ações promovidas. Disso pode-se ver a dificuldade de acessar dados oficiais e documentos que efetivamente comprovem a existência e evidências dos problemas apontados. A existência de uma demanda reprimida por atos de gestão voltados a essa população é clara, sendo esses espaços de fala o local em que as pessoas trans sentem-se empoderadas e conseguem manter um estreitamento na relação com a Administração da Universidade. Acontece que a personalização das demandas, a ausência de registro e descontinuidade das ações podem trazer sérios problemas. As gestões iniciam-se e encerram-se e com elas algumas relações que haviam se construído são perdidas. Não se sabe, por exemplo, se o próximo diretor ou diretora da Diaff terá a mesma conduta em ouvir e debater junto à população trans as suas demandas, as quais não se encerram agora. Novas pessoas trans entram e com elas novas questões surgem. Gestões em que haja uma efetiva transição e em que as pessoas sejam atualizadas dos trabalhos já desenvolvidos por seus antecessores é fundamental para garantir uma coerência nas ações e perpetuá-las.

APÊNDICE I - Diário de campo do dia 16 de julho de 2019

Aos dezesseis dias do mês de julho, na sala 15 da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora -UFJF, convidados pelo Prof. Julvan, Diretor da Diretoria de Ações Afirmativas da UFJF, compareceram o Diretor de Imagem Institucional, o Coordenador da Central de Atendimento, uma jornalista do quadro da Universidade Federal de Juiz de Fora, uma servidora trans do Hospital Universitário e 04 (quatro) estudantes trans. Na ocasião, o Prof. Julvan destacou a necessidade de serem pensadas formas de adaptação dos banheiros de acordo com a identidade de gênero na Universidade. Pontuou, ainda, que quando da aprovação da Resolução no Conselho Superior- Consu, o relator do processo fez a inclusão de que caberia à Diretoria de Ações Afirmativas a análise dos casos omissos, dando um prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura da Resolução, para a adaptação dos banheiros pela Diaff. Dessa forma, o Prof. Julvan destacou que deva ser feita uma análise dos locais mais urgentes de intervenção e solicitar um apoio da Pró Reitoria de Infraestrutura (Proinfra) para adequação dos banheiros. Informou, ainda, que após a aprovação da Resolução, houve recebimento de diversas mensagens eletrônicas com reclamações de conteúdo transfóbico. A servidora do Hospital Universitário informou a necessidade de que seja dada prioridade às orientações ao corpo terceirizado da UFJF, especialmente o pessoal da limpeza e da segurança, tendo em vista que eles estão na linha de frente. Em seguida, uma aluna trans sugeriu que seja dada uma maior visibilidade de como funciona o direito ao uso do nome social na UFJF, especialmente diante da sua experiência pessoal. Informou aos presentes que não sabia que era possível a utilização do nome social até passar por um grande constrangimento em sala de aula. A jornalista da UFJF propôs que a equipe de comunicação desenvolva uma arte para a placa visual dos banheiros. O Diretor de Imagem Institucional levantou a possibilidade de que na recepção dos calouros seja dada uma visibilidade à possibilidade de utilização do nome social. Eu levantei a possibilidade de que fossem resgatadas as cartilhas produzidas na Semana *Rainbow*. A servidora do H.U. sugeriu que fosse criada uma cartilha própria com alguns informativos, os quais poderiam ser distribuídos juntamente com o material de matrícula. A jornalista da UFJF destacou a necessidade de que seja pensada a arte para “adesivar” os banheiros das unidades, devendo ser hierarquizado o que é mais importante em termos de ação a curto, médio e longo prazo. Em seguida, uma pessoa trans desabafou que não se sente à vontade para frequentar o banheiro feminino e nem o banheiro masculino. Explicou que isso se dá pois é uma pessoa não binária, esclarecendo aos presentes que seu gênero é fluido e transita entre o feminino e masculino. Ponderou que no banheiro feminino já ocorreu de uma colega informar-lhe que estava usando o banheiro errado e que, por isso, teme constranger mulheres e causar-lhes insegurança e medo. Contudo, destacou que também não vê o banheiro masculino como um local seguro. O Prof. Julvan informou, em seguida, que entrará em férias na próxima semana e que, por isso, as ações de conversas nas Unidades deverão ser iniciadas em agosto. Destacou, ainda, a necessidade de que sejam pensadas as estratégias imediatas. A servidora do H.U.

sugeriu que, inicialmente, seja pensada uma recepção para os calouros, além de ser refletida a forma de orientar o pessoal da limpeza e segurança. Pontuou, ainda, que acredita que um banheiro para atender estudantes não binários seja uma forma de segregar, mas que está lutando para aceitar essa opção, especialmente pois sabe que a binariedade continuará independentemente da possibilidade de utilização do banheiro de acordo com a identidade de gênero. Passou-se a discutir, em seguida, qual a melhor terminologia para fazer referência ao banheiro, ou seja, utilizar “banheire”, “banheirx” ou escrever “banheiro não tem gênero”. Em seguida, definiu-se que ficaria apenas a expressão banheiro, devendo ser pensada uma arte. A jornalista da UFJF destacou que, de acordo com o setor jurídico da UFJF, a Universidade não pode propor cursos de capacitação para os terceirizados do quadro, mas que nada impede que ocorram Reuniões de orientação. Na sequência, o Prof. Julvan destacou a necessidade de que haja uma análise dos espaços das Unidades, a fim de que seja solicitado a cada uma delas um sanitário. O Prof. Julvan informou, ainda, que possui 41 tutores no projeto de acolhimento dos estudantes cotistas, os quais estão divididos em diversos cursos da UFJF, os quais poderiam auxiliar nesse processo de dar informações aos estudantes calouros, o que seria interesse como intervenção para um segundo momento. O Coordenador da Central de Atendimento pontuou que agora deve ser contatado o CGCO para realizar as modificações no sistema adequando à nova Resolução e possibilitando a estudantes trans a operação de escolher como pretende que seja identificado nos documentos a serem emitidos no Siga. Informou, ainda, que a ideia é de que tudo seja feito no próprio Siga, sem a manipulação de papel. Em conversa com o corpo discente trans presente, definiu-se quais Unidades serão visitadas para fazer intervenções nas instalações sanitárias de imediato, estabelecendo-se a seguinte ordem: Instituto de Artes e Design, Engenharia e Faculdade de Comunicação. Tais locais foram definidos em razão de serem locais em que há estudantes trans e também locais em que já houve alguma atitude transfóbica recente. Na sequência, estudante trans que havia feito o relato de problema com utilização do nome social em sala de aula solicitou que diminua o prazo para a adequação do seu nome social na folha de presença, pois não pretende iniciar um novo período com novas professoras e professores e enfrentando o mesmo problema. Em seguida, a jornalista da UFJF sugeriu que seja realizada uma Reunião da Diretoria de Ações Afirmativas com a Direção da Faculdade de Comunicação, a fim de que a própria direção faça um contato com o corpo docente e dê orientações sobre o tratamento adequado em sala de aula e na chamada, até a efetiva mudança do nome na folha de presença. O Diretor da Imagem Institucional acreditou ser positiva essa conversa, especialmente pois as mudanças que envolvem o CGCO normalmente demandam tempo. Em seguida, estipulou-se que o texto do folder que acompanhará a pasta de estudantes calouros deverá ficar pronto até na próxima segunda-feira, 22 de julho, a fim de que a gráfica tenha tempo de impressão. Convencionou-se que o texto será construído, coletivamente, no *Google Drive* pela jornalista da UFJF e as pessoas trans do grupo. A jornalista da UFJF informou, ainda, irá marcar os encontros com as Unidades na agenda do professor Julvan a partir de meados de agosto, a fim de que se iniciem as

intervenções. Destacou, ainda, que seja importante a participação de pelo menos 1 estudante trans em cada Reunião. Encerrou-se a reunião com a jornalista da UFJF informando que irá, em breve, informar a marcação das agendas nas Unidades Acadêmicas.